



**Universidade de
Aveiro
2017**

Departamento de Educação e Psicologia

**SARA CRISTINA
RODRIGUES TEIXEIRA
LOPES**

**A DIFERENCIAÇÃO DOS PERCURSOS
ESCOLARES NO 10º ANO DE ESCOLARIDADE.
UM ESTUDO DE CASO.**



**Universidade de
Aveiro
2017**

Departamento de Educação e Psicologia

**SARA CRISTINA
RODRIGUES TEIXEIRA
LOPES**

**A DIFERENCIAÇÃO DOS PERCURSOS
ESCOLARES NO 10º ANO DE ESCOLARIDADE. UM
ESTUDO DE CASO.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação e Formação, na área de especialização de Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, Professora Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho ao meu pai, que me acompanha sempre em todas as etapas da minha vida.

o júri

presidente

Professor Doutor António Augusto Neto Mendes
Professor Associado da Universidade de Aveiro

Professor Doutor António Maria Martins
Professor Auxiliar Aposentado da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Um especial agradecimento a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste projeto:

À Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, pelo tempo e ajuda concedida, pela sabedoria, rigor e críticas construtivas proporcionadas, e pela sensibilidade e simpatia demonstradas.

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas X, pela forma como acedeu prontamente à concretização do estudo, dispensando o seu tempo e contribuindo com a partilha da sua experiência.

Aos alunos, professores, encarregados de educação e psicóloga escolar do Agrupamento de Escolas X, que se disponibilizaram a participar neste estudo.

À minha Família – Filho, Marido e Mãe – pela paciência, compreensão e auxílio em momentos mais difíceis, mas também pela partilha e cumplicidade nos momentos de alegria.

palavras-chave

Ensino secundário, ensino profissional, escolhas, oferta formativa, reprodução social

resumo

Procedendo a um estudo de caso, o presente trabalho propõe-se analisar a diferenciação dos percursos escolares do 10º ano de escolaridade e compreender quais os fatores subjacentes à escolha do curso feita pelos alunos e suas famílias, na transição do 9º para o 10º ano de escolaridade, aludindo à diferenciação de percursos existentes e às influências várias que giram em torno destas escolhas. Para tal, analisou-se o papel de agentes socializadores como a família e a escola no processo de decisão vocacional dos jovens, mas também se procurou averiguar até que ponto as suas origens socioeconómicas e os seus percursos académicos interferem, ou não, com este processo.

O quadro teórico adotado centra-se numa breve abordagem à evolução do Sistema Educativo em Portugal, com particular relevância ao ensino secundário e à unificação e diversificação das vias de ensino. Particulariza-se o ensino profissional, como inovação social e educacional, relacionando-o com os temas Escola, Família e Desigualdades sociais, à luz da problemática das escolhas e das teorias da reprodução social e cultural.

A metodologia tem um carácter misto, com um método quantitativo e qualitativo, tendo sido utilizados inquéritos por questionário, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

O trabalho empírico foi realizado no Agrupamento de Escolas X, tendo como caso os alunos que frequentavam 10º de escolaridade, em 2016/2017, de onde surgiram resultados como a valorização da escola por parte das famílias, com mais expressão nos Cursos Científico-Humanísticos, as representações sociais menos positivas que ainda se fazem do ensino mais profissionalizante e a manutenção da reprodução das estruturas sociais de classe, na identificação de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos e percursos académicos com mais fragilidades nos alunos da via profissionalizante.

Foi possível verificar que o aumento da escolaridade obrigatória levou uma grande diversidade de jovens a frequentar a escola, havendo necessidade de criar percursos diferentes, mais direcionados à prática e à entrada rápida no mercado de trabalho, atendendo às exigências da sociedade em que hoje vivemos.

A grande quantidade de alunos a frequentar a via do ensino profissional deve-se essencialmente à vontade que os alunos têm em obter um emprego e salário rápidos, num percurso escolar que consideram mais interessante, mais feliz e que melhor os prepara para a vida ativa.

keywords

Secondary education, vocational education, formative offer, social reproduction

abstract

By taking a case study, this work proposes to analyze the differentiation of school pathways in the 10th form, a year of transition in school cycles, and understand what factors underlie the choice of course made by students and their families, taking in consideration the differentiation of existing pathways and the various influences that revolve around these choices. To this end, we analyzed the role of socializing agents such as family and school, in the decision-making process of vocations among young people, but it was also our purpose to ascertain in what extent their socioeconomic origins and their academic performances interfere, or not, in this process.

The theoretical framework adopted focuses on a brief approach to the evolution of the education system in Portugal, with particular relevance to secondary education and the unification and diversification of school pathways.

It emphasizes the vocational education, as a social and educational innovation, linking it with school, family and social inequalities themes, regarding to choices and the theories of social and cultural reproduction.

The methodology has a mixed character, with quantity and quality analysis as a method, where questionnaire surveys, semi-structured interviews and documentary analysis were used.

The empirical work was carried out in Agrupamento de Escolas X, with students in the 10th form, in 2016/2017, as the case, with results like the value that families give to school, with more expression in Scientific-Humanistic Courses, the less positive social representations that vocational education still has and the maintenance of reproduction of social structures, in identifying disadvantaged socio-economic backgrounds and academic pathways with more weaknesses in students of vocational pathway.

It was possible to verify that the increase in compulsory education has led to a wide range of young people attending school. Because of that, we need to create different routes, more directed to the practice and the rapid entry into the labour market, taking into account the requirements of the society in which we live in today.

The large amount of students attending the vocational education is caused essentially to the will the students have to get a job and salary, to be in a school pathway which they consider more interesting, happier and better prepares them for active life.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – Enquadramento teórico e político-normativo	13
1. Evolução do Sistema Educativo em Portugal / O Ensino Secundário	14
1.1 Unificação e diversificação das vias de ensino	22
2. Ensino profissional em Portugal	24
2.1 As Escolas Profissionais como inovação social e educacional	25
2.2 Organização das Escolas Profissionais e modelo pedagógico	30
2.3 Os cursos profissionais nas Escolas Secundárias Públicas	33
3. Escola, família e desigualdades sociais	36
3.1 Origem social, trajetórias e escolhas escolares	37
3.2 Reprodução social associada ao ensino profissional	42
3.3 Representações sociais sobre o ensino profissional	44
CAPÍTULO II – Procedimentos metodológicos	47
1. Opções metodológicas	48
1.1 Estudo de caso: justificação	48
1.2 Técnicas de recolha e tratamento da informação	49
1.2.1 Inquérito por questionário	49
1.2.2 Entrevista semiestruturada	51
1.2.3 Análise documental	52
2. Caracterização do contexto e dos participantes do estudo	52
2.1 Contexto geográfico e económico	53
2.2 Agrupamento	54
2.3 Participantes do estudo	56

CAPÍTULO III – Apresentação e discussão de resultados	59
1. Os fatores subjacentes às escolhas do curso no 10º ano	60
1.1 Perspetiva dos alunos	61
1.2 Perspetiva dos Encarregados de Educação	65
1.3 Perspetiva dos professores	69
2. A influência das origens socioeconómicas e culturais dos alunos nas escolhas do 10º ano	73
3. Os percursos académicos dos alunos	82
4. O papel da família no processo de escolha	88
5. A intervenção da escola no processo de escolha	94
5.1 A divulgação da oferta formativa	94
5.2 A oferta formativa	96
5.3 A preferência pelo Agrupamento	98
6. As perceções existentes acerca dos percursos do ensino secundário (via do ensino científico-humanístico e via do ensino profissional).....	100
6.1 Alunos	101
6.2 Encarregados de Educação	102
6.3 Professores	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	121

Índice de tabelas

- Tabela 1** – Distribuição dos alunos do ensino secundário no Agrupamento de Escolas X
- Tabela 2** – Taxa de retenção e desistência (%), segundo o nível de ensino e o ciclo de estudos, por ano letivo – 2003/04 a 2014/15
- Tabela 3** – Síntese da legislação regulamentadora das Escolas Profissionais
- Tabela 4** – Escolas Profissionais e número de promotores por tipologia das entidades
- Tabela 5** – Evolução da frequência do ensino profissional em Portugal (1989-2012)
- Tabela 6** – Número de turmas e alunos por ciclo de ensino no ano letivo 2016/2017, no Agrupamento de Escolas X
- Tabela 7** – Oferta formativa do Agrupamento de Escolas X para o 10º ano do ensino secundário
- Tabela 8** – Idade dos alunos participantes no estudo
- Tabela 9** – Distribuição dos alunos participantes pelos cursos do 10º ano
- Tabela 10** – Idade dos Encarregados de Educação (EE) participantes no estudo
- Tabela 11** – Idade dos professores participantes no estudo
- Tabela 12** – Distribuição dos professores participantes pelos cursos do 10º ano
- Tabela 13** – Informação relativa à oferta formativa – Total de alunos
- Tabela 14** – Agentes de influência na escolha dos cursos do 10º ano – Total de alunos
- Tabela 15** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de alunos
- Tabela 16** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Alunos dos CCH
- Tabela 17** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Alunos dos CP
- Tabela 18** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de EE
- Tabela 19** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de EE de alunos dos CCH
- Tabela 20** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de EE de alunos dos CP
- Tabela 21** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores
- Tabela 22** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores de alunos dos CCH
- Tabela 23** – Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores de alunos dos CP
- Tabela 24** – Os fatores subjacentes às escolhas do curso no 10º ano (Análise de conteúdo)
- Tabela 25** – A influência das origens socioeconómicas e culturais dos alunos (Análise de conteúdo)
- Tabela 26** – Curso de matrícula na retenção do 10º ano de escolaridade (9 alunos)
- Tabela 27** – Motivos para a retenção (37 alunos)
- Tabela 28** – Os percursos académicos dos alunos (Análise de conteúdo)
- Tabela 29** – O papel da família no processo de escolha (Análise de conteúdo)

Tabela 30 – A intervenção da escola – Divulgação da oferta formativa (Análise de conteúdo)

Tabela 31 – A intervenção da escola – A oferta formativa (Análise de conteúdo)

Tabela 32 – A intervenção da escola – Aumento dos alunos a escolher CP (Análise de conteúdo)

Tabela 33 – A intervenção da escola – A preferência pelo Agrupamento (Análise de conteúdo)

Tabela 34 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH - Alunos

Tabela 35 – Opinião relativamente à qualidade dos CP - Alunos

Tabela 36 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH - EE

Tabela 37 – Opinião relativamente à qualidade dos CP - EE

Tabela 38 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH - Professores

Tabela 39 – Opinião relativamente à qualidade dos CP - Professores

Tabela 40 – Opinião relativamente ao perfil dos alunos dos CCH - Professores

Tabela 41 – Opinião relativamente ao perfil dos alunos dos CP - Professores

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição (%) dos jovens matriculados no ensino secundário por modalidade de ensino. Portugal

Gráfico 2 – Como obteve a informação – Total de alunos

Gráfico 3 – Informação relativa à oferta formativa – Total de EE

Gráfico 4 – Como obteve a informação – Total de EE

Gráfico 5 – Situação profissional – Total de EE

Gráfico 6 – Situação profissional – Análise comparativa de EE por curso

Gráfico 7 – Vínculo profissional – Total de EE

Gráfico 8 – Vínculo profissional – Análise comparativa de EE por curso

Gráfico 9 – Grau de escolarização – Total de EE

Gráfico 10 – Grau de escolarização – Análise comparativa de EE por curso

Gráfico 11 – Profissão – Total de EE

Gráfico 12 – Profissão – Análise comparativa de pais por curso

Gráfico 13 – Profissão – Análise comparativa de mães por curso

Gráfico 14 – Profissão – Análise comparativa de outros EE por curso

Gráfico 15 – Nº de retenções – Total de alunos (123 alunos)

Gráfico 16 – Nº de retenções – Alunos dos CCH (76 alunos)

Gráfico 17 – Nº de retenções – Alunos dos CP (47 alunos)

Gráfico 18 – Nº de retenções por ano de escolaridade

Gráfico 19 – Ano de escolaridade frequentado em 2015/2016

Gráfico 20 – Grau de escolarização dos EE dos alunos em retenção

Gráfico 21 – Grau de importância que a escola tem – Total de EE

Gráfico 22 – Importância da escola – Análise comparativa dos EE dos alunos dos CCH e dos CP

Gráfico 23 – Apoio na escolha do curso – Total de EE

Gráfico 24 – Apoio na escolha do curso – Análise comparativa dos EE dos alunos dos CCH e dos CP

Siglas e Abreviaturas

CCH – Cursos Científico-Humanísticos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CP – Cursos Profissionais

EE – Encarregados de Educação

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAP – Prova de Aptidão Profissional

PEEM – Plano Estratégico Educativo Municipal

PISA – Programme for International Student Assessment

PRM – Plano Regional do Mediterrâneo

SPO – Serviços de Orientação e Psicologia

INTRODUÇÃO

Quando nos propusemos a escolher um tema para o nosso trabalho de investigação, deparámo-nos com uma tarefa mais complexa do que inicialmente tínhamos em mente. Assim, decidimos considerar aquelas que Humberto Eco (1998, p. 33) designa como as quatro regras para a escolha do tema de uma dissertação:

- 1) Que o tema corresponda aos interesses de quem o fará, ou seja, que esteja relacionado com o mundo profissional do investigador;
- 2) Que as fontes a que vai recorrer sejam acessíveis, que seja fácil ter acesso a elas;
- 3) Que as fontes sejam também “manuseáveis”, ou seja, que sejam de fácil compreensão por parte de quem vai proceder à investigação;
- 4) Que o “quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato”.

Partindo da vontade de aumentar o nosso conhecimento na nossa prática profissional, estimulando a comunicação dentro da nossa comunidade, bem como o espírito crítico, pensámos num tema com uma problemática que, efetivamente, nos desperta a curiosidade como docentes, num processo que diariamente faz parte da nossa prática profissional e se relaciona com a contemporaneidade da nossa sociedade. Pensámos também, seguindo as regras anteriormente referidas, num trabalho que fossemos realmente capazes de fazer (Eco, 1998), tendo em conta o acesso às informações, o tipo de conteúdos a investigar e a facilidade/dificuldade em operacionalizar a metodologia de investigação selecionada.

Neste sentido, foi nosso intento olhar para a diversificação de percursos escolares na transição para o ensino secundário, em particular para o ensino profissional, no Agrupamento de Escolas X, de modo analítico, mas também crítico. Este Agrupamento foi selecionado pelo conhecimento que temos dele, pois é onde exercemos a nossa prática profissional, mas também pela vontade que temos de olhar para a sua forma de agir, relativamente ao tema em questão, de forma cientificamente sustentada e de poder contribuir para validar ou alterar algumas das suas práticas.

Além de atual, este tema é igualmente revestido de alguma polémica, fruto das representações sociais ainda evidentes, esta reconhecível por todos. Por conseguinte, acima de tudo, pretendemos conseguir um melhor entendimento da sociedade/comunidade que nos rodeia, suscetível de contribuir para confirmar ou rejeitar ideias e formas de agir.

O tema escolhido para a nossa investigação foi então “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso”. Este não é totalmente inovador, já que a transição do ensino básico para o ensino secundário, bem como a problemática do ensino profissional têm sido estudadas desde a sua criação. No entanto, o nosso propósito foi efetuar uma investigação onde, a partir de um estudo de caso, tivéssemos oportunidade de analisar a interação

de fatores e acontecimentos, ou seja, de conhecer e relacionar os percursos escolares existentes no ensino secundário e as escolhas dos alunos que o vão iniciar, de forma aprofundada, observando e consubstanciando uma ideia (Bell, 2002), num determinado local/contexto.

De facto, para os estudantes e para as suas famílias, esta mudança do ensino básico para o secundário não é fácil; por vezes pode até ser traumática para muitos, por constituir uma das primeiras decisões de vida dos jovens e pela diferenciação de percursos existentes, que incluem objetivos e metodologias divergentes, hoje, no nosso sistema de ensino. A realidade é que os alunos aprendem a velocidades díspares ao longo da escolaridade e o seu grau de motivação e empenho nos trabalhos escolares tem grandes flutuações, dependendo de múltiplos fatores, desde o desenvolvimento da personalidade do aluno até à influência do ambiente familiar e social, sem esquecer a importância do ambiente escolar e o envolvimento dos professores. Mantêm-se, assim, taxas de reprovação no 10º ano de escolaridade elevadas (Conselho Nacional de Educação, 2015), devido, em grande parte, às dificuldades inerentes a uma boa escolha de percurso escolar por parte dos jovens, mas também à especificidade das ofertas propriamente ditas, às metas curriculares impostas, às distintas aspirações profissionais dos alunos e às representações sociais que se fazem das mesmas. Mantém-se, acima de tudo, a grande dificuldade que o sistema de ensino tem em escolarizar cada um, numa escola massificada, de acordo com a sua individualidade, numa sociedade globalizada, em constante e rápida mutação.

Como lemos na Recomendação nº 3/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE),

“Não o esqueçamos, nem o perçamos de vista: os alunos do ensino e da formação de nível secundário não estão nas escolas de passagem, a cumprir um calendário e um tempo de espera para iniciar o que quer que seja, um curso superior ou uma actividade profissional. Este é um precioso e muito importante tempo de vida e de crescimento dos adolescentes e jovens – entre os 16 e os 18 anos – a que as instituições escolares devem dar a maior das prioridades.” (p. 14)

Entre 1989 e 1992, momento em que tomámos contacto com o ensino secundário do Agrupamento de Escolas em questão, a maior parte dos alunos seguia uma via que lhes permitia prosseguir os seus estudos no ensino superior nas mais variadas áreas, com uma taxa real de escolarização do secundário nos 23,7% , em 1989, e de 40,1%, em 1992 (PORDATA, 2017).

O crescimento foi rápido e a escolarização a este nível, em Portugal, aproximou-se da média europeia e dos países mais desenvolvidos. Como evidência, verificamos que a percentagem da população no grupo etário 20-24 anos que completou pelo menos o ensino secundário variou, no intervalo temporal entre 2001 e 2011, entre 76,6% e 79,5%, na UE27, e entre 44,4% e 64,4% em Portugal (Azevedo, 2014, p. 2).

Em 1989 foram criadas, em Portugal, as Escolas Profissionais do século XX, uma inovação educacional que mobilizou vários atores sociais, públicos e privados, gerando muita adesão da sociedade portuguesa, com vista a fornecer a muitos jovens um percurso de formação mais curto,

mais prático e direcionado à sua integração social e profissional. Mais tarde, em 2005, o Ministério da Educação inseriu os Cursos Profissionais (CP) nas escolas secundárias, sendo esta uma oferta educativa que tem vindo, ao longo dos tempos, a proliferar. Porém, este crescimento rápido traz vantagens, mas também constrangimentos.

Na realidade, crê-se que este é resultante do insucesso escolar e que traduz uma reprodução de desigualdades sociais. Reputa-se que a maioria dos alunos que frequentam estes cursos apresentam várias reprovações ao longo do seu percurso escolar e provêm de contextos sociais mais desfavorecidos (Martins & Pardal, 2005; Azevedo, 2014).

Atualmente, a nível nacional, ainda são os Cursos Científico-Humanísticos (CCH) que lideram as escolhas profissionais dos alunos que transitam para o ensino secundário. Segundo o estudo do CNE (2015), em 2013/2014, 45% dos jovens estavam matriculados em vias profissionalizantes, enquanto 55% estavam matriculados em cursos gerais/científico-humanísticos. No entanto, no agrupamento em estudo, existe uma tendência de evolução no sentido de maior frequência dos CP do que dos CCH. Em dados retirados do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) do Agrupamento de Escolas X e seus documentos de análise estatística, os alunos do ensino secundário estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1- Distribuição dos alunos do ensino secundário no Agrupamento de Escolas X

	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Cursos Científico-Humanísticos	415	339	384	364	374
Cursos profissionais	426	392	330	332	384
TOTAL	841	731	714	696	758

Fonte: PEEM do Agrupamento X e documentos estatísticos do início do ano letivo.

E porquê? Quais são as razões que conduzem a estas oscilações de números e a estas escolhas por parte dos alunos? Serão influências da família, dos amigos, dos *media*, do currículo/desempenho escolar, valorizando mais os resultados, os *rankings* de escolas, ou será a percepção, por parte dos jovens, do peso das questões socioeconómicas? Serão as próprias políticas educativas que têm vindo a conduzir os jovens para este caminho, na tentativa de resolver questões como o abandono e insucesso escolar? E a escola, que intervenção/influência tem nestas escolhas, já que se distancia, de certa forma, dos números a nível nacional? Será este agrupamento mais um caso a acrescentar aos que consideram a via profissional como um “depósito de meninos pobres” e um percurso escolar para os que são “intelectualmente inferiores”?

Efetivamente, vivemos com uma forte influência do contexto socioeconómico que nos rodeia e os alunos e as suas famílias tomam decisões influenciados pelo contexto social onde se inserem e pelas representações que fazem do seu percurso escolar.

Consideramos, portanto, pertinente compreender esta realidade, os fatores subjacentes às escolhas escolares dos alunos que transitam para o 10º ano, no Agrupamento de Escolas X, e, essencialmente, analisar a diferenciação dos percursos escolares existente, sob o ponto de vista de todos os implicados no processo.

Neste sentido, tendo em conta os objetivos que nos propomos atingir, bem como as suas linhas orientadoras, formulamos a seguinte questão central e condutora, o mais clara e objetiva possível, que aqui se expõe:

Quais os fatores subjacentes à “escolha” do curso feita pelos alunos e suas famílias, na transição do 9º para o 10º ano de escolaridade, no contexto do Agrupamento de Escolas X?

Para responder à questão apresentada, partindo de uma visão global e abrangente do tema, formulámos o seguinte objetivo geral:

- Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento de Escolas X.

No sentido de atingir o objetivo geral revelado, aplicando-o a situações particulares, surgiram os seguintes objetivos específicos, com um carácter mais concreto e com uma função intermediária e instrumental:

- Identificar a evolução das políticas educativas relativamente aos dois tipos de percurso no ensino secundário.
- Descrever a evolução da oferta formativa da escola/agrupamento, ao nível do ensino secundário;
- Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos CCH);
- Averiguar o papel/influência que a família tem no processo de decisão dos alunos;
- Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas e percursos académicos anteriores distintos;
- Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos;
- Determinar as perceções dos alunos e suas famílias relativamente às duas vias do ensino secundário;
- Constatar as perceções dos professores sobre os dois tipos de percurso no ensino secundário;

A presente dissertação está dividida em três Capítulos. O **Capítulo I** pretende fornecer uma componente de enquadramento e discussão crítica da literatura relevante acerca do tema em questão, conjuntamente com uma revisão normativa associada ao mesmo. Iniciamos com uma breve abordagem à evolução do Sistema Educativo em Portugal, com particular relevância ao ensino secundário e à unificação e diversificação das respetivas vias de ensino. Segue uma caracterização do Ensino Profissional em Portugal, incidindo essencialmente na criação das Escolas Profissionais como inovação social e educacional, na sua organização e modelo pedagógico e na introdução do ensino profissional nas escolas secundárias públicas. O terceiro ponto deste Capítulo foca o tema das relações entre Escola, Família e Desigualdades sociais, designadamente na problemática das escolhas escolares, correlacionadas com os conceitos de reprodução social e cultural e representações sociais associadas ao ensino profissional.

O **Capítulo II** revela os procedimentos metodológicos adotados na parte empírica deste estudo e seus pressupostos. Inicia com a justificação da escolha de um estudo de caso e apresenta as técnicas de recolha e tratamento da informação utilizadas. Termina com a caracterização do contexto e dos participantes do estudo, nomeadamente o meio onde está inserido o caso estudado, o Agrupamento em questão e os participantes do estudo.

A apresentação e discussão de resultados estão presentes no **Capítulo III**. Para esse fim, foram definidos seis tópicos de análise, abordando os vários intervenientes do estudo, de modo a melhor estruturar o Capítulo e a ir ao encontro dos objetivos específicos delineados para este trabalho. São eles os fatores subjacentes às escolhas do curso no 10º ano, as origens socioeconómicas dos alunos, os seus percursos académicos, o papel da família no processo de escolha, a intervenção da escola no mesmo processo e as perceções existentes acerca dos percursos do ensino secundário.

A dissertação termina com as **Considerações Finais**, onde se refletirá sobre os resultados obtidos e se tentará estruturar conclusões. Serão igualmente demonstradas algumas limitações do estudo e sugestões para futuras investigações que se revelem pertinentes.

Capítulo I - Enquadramento teórico e político-normativo

1. Evolução do Sistema Educativo em Portugal / Ensino secundário

“O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Cap. 1, artº 1º, ponto 2)

A mudança em educação, enquanto processo de matriz social, político, ideológico e cultural é, efetivamente, consequência direta do momento histórico em que se enquadra e nele adquire todo o seu significado e potencialidade explicativa, ao mesmo tempo que também o serve.

Tendo consciência deste facto, não poderíamos deixar de apresentar uma descrição da evolução do Sistema Educativo Português, quer histórica, quer política, abordando alguns dos normativos associados, para que possamos com maior acuidade compreender as suas práticas e lógicas. Pretendemos enquadrar a nossa temática ao longo dos tempos, singularmente o ensino secundário, e perceber aqueles que foram os traços comuns das políticas de educação em Portugal, nomeadamente a evolução da escolaridade obrigatória, a igualdade de oportunidades, a equidade, a qualidade do serviço público de educação e os resultados/sucesso escolar (Rodrigues *et. al*, 2015). Para tal, deparámo-nos com várias balizas temporais, defendidas por diferentes autores.

Baseando-se num estudo de Tavares Emídio (1991), Azevedo & Alves (1999, p. 23) consideraram a evolução do ensino secundário “balizada” em três períodos distintos:

- de 1948-49 a 1969-70: da publicação dos estatutos do ensino liceal e técnico ao funcionamento integral do ciclo preparatório do ensino secundário;
- de 1969-70 a Abril de 1974: a tentativa isolada de melhoria do sistema;
- de Abril de 1974 à atualidade (Janeiro de 1980 – data do estudo): “o movimento de alterações personalizadas”.

Estes autores consideraram então três grandes períodos da história portuguesa, de relevância para o sistema educativo português: o antes da Revolução do 25 de abril, com o Estado Novo, o período revolucionário e o pós-revolucionário, até à atualidade. No entanto, esta atualidade mencionada (1980) deixa por tratar segmentos essenciais para nosso estudo, que são a publicação da LBSE e o aparecimento e desenvolvimento das Escolas Profissionais.

Grácio (1981, p. 34) propõe igualmente três momentos, nomeadamente antes da Revolução de 25 de abril de 1974, o período revolucionário e o período pós-revolucionário até à adesão à Comunidade Económica Europeia. Apesar de se estender por mais alguns anos, também esta proposta suprime o ensino profissional.

Já Barroso (2003) propõe uma leitura da evolução do processo de construção institucional do sistema educativo português assente em quatro grandes ciclos temporais, equacionados segundo a dinâmica social dos processos de mudança e do motivo condutor das políticas educativas que lhes

serviram de base: revolução, normalização, reforma e descontentamento. A fase da revolução inicia-se com o golpe militar de 25 de abril de 1974 e termina progressivamente com a posse do primeiro governo constitucional, em 1976. A segunda fase estende-se até 1986, com a aprovação da LBSE. A terceira fase, marcada pela ascensão e queda do “mito da reforma”, estende-se de 1986 até finais do século XX. A quarta fase inicia-se com os primeiros anos do século XXI.

A divisão temporal por nós eleita fundamenta-se no texto de Rodrigues *et. al* (2015), que apresenta três períodos distintos de análise daquela que os autores classificam de quarenta anos de “construção de um sistema democrático de ensino”: os antecedentes da democratização (1955 a 1974); a rutura e a institucionalização de novas regras (1974 a 1985); o desenvolvimento do sistema democrático de ensino (1986 a 2014).

Além de abordar um período temporal mais alargado e mais recente, esta divisão revela-se mais profícua para nós, uma vez que nos permite aludir também à época do Estado Novo, uma época relevante no desenvolvimento do ensino técnico-profissional em Portugal, ainda que saibamos que este teve as suas verdadeiras origens no século XIX (Martins, Pardal, & Dias, 2005).

No que respeita à educação, Portugal chegou ao “pós-guerra (segunda guerra mundial) com um sistema educativo incipiente” (Lemos, 2015, p. 2). Com a entrada de António de Oliveira Salazar para o governo, como Presidente do Conselho de Ministros, autoritário, efetuaram-se mudanças no ensino primário, com a separação dos sexos nas escolas; a duração do ensino elementar diminui para quatro anos; houve a criação da Escolas do Magistério Primário para a formação dos professores dos graus infantil e elementar do ensino primário, com cursos de duração de dois anos, mas também se criaram os postos de ensino, como tentativa de resolver o problema da falta de quadros docentes e a fraca extensão da rede escolar; promoveu-se uma organização escolar, à qual só tinha acesso uma pequena percentagem da população portuguesa (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004); deu-se a substituição da escola republicana por uma escola nacionalista, com características minimalistas e privilegiando funções de inculcação ideológica e de doutrina do regime; e, mais tarde, houve a distinção entre a via liceal, universitária e técnica, fomentando as desigualdades sociais. Menosprezava-se, nesta altura, o progresso económico por via da educação, sendo que o Estado cumpria a sua missão centralizadora ao serviço do controlo social. O retrocesso relativamente ao período republicano foi visível, o ensino obrigatório foi reduzido a três anos, considerado suficiente, e o ensino primário complementar extinto.

Como bem evidenciou o deputado Teixeira de Abreu, no seu discurso, citado por Lemos (2015, p. 4), considerava-se que “na aldeia, rapaz que fique distinto na instrução primária é um rapaz perdido para a família”.

Vivia-se um dilema entre o desenvolvimento económico e o medo da subversão da ordem tradicional/tensão entre a alfabetização de todos e a educação das elites. Depois dos períodos

marcados pela preocupação com o dismantelamento das representações da escola republicana (1930 – 1936), nomeadamente a visão liberal e positivista que associava “educação a instrução e democracia, o livre-pensamento, a liberdade, a dúvida, a discussão e a inovação pedagógica” (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004, p. 178) e com a inculcação ideológica e doutrinação moral (1936 – 1947), assistiu-se, no período do Estado Novo, à tentativa de articulação das políticas educativas com o desenvolvimento económico (Ministros Pires de Lima e Leite Pinto).

Neste sentido, surgiu o Decreto n.º 37 029 de 25 de agosto de 1947, que estabelecia o Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial - um dos ramos do ensino secundário, paralelamente ao ensino liceal, com variados cursos nas áreas industrial, comercial, de formação feminina e de artes decorativas.

Já na década de 50, o ensino técnico registou um grande aumento na procura. Este constituía uma resposta mais imediata às necessidades da economia. Estava concebido para uma preparação dos alunos com vista a integrarem o mercado de trabalho, para o exercício de uma atividade profissional associada ao setor comercial ou industrial, ainda que precocemente, enquanto o ensino liceal seria uma resposta à procura das classes económicas mais altas e preparava o seu público para universidade. Como refere Barroso (1999, p. 121), “destas duas vias, o *ensino liceal* é que funcionava como paradigma do ensino secundário, servindo o *ensino técnico* como válvula de escape da pressão da procura social para a frequência de estudos pós-primários, ou como segunda via, alternativa ao liceu e potencialmente ajustada às tímidas políticas desenvolvimentistas do pós-guerra.”

Em 1959, o Ministro da Educação Leite Pinto, consciente do atraso de Portugal nas políticas de educação relativamente a outros países ocidentais, e num contexto em que o regime político se tornava mais recetivo aos investimentos estrangeiros e ao desenvolvimento industrial, solicitou à Organização para a Cooperação Económica Europeia, posterior Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a condução do Projeto Regional do Mediterrâneo (PRM), um trabalho comum realizado por técnicos portugueses, mas acompanhado e avaliado por técnicos e especialistas da organização e com financiamento conjunto.

Das orientações emanadas deste trabalho, com divulgação no mandato de Galvão Teles (1962-68) como Ministro da Educação, resultou o alargamento da escolaridade obrigatória por mais dois anos (Decreto- Lei n.º 45 810/64, de 9 de julho), a subsequente criação do ciclo preparatório em 1967 e as primeiras dúvidas quanto à necessidade de atrasar a dualização de vias de ensino para uma idade mais tardia, de se atentar cada vez mais à importância do planeamento das políticas educativas e à colocação de Portugal num espaço internacional (Rodrigues *et. al*, 2015).

A Reforma de Veiga Simão, em 1973, surge como rutura com o modelo salazarista da educação e uma vontade de mudança. Preconizava a criação da educação pré-escolar, o prolongamento da escolaridade obrigatória para oito anos e a reconversão do secundário, que seria composto por um ciclo de carácter geral e um ciclo complementar, ambos com a duração de dois anos. Contudo, esta reforma (Lei nº 5/73, de 25 de julho) não chega a ser totalmente implementada, dado o golpe militar de 25 de abril de 1974, que repõe o estado democrático. Não obstante, foi possível implementar algumas medidas, sob a forma de despachos ou decretos-lei, sendo este o momento que determinou o fim do regime de ditadura e a reposição da democracia. São reforçadas as orientações relativas ao alargamento da escolaridade obrigatória e ao retardamento do encaminhamento vocacional dos jovens e entram na agenda os temas da gratuidade, da ação escolar, da formação de professores e do modelo de administração e gestão do sistema educativo.

Inicia-se então o período de rutura e a institucionalização de novas regras (1974 a 1985). Nesta altura, evidencia-se uma maior abertura do sistema, com tomada de consciência do atraso educacional do país. Como referem Rodrigues *et. al* (2015, p. 44), o 25 de abril revelou-se “uma janela de oportunidade para acelerar o movimento de democratização do acesso ao ensino.”

A mudança de regime trazida pela Revolução de abril de 1974 traz novos desafios e o sistema de ensino terá importantes transformações qualitativas e quantitativas. É neste período que dispara a procura social da educação, relacionada com a busca da melhoria do nível de vida, fruto do crescimento económico, dando origem à democratização do ensino e à educação de massas. Porém, a incapacidade do sistema educativo vigente absorver um número de alunos tão alargado, em tão pouco tempo, traz à tona inúmeros problemas de escassez de recursos físicos e humanos, que levam ao lançamento de medidas de controlo da procura e acesso ao ensino superior.

Com a unificação escolar do 3º ciclo, termina a divisão socialmente seletiva entre liceus e escolas técnicas, que, segundo Rodrigues *et. al* (2015), se pode considerar um dos mais importantes legados do período revolucionário.

O ensino secundário sofre, nesta altura, grandes transformações. Em 1975, cria-se o 1º ano do curso geral unificado, constituído pelos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade obrigatória; em 1976, com a tomada de posse do I Governo Constitucional, há um período de normalização democrática do ensino, em que o Estado recupera o controlo da educação, entregue, até aí, à revolução, aos grupos influentes e às escolas; em 1980-1981, o VI Governo Constitucional patenteia preocupações com o ensino secundário, no entanto, com a crescente necessidade de mão-de-obra qualificada, é o Despacho normativo 194-A/83, de 21 de outubro, aquando do mandato do Ministro da Educação José Augusto Seabra, que estabelece a criação de cursos técnico-profissionais a ministrar após o 9º ano de escolaridade, com a duração de 3 anos e que permitem o acesso ao ensino superior, diploma de ensino de fim de estudos secundários e diplomas de formação técnico-profissional para ingresso

no mercado de trabalho. Esta ficou conhecida como a Reforma Seabra, que, tal como anuncia Duarte (2015, p. 141), “teve o mérito de recolocar a discussão da diversificação do ensino secundário num contexto em que nos anos precedentes se colocava na unificação das vias”.

A etapa referente ao desenvolvimento do sistema democrático de ensino é marcada pela publicação, em 1986, da LBSE (Lei 46/86, de 14 de outubro), uma lei que representa o ponto de partida para uma reforma global do sistema de ensino e que “ não sugere alternativas, antes institui princípios” (Ibidem):

- determina aspetos como a universalidade, obrigatoriedade e a gratuitidade por um período escolar de nove anos, garantindo “a igualdade de oportunidades no cumprimento da escolaridade obrigatória” (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 50);

- reorganiza o sistema educativo através da sua subdivisão em educação pré-escolar, escolar e extra-escolar. A educação escolar passou a compreender os ensinos básico, secundário e superior;

- nos seus artigos 9º e 10º, estipula os objetivos e a organização do ensino secundário;

- nos artigos 16º e 22º, são definidas as modalidades de educação escolar que, direta ou indiretamente, se inserem no nível secundário do ensino e formação.

É igualmente nesta lei que se adquiriram outros princípios, a serem desenvolvidos em anos subsequentes, tais como a gestão descentralizada das escolas e o estatuto profissional dos professores.

No mesmo ano da Lei de Bases, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia, permitindo reforçar a necessidade de atribuir crescente prioridade à política educativa, de modo a que pudesse efetivamente participar das instâncias comunitárias. Um dos eixos destas políticas é interpretado por alguns autores como tratando-se do “novo vocacionalismo” que, tal como em outros países, representa “a substituição da preocupação com a ligação entre educação e democracia, enquanto eixo dominante da política educativa, por uma outra ligação, mais restrita, entre a escolaridade e o mundo do trabalho” (Stoer, Stoleroff, & Correia, 1990, p. 22). Subjaz a esta formulação de política educativa a ideia de que a oferta de recursos humanos com qualificações adequadas é essencial para a modernização da economia do país.

Para isso, o Ministro da Educação Veiga da Cunha solicitou à OCDE um exame à política de educação nacional, bem como a promoção de um estudo sobre o sistema de ensino em Portugal, considerados indispensáveis para preparar a entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Este exame versava temas como o “ensino profissional, a diversificação das vias de ensino secundário, o insucesso e o abandono escolar, a descentralização de competências, a formação de professores, etc.” (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 57). Azevedo (2014, p. 4) alude a este “exame à política educativa de Portugal, promovido pela OCDE, em 1987, que continha como uma das recomendações centrais o investimento na qualificação profissional inicial dos jovens.”

No que respeita ao terceiro período temporal acima mencionado – o desenvolvimento do sistema democrático de ensino – o primeiro ponto a assinalar é a publicação do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, um normativo que apresentou alterações ao nível dos princípios e dos planos curriculares do ensino básico e secundário adequando-os à LBSE. Este decreto estabeleceu uma reforma curricular para o ensino básico e secundário a partir do ano letivo de 1989/90, consagrando a estrutura de três ciclos (4+2+3 anos) para a escolaridade básica obrigatória de nove anos e de um ciclo de três anos para o ensino secundário.

É neste momento que o combate ao insucesso e ao abandono escolar ganham nova projeção e espaço na agenda política, “impondo-se como um dos principais temas de debate e de intervenção pública” (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 60). Para Afonso (1997), surgem medidas resultantes de um *neoliberalismo educacional mitigado*, ou seja, o resultado da existência de dois eixos em permanente tensão: um eixo de expansão do Estado, democratização e alargamento da igualdade de oportunidades no acesso à educação e um eixo neoliberal ensaiando a redução desse mesmo Estado e abrindo o campo educativo à iniciativa privada.

Relativamente ao ensino secundário, destaca-se a criação do ensino profissionalizante como uma alternativa credível ao ensino superior, na tentativa de concretização da política de diversificação curricular no ensino secundário. Houve a criação de cursos tecnológicos nas escolas regulares e de CP nas escolas profissionais (Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro), então criadas através de protocolos entre Estado e entidades privadas (Azevedo, 2010).

Com o Decreto-Lei nº 7/2001, de 18 de janeiro, lança-se uma reforma do ensino secundário, consequência da necessidade de mitigar as questões de insucesso escolar e abandono escolar precoce, evidentes, muito devido à instituição dos exames nacionais como acesso ao ensino superior, em 1994, alterando o regime de avaliação de alunos em vigor desde 1974. Note-se também a participação de Portugal na primeira edição do programa PISA (Programme for International Student Assessment) de avaliação internacional das competências dos alunos, em 2000.

Esta reforma é revogada em 2001 pelo Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, que aprova uma reorganização do ensino básico, e pelo Decreto-lei nº 6/2001, de 18 de janeiro, do ensino secundário. Este último, que continuará a ser foco de atenções em anos posteriores, bem como a necessidade de alargamento da escolaridade obrigatória, a reorganização dos ciclos de ensino e ao modelo de gestão das escolas e, essencialmente, a melhoria dos resultados escolares. Surge, em consequência, a ideia de que seria necessária uma alteração à LBSE, vista como “obstáculo à introdução das reformas necessárias” (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 71).

João Barroso (2003), designa este ciclo com “descontentamento”, referindo que

“acabada a euforia da Reforma em que se empenharam os dois maiores partidos (...) e depois de 25 anos de transformações contínuas (...), responsáveis por uma elevada taxa de crescimento de alunos, professores e escolas, o diagnóstico que é feito sobre o desempenho do sistema e das escolas é, em muitos casos, pouco animador, oscilando entre a desilusão e a catástrofe” (p. 73)

O Decreto-Lei nº 74/2004, de 24 de março aprova e introduz uma nova reforma do ensino secundário. É neste momento que o ensino profissional é introduzido nas escolas secundárias públicas, com o alargamento e a diversificação da oferta formativa no secundário. Reintroduzem-se os exames de português e matemática no 9º ano de escolaridade e, em 2009, alarga-se a escolaridade obrigatória para os 12 anos.

Com os mandatos das Ministras da Educação Maria de Lurdes Rodrigues e Isabel Alçada, a expansão e diversificação da oferta profissionalizante nas escolas públicas torna-se uma linha a seguir. Em 2010, o país compromete-se perante a União Europeia a atingir a taxa de 10% de abandono escolar precoce em 2020, sendo que, entre 2005 e 2011, a taxa de abandono escolar precoce passou de 38,8% para 23%. (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 75).

Tabela 2. Taxa de retenção e desistência (%), segundo o nível de ensino e o ciclo de estudo, por ano letivo – 2003/04 a 2014/15

Nível de ensino e ciclo Ano letivo	Ensino básico				Ensino secundário
	Total	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	
2003/2004	11,5	6,2	13,5	17,4	33,6
2004/2005	11,5	5,2	12,5	19,3	31,9
2005/2006	10,6	4,3	10,5	19,1	30,6
2006/2007	10,0	3,9	10,3	18,4	24,6
2007/2008	7,7	3,6	7,8	13,7	20,6
2008/2009	7,6	3,4	7,5	13,8	18,7
2009/2010	7,6	3,5	7,5	13,5	18,9
2010/2011	7,3	3,2	7,1	12,9	20,5
2011/2012	9,5	4,2	11,0	15,2	19,7
2012/2013	10,2	4,6	12,4	15,7	18,8
2013/2014	9,8	4,8	11,2	14,9	18,2
2014/2015	7,8	4,0	8,5	12,1	16,4

Nota: Estes valores dizem respeito ao ensino básico regular, aos cursos científico-humanísticos/gerais e cursos tecnológicos do ensino secundário regular e a partir de 2008/2009 também aos cursos profissionais.

Fonte: DGEEC/MEC - Perfil do aluno 2014/2015

Não é de menos realçar a relação existente entre a entrada do ensino profissional nas escolas secundárias públicas e a evolução positiva dos números apresentados, bem como no que respeita à redução do insucesso escolar. Note-se que entre as datas acima apresentadas, passamos de uma percentagem de 30,6% para 19,7% (tabela 2).

A Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, estabelece a escolaridade obrigatória a todos os jovens com idades compreendidas entre os seis e os dezoito anos, universaliza também a educação pré-escolar aos cinco anos de idade e generaliza a oferta de CP nas escolas públicas, registando-se um crescimento exponencial de alunos nos cursos em questão. Pretendeu-se “reforçar a identidade do ensino secundário e acentuar a especificidade das vias profissionalizantes” (Rodrigues *et. al*, 2015, p. 78).

No seguimento da grave crise das dívidas soberanas europeia (2010), com o pedido de ajuda financeira externa e consequente obrigatoriedade de concretização de um programa de austeridade e de redução da despesa pública, a educação não ficou de fora das inúmeras reformas estruturais postas em prática. Com o Ministro da Educação Nuno Crato, a melhoria da qualidade do ensino, a redução da despesa em educação e a garantia de qualidade e atratividade em termos de mercado de trabalho e formação profissional foram tónicas tidas em conta. Regressam os programas e metas curriculares orientados para os conteúdos e não para competências, valorizando-se o exame nos três ciclos de ensino. A retórica é descentralizadora, liberal e modernizadora, apontando para uma estratégia de redução da intervenção do estado na regulação e prestação do serviço educativo, com a promoção de um “mercado da educação” e adopção de critérios e modalidades de gestão empresarial.

A portaria nº 292-A/2012, de 26 de setembro lança a oferta formativa de cursos vocacionais no ensino básico, para onde os alunos com insucesso escolar seriam encaminhados, a partir dos doze anos de idade, sendo assim reintroduzida a lógica de dualização do ensino básico, ao contrário do estabelecido na LBSE, com o princípio de uma escolaridade básica unificada até aos quinze anos de idade.

O XXI Governo Constitucional entra em funções em 2015, com o Ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues. Numa ideologia política socialista questionam-se algumas medidas em vigor, tais como as metas curriculares estabelecidas para os diferentes ciclos de ensino, o encaminhamento precoce de alunos para diferentes vias de ensino, terminando o percurso vocacional no ensino básico, e a imediata adoção de um novo sistema de avaliação dos alunos. Eliminam-se assim as provas finais dos 4º e 6º anos de escolaridade.

Ao fazer esta pequena retrospectiva histórica do ensino secundário em Portugal, está bem patente a evolução do ensino secundário associada à mudança de regime político em 1974. Esta expande-se com a publicação da Lei de Bases e prolonga-se até aos dias de hoje. Todavia, como refere Azevedo (2015, p. 2), “o atraso estrutural português na democratização da educação, que correspondeu a décadas de desinvestimento em educação e formação, fez com que Portugal, no início dos anos noventa, ainda apresentasse disparidades gritantes nas taxas de escolarização, quando comparamos este país com a situação europeia.”

Martins (1999) afirma ainda que

“a democratização do ensino encontra-se longe de alcançar os objectivos, sendo que apenas o acesso e tempo de permanência no sistema têm sido incrementados, a par de alguma uniformização no ensino. O sucesso, a igualdade nas saídas e, mesmo a igualdade no acesso não se verificam cabalmente.”(p. 107)

Atualmente, o ensino secundário conta com três tipos de ensino: o ensino geral, o ensino tecnológico e o ensino profissional. Segundo a revisão curricular do ensino secundário (2003), bem como o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, podemos encontrar vários cursos de ensino: CCH; cursos tecnológicos; cursos de ensino artístico especializado; cursos de ensino profissional; cursos de ensino vocacional e ensino secundário na modalidade de ensino recorrente. Assim, o ensino secundário assume uma dupla função, tendo em conta as modalidades de ensino a ele associadas. Por um lado, a função de orientação e seleção daqueles que pretendem seguir os estudos superiores, por outro, a preparação daqueles que procuram integrar o mercado de trabalho após a conclusão do secundário, portanto, o exercício profissional imediato, não se encontrando vedado o prosseguimento de estudos.

1.1 Unificação e diversificação das vias de ensino

Ao abordar a unificação das vias de ensino em Portugal, há um marco temporal que é imperioso aludir – o pós 25 de abril de 1974. Porém, este processo terá tido o seu início com a implementação do 7º e 8º anos da reforma Veiga Simão, que unificava a escolaridade obrigatória até ao 8º ano (Duarte, 2015).

A unificação do ciclo complementar só veio a ocorrer com a extinção das escolas técnicas, eliminando a diferenciação entre cursos liceais e técnicos. Com efeito, muito para além das questões de democratização do ensino e de fomento da igualdade social, houve, acima de tudo, uma uniformização do currículo que “se traduziu numa horizontalidade das estruturas escolares, por oposição à ordenação vertical que exprimia a hierarquia e as diferenças sociais” (Grácio, 1995; Cardim, 2005, cit por Duarte, 2015, p. 136).

A verdade é que a unificação do ensino, com o objetivo de atenuar as desigualdades sociais existentes, assentou no modelo liceal, considerado o de qualidade, conduzindo a um processo de *licealização* do ensino e perdendo o cariz prático e profissionalizante do ensino técnico. Como referiu Martins, 1995, p. 35, cit. por Duarte (2015),

“deste modo, os alunos passaram a frequentar uma única via de ensino, pouco ou nada diferente da que tradicionalmente correspondia ao liceu. A antiga separação espacial e terminológica entre os estabelecimentos de ensino que marcavam simbolicamente a divisão social desapareceu, imprimindo-se um cunho licealizante ao ensino em Portugal.”(p. 137)

Lemos (2015) expõe que

“a unificação do então ensino secundário, associada à extinção das então *escolas técnicas comerciais e industriais*, acabam por criar as condições para o total desaparecimento do ensino técnico e profissional do sistema educativo num processo que veio a ser designado por *licealização* do ensino secundário.” (p. 308)

Azevedo (2015) afirma que se seguiu

“o caminho único de uma “licealização” do ensino, igual e profundamente discriminatória, fomentadora de enormes caudais de insucesso e promotora da desigualdade de oportunidades. Enjeitou-se o nome, mas manteve-se o estilo, como diz Eurico Lemos Pires.”(p. 415)

No caso da diversificação das vias de ensino em Portugal, esta teve a sua maior evidência no período do Estado Novo, com a separação entre o ensino técnico e liceal, já apontado anteriormente, mas é a reforma Seabra, na década de 80, a primeira tentativa de reintrodução do ensino técnico-profissional. Com efeito, a “unificação do ensino” parecia estar a falhar, estando o ensino secundário apenas a servir os objetivos dos alunos que pretendiam ingressar no ensino superior, com os números do insucesso escolar no ensino secundário a crescer, crescimento este que se prolongou até pelo menos 2005, atingindo quase os 40% (Duarte, 2015, p. 138).

As pressões internacionais chegaram ao nosso país e o *Exame à Política Educativa de Portugal*, solicitado à OCDE, recomendava vivamente que se fizesse algo que pudesse colmatar a falta de diversificação do sistema. A verdade é que se começou a compreender a necessidade de se qualificar os indivíduos para o mercado de trabalho, de se modernizar o sistema, acompanhando a Europa, assistindo-se “a um retorno às questões da diversificação da oferta educativa perdendo-se a grande bandeira da unificação – democratização do ensino” (Duarte, 2015, p. 139).

No entanto, nesse momento, não houve grande procura destes cursos que, segundo Duarte (2014), se explica pela “herança do sistema dual”, que orientava este caminho para uma segunda escolha, pelo facto de não haver ainda um número de alunos significativo a seguir o percurso escolar do ensino secundário e porque o perfil dos alunos que efetivamente o faziam correspondia aos que pretendiam seguir o ensino superior.

A publicação da LBSE também se revela de extrema importância neste tema, pois será o primeiro normativo legal que assume o ensino secundário como intermédio no prosseguimento de estudos, mas também como um nível de preparação para a vida ativa (Duarte, 2015, p. 140). À parte destas vias, foram também criadas as escolas profissionais (Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro), estas que obtiveram um enorme sucesso, fruto do facto de se constituírem com base num subsistema próprio, através de parcerias público-privadas, fora das escolas secundárias públicas. Note-se, porém, que estas escolas usufruíam de fundos sociais europeus, o que incrementou a sua procura e empregabilidade.

Mas esta ideia de criar, cada vez mais, oferta formativa orientada para a vida ativa não só persistiu, como aumentou, surgindo os cursos tecnológicos nas escolas públicas (Decreto-Lei nº

286/89, de 29 de agosto). Não obstante, junto com esta criação, persistiu, mais uma vez, o ensino predominantemente liceal, aumentando os números do insucesso e abandono escolar. Estabeleceu-se uma igualdade e uniformização curricular, que se traduziu numa horizontalidade das estruturas escolares, apenas servindo os alunos que pretendiam ingressar no ensino superior.

Os tempos posteriores demonstraram várias tentativas de alteração desta evidência, com a reforma curricular do ensino secundário em 2000/01 (Duarte, 2015, p. 144) e criação de CP inseridos nas escolas secundárias públicas, em 2004/05, numa nova reforma. Esta reforma “(...) consolidou a possibilidade de os CP, (...) poderem funcionar, a par da restante oferta educativa de nível secundário, nas escolas generalistas” (Capucha, 2009, p. 94, cit. por Duarte, 2015, p. 146).

Esta análise sumária ao caminho que o sistema de ensino em Portugal seguiu ao longo dos tempos, designadamente ao nível da existências de duas vias de ensino, permite-nos concluir que a preocupação com a diversificação do sistema e com o seu impacto na sociedade, na equidade e na igualdade de oportunidades tem sido uma constante. Temos, hoje, um sistema educativo consolidado, mas, tal como refere Lemos (2015), ao visionar criticamente todo o percurso, podemos identificar um ciclo na análise das diferentes visões do ensino e dos problemas que daí advêm. Há questões do passado que hoje se repetem e dúvidas que também reaparecem, as quais mencionaremos posteriormente. Como disse Lemos (2015),

“A mudança de paradigma iniciou-se com o PRM (Projeto Regional do Mediterrâneo), mas aquele perdurou até ao final da primeira década do século XXI. É por isso que a própria linguagem do PRM se mostra, afinal, tão atual e tão próxima, apesar das enormes diferenças da realidade e do contexto em que foi produzida, com a realidade envolvente da recente extensão da escolaridade obrigatória.” (p. 323)

2. Ensino profissional em Portugal

Os ecos da valorização da educação prática num ser humano já vêm de longe, bem como as propostas de começo de estudos profissionais em Portugal. Já no século XIX e 1ª República, nomes como João de Barros e Bernardino Machado se faziam ouvir, defendendo a necessidade de se conhecer uma profissão antes de seguir a Faculdade e os benefícios do domínio das artes e ofícios. Associava-se a formação profissional, e sua valorização, a uma nova moral, para a qual um ofício era imprescindível (uma moral fundamentada no exemplo prático da solidariedade e na contemplação da vida real) (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004).

Segundo a Recomendação nº 142, da Organização Internacional do Trabalho, de 1980, a “formação profissional visa identificar e desenvolver aptidões humanas, tendo em vista uma vida ativa produtiva e satisfatória e, em ligação com diversas formas de educação, melhorar as faculdades dos indivíduos compreenderem as condições de trabalho e o meio social e de influenciarem estes, individual ou coletivamente” (Art. 1º, p. 2). Além disso, refere ainda que a

“formação profissional de cada País deve responder às necessidades dos adolescentes e adultos ao longo da vida, em todos os sectores da economia e a todos os níveis de qualificação profissional e de responsabilidade”(Art. 4º, p. 3).

Podemos verificar, então, que, em relação a Portugal, a associação da educação prática ao crescimento pessoal de cada um, como condição essencial a uma educação plena e, em especial, ao desenvolvimento económico de um país foi frequente, mas nem por isso podemos dizer que esta algum dia gozou da mesma imagem e dignidade do ensino liceal, direccionado ao prosseguimento de estudos, mesmo em tempos dos nomes atrás referidos.

Posto isto, não é nossa intenção aproveitar este momento para retornar às origens da formação profissional em Portugal, mas sim proceder ao desenvolvimento teórico em torno da origem do subsistema de ensino profissional em Portugal, bem como explorar os discursos envolventes e justificativos da sua implementação.

2.1 As Escolas Profissionais como inovação social e educacional

O subsistema das Escolas Profissionais teve a sua génese, em Portugal, no ano de 1989, e foi considerado uma “inovação social e educacional” por alguns autores (Antunes, 2004; Azevedo, 2014). Importa, portanto, perceber o conceito de inovação, quer educacional, quer social, com a devida conexão ao tema em estudo.

Pardal (1997, p. 9) afirma que “inovação é mudança, mas não se confunde com esta ” e “da mudança faz parte, como sabemos, a inovação”. De facto, podemos mudar sem inovar. Tal como este autor refere, “inovação educacional corresponde a uma ação marcada pela introdução no sistema educativo de algo que no mesmo não existia” (Ibidem), quer seja ao nível da administração, na organização do currículo, na dinâmica da sala de aula e da turma, na avaliação, da formação docente, não de forma radical, recusando a inércia inerente a uma mera evolução progressiva das realidades. Esta alteração significativa “implica a generalização naquele de um novo elemento ou de difusão de algo até então com circulação restrita” (Ibidem).

Assim, podemos considerar a definição de inovação educacional como o processo de criar ou aperfeiçoar práticas educacionais que tenham alguma característica diferenciada das práticas educacionais tradicionais e que reflita numa mudança de atitudes, de visão, de rotinas, que se estendam a outros, em regime de partilha e de colaboração, com vista à melhoria de resultados da escola e, acima de tudo, ao sucesso dos alunos. Neste sentido, legitimamos a utilização do termo “inovação”, social e educacional, quando falamos do aparecimento das Escolas Profissionais, pois estas vieram, de facto, assumir um novo paradigma de educação no ensino secundário, inserindo-se

em outros meios da sociedade, quer ao nível do modelo de gestão, mais autónoma, como ao nível da sua organização e modelo pedagógico adotado.

Azevedo (2014, p. 421) elenca vários elementos de inovação social no aparecimento das Escolas Profissionais:

- o Estado deixou de ter o monopólio na oferta pública e institucional do ensino e investiu-se em parcerias entre Estado e sociedade civil, com a cooperação de muitos atores sociais locais, em forma de contratos-programa, estes os dispositivos jurídicos encontrados para formalizar esta relação de parceria. No contrato-programa eram definidas as responsabilidades de cada uma das entidades intervenientes, os recursos materiais e todas as estruturas de gestão da escola;

- passou a haver um modelo de gestão autónoma e privada destas escolas, confiando-se nela, sem afetar a natureza pública da sua atividade;

- despertaram-se muitas instituições e competências de empreendimento e cooperação na sociedade portuguesa, que levaram ao desenvolvimento do ensino profissional e sociocomunitário;

- criou-se uma nova oportunidade educativa, muito solicitada e procurada por jovens que pretendiam um percurso escolar mais curto e mais direcionado à prática e ao mundo do trabalho, constituindo-se como cidadãos ativos e contribuintes, integrados social e profissionalmente.

Este processo, com origem na publicação do normativo no Diário da República (o Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro), mobilizou então diversos atores sociais da sociedade portuguesa, sob a iniciativa dos Ministérios da Educação e do Trabalho (embora depressa tenham passado para a alçada do Ministério da Educação), e veio dar resposta à prioridade dada ao ensino profissionalmente qualificante da altura, que preparava os jovens à entrada no mercado de trabalho, sustentado num discurso onde sobressaía a “instrumentalização da educação enquanto factor adiantado e infra-estrutura de suporte à competitividade económica e à empregabilidade” (Lima & Afonso, 2002, p. 12, cit. por Cerqueira & Martins, 2011, p. 124).

Na verdade, havia um momento de pressões internas e externas a favor da necessidade de se investir mais na qualificação profissional inicial dos jovens e na qualificação dos adultos, num país que tinha começado muito tardiamente o processo de escolarização massiva da sua população.

Segundo Azevedo (2014, p. 2), em 1989, foram ainda inquiridos cerca de seis mil adolescentes acerca do que aspiravam, relativamente ao tipo de percurso escolar e profissões futuras (num universo de perto de cem mil), dos quais 85% afirmavam querer continuar a estudar e 5% declaravam querer procurar emprego ou abandonar os estudos. Entre os primeiros, 24 a 30% afirmaram pretender prosseguir estudos em vias técnico-profissionais, após conclusão do ensino básico.

Antunes (2014) considera que esta foi uma medida política educativa que não se pode dissociar da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, dadas as influências e

orientações crescentes, no contexto comunitário, no que se refere à necessidade do desenvolvimento de políticas de educação e formação, e consequente diversificação das vias vocacionais. Utiliza-se este conceito de “formação”, tendo como definição o “conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.” (Comissão Interministerial para o Emprego, 2005, cit. por Cerqueira & Martins, 2011, p. 126).

De facto, era necessário resolver questões de abandono escolar precoce e taxas de escolarização do ensino secundário que, apesar da rápida recuperação dos anos oitenta, em comparação com os países europeus, Portugal continuava aquém. Todavia, era essencial que se tivessem em consideração as questões de equidade e igualdade de oportunidades, por oposição à ideologia do anterior *ensino técnico*, direccionado às camadas sociais mais desfavorecidas. Era também essencial atentar-se às consequências da massificação escolar, oriundas do período pós 25 de abril de 1974, com a unificação do ensino, para todos, independentemente das suas diferenças culturais, económicas, confessionais, etc. Esta, como diz Azevedo (2014, p. 4), “fomentadora de enormes caudais de insucesso e promotora da desigualdade de oportunidades.”

Todas estas circunstâncias conduziram a uma forte motivação para a formulação de uma nova política de ensino profissional, vista, por alguns, como de qualidade, capaz de responder a esta orientação das expectativas dos jovens e às pressões da sociedade da altura, juntamente com o investimento financeiro oriundo da Comunidade Económica Europeia. Como refere Azevedo (2014),

“o desafio político central consistia, em 1989, em correr o risco de desenvolver um novo tipo de educação de nível secundário que fosse capaz de, acolhendo todos os jovens, não só não se deixar contaminar por uma subordinação a mandatos meramente económico-produtivos, como de constituir um campo de novas oportunidades de desenvolvimento humano para todos eles(...)”(p. 5)

Fátima Antunes (2000, p. 21) observa, porém, com uma postura mais crítica, que esta diversificação da oferta educativa no ensino secundário é sustentada por uma política educativa que assume a necessidade de:

- “por um lado, seduzir os os “sobreviventes”do sistema educativo, aspirantes a percursos escolares prolongados, para vias de formação de técnicos e/ou quadros intermédios orientadas ainda para facilitar o confronto com “o deserto do mercado de emprego”;
- por outro lado, proporcionar alternativas de escolarização e formação suplementar àqueles jovens cuja experiência escolar conduziu à exclusão ou alienação do sistema de ensino regular, formando e credenciando “técnicos e trabalhadores altamente qualificados”. (p. 138)

Esta autora defende que o ensino secundário passa, assim, a oferecer aos alunos um conjunto de serviços de desigual valor, considerando que “a igualdade em educação é uma condição de

igualdade de oportunidades” (Antunes, 1998, p. 146, cit. por Azevedo, 2015, p. 451). No seu ponto de vista, o que deveria prevalecer nas nossas escolas era um currículo comum, capaz de incluir e generalizar, sem hierarquizar, a aquisição de competências e conhecimentos essenciais à vida social, que incluíssem as dimensões mental e manual das atividades humanas, as aprendizagens ligadas ao corpo e ao intelecto, numa conceção de educação para todos. Todos os grupos sociais teriam uma formação de igual valor, num currículo único que desafiasse o currículo académico imposto até agora (Antunes, 1998, cit. por Azevedo, 2015).

Stoer (2008), por sua vez, alude a esta pretensão das políticas educativas dos anos 80 portugueses de atender às necessidades da economia e de modernização do país, mas fá-lo comparando a correspondência ensino-trabalho e a qualidade no ensino. Na sua opinião, uma sociedade industrializada, que ele designa por “sociedade programada”, seleciona cada um por critérios meritocráticos, ou seja, por diplomas. Assim, “a ligação entre a escola e a atividade profissional é fortalecida, até ao ponto de se tornarem praticamente inseparáveis. A escola não mais precede a vida profissional, é dominada por ela” (p. 109). Na realidade, este autor defende a educação das pessoas e não a atribuição de diplomas, a certificação, pois só educando se formam cidadãos capazes de compreender o mundo que os rodeia, de o criticar e investir em ações dinâmicas e inovadoras. Isso sim, seria qualidade na educação. Segundo o mesmo autor, as escolas dão diplomas e não qualificações e o ensino profissional instrumentaliza este facto, fazendo com que a sociedade olhe para os produtos deste sistema de ensino como produtos de segunda classe e com que os empregadores os olhe como segunda escolha, sempre que tiverem outros concorrentes. Stoer (2008, p. 110) cita Dore (1976, p. 1), o qual, sem reserva, refere que “se o ensino para a educação pode contribuir algo para o crescimento económico, não o pode o ensino que visa qualificações”.

Martins (1999) refere que, relativamente ao ensino de tipo liceal e técnico profissional, do ponto de vista formal, existe igualdade, mas, na realidade, existem diferenças objetivas a assinalar, designadamente o facto de não permitirem as mesmas saídas profissionais, já que o liceal conduz preferencialmente ao ensino superior e o profissional ao mercado de trabalho, as condições materiais e humanas inerentes a estes dois tipos de ensino tendem a ser diferentes e o prestígio e reconhecimento do ensino liceal é bastante superior em relação ao profissional.

Não obstante, e referindo-nos ao ensino profissional em Portugal, “foi através deste ensino que largas camadas populares alteraram a sua situação, quer profissional, especialmente pela passagem dos desempenhos do sector primário para os sectores secundário e terciário, quer geográfica com a passagem do campo e das pequenas vilas para as cidades” (Martins, Pardal, & Dias, 2005, p. 80).

Martins (1999, p. 114) refere ainda que “ o ensino técnico e profissional assume-se com capacidades para intervir na resolução do insucesso escolar massivo, evitando por esta forma que os alunos abandonem a escola sem qualquer formação e que, ao não serem absorvidos pelo sistema de emprego, formem grupos marginais e de difícil integração social”.

Em jeito de sùmula, segue o enquadramento legal (tabela 3) que abriu caminho e deu origem às Escolas Profissionais, apresentado por Franco, Pardal, Ventura, & Dias (2004, p. 248). Esta síntese inicia com a LBSE, que definiu as grandes linhas orientadoras para a formação profissional, passa por 1989, ano da criação, em Portugal, do subsistema de formação profissional, refere o ano de 1991, que estabelece o enquadramento legal das escolas profissionais e termina com o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não superior, documento relevante na concretização dos vetores estruturantes que o regulam - a liberdade de ensino, a inerente liberdade de criação de escolas particulares e o consequente compromisso de acompanhamento e supervisão do Estado.

Tabela 3 – Síntese da legislação regulamentadora das Escolas Profissionais

Diploma	Assunto
Lei de Bases do Sistema Educativo, lei 46/86 de 14 de Outubro (Lei nº 46/86 de 14 de outubro)	- Atribui lugar de destaque à educação técnica, tecnológica e artística.
Decreto-lei nº 26/89, de 21 de janeiro	- Criou as Escolas Profissionais, enquanto modalidade especial de educação escolar.
Decreto-lei nº 401/91, de 16 de outubro	- Estabelece o enquadramento legal da formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de emprego.
Portaria nº 423/92, de 22 de maio	- Define o regime de avaliação nas Escolas Profissionais.
Decreto-lei nº 70/93, de 10 de março	- Introdz alterações ao regime de criação e funcionamento das escolas profissionais e revoga o decreto-lei 26/89.
Decreto-lei nº 4/98 de 8 de janeiro	- Revoga o decreto-lei 70/93, define que as escolas profissionais se organizam e funcionam, para além dos diplomas legais, de acordo com os seus Estatutos onde é definida a estrutura orgânica, os objetivos, competência dos diversos órgãos e a forma de designação e substituição dos seus titulares.
Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não superior	- Documento de referência para a aplicação de normas subsidiárias (adaptadas)

Fonte: Franco, Pardal, Ventura, & Dias (2004, p. 248)

2.2 Organização das escolas profissionais e modelo pedagógico

Sendo então consideradas um modelo de ensino inovador (Antunes, 2004; Azevedo, 2014), importa perceber o que de novo estas escolas vieram trazer ao ensino em Portugal, ao nível da sua organização e modelo pedagógico.

As Escolas Profissionais foram criadas com autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, em que a regulação no Ministério da Educação se combinou com a iniciativa autónoma de várias instituições da sociedade portuguesa. Com efeito, nos quatro primeiros anos, estas instituições passaram de 0 a 168, com mais de duzentos novos parceiros sociais, sendo as autarquias municipais, apoiadas por vários tipos de associações, as que mais se comprometeram neste processo (tabela 4).

Tabela 4 - Escolas Profissionais e número de promotores por tipologia das entidades

	1989	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Câmaras Municipais	14	18	19	15	11	77
Administração Pública	6	10	8	6	4	34
Empresas Privadas	23	21	6	9	6	65
Associações	33	19	17	8	2	79
Associações Empresariais	11	8	10	12	1	42
Sindicatos/Associações Sindicais	4	8	0	3	2	17
Outros	4	2	1	5	0	12
TOTAL	95	86	61	58	26	326

Fonte: DES, retirado de Azevedo (2014, p. 422)

Os seus cursos foram designados por Cursos Profissionais (CP), predominantemente orientados para a vida ativa, tendo como preocupação responder às carências do mercado de trabalho, a nível local e regional, pelo que se procurou que os cursos lecionados em cada escola/centro de formação estivessem relacionados com as características e necessidades da região em que se inseriam. Ainda hoje se verifica a mesma articulação.

A sua conclusão permite uma qualificação profissional, inicialmente de nível III e, atualmente, de nível IV, bem como um diploma de conclusão do 12.º ano de escolaridade, não impedindo o prosseguimento de estudos superiores, mediante a realização dos exames nacionais do ensino regular, nas disciplinas específicas de acesso.

Os CP ministrados em escolas profissionais são regulamentados e reconhecidos pelo Ministério da Educação, embora a sua criação seja normalmente resultado da iniciativa da sociedade civil, pelas instituições acima apresentadas.

Fazendo uma breve análise do Decreto-Lei n.º26/89 de 21 de janeiro, o artigo 3º enuncia as finalidades da criação das escolas profissionais, que passam por:

- preparar os jovens para a vida ativa;
- fortalecer a aproximação da escola e do mundo do trabalho, facultando aos alunos contato com a realidade profissional e munindo-os de experiência profissional, através da formação em contexto de trabalho. Esta que assume particular relevo, constituindo uma vantagem competitiva, e se desenvolve através de práticas de observação no decurso de visitas de estudo a empresas, de estágios curtos, estudos e projetos de desenvolvimento ou produção de serviços e bens e desenvolvimento experimental (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004);
- prestar serviços à comunidade, promovendo uma valorização recíproca;
- dotar o país e a região, onde está inserida, de recursos humanos adequados ao seu desenvolvimento;
- preparar o jovem para a vida ativa ou prosseguimento de estudos numa modalidade de qualificação profissional.

O artigo 9º do mesmo Decreto-Lei enuncia, igualmente, algumas orientações relativamente à organização dos CP, a saber:

- estas deverão organizar-se, preferencialmente, em módulos de duração variável, segundo níveis de escolaridade e qualificação profissional, progressivamente mais elevados;
- o plano de estudos deve incluir componentes de formação sociocultural, científica e tecnológica e técnica, em proporção variável consoante os níveis de qualificação profissional;
- o curso incluirá realização de estágios, dependendo a sua organização e forma das possibilidades oferecidas localmente;
- poderá haver ligação, no desenvolvimento da formação, com empresas e centros de formação profissional;
- o plano de estudos da cada escola profissional é submetido anualmente pela sua direção, à aprovação pelos Ministérios da Educação e Emprego e Segurança Social.

Em suma, foram vários os elementos inovadores desta modalidade de ensino, designadamente a criação destas escolas mediante a realização de um contrato-programa entre o Estado e um conjunto de parceiros locais, a sua autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, a articulação com as comunidades onde estariam inseridas e com as carências do mercado de trabalho, a estrutura modular do seu currículo, que incluía a realização de estágios em empresas e o facto da sua conclusão permitir a inserção imediata no mercado de trabalho, sem invalidar o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Deste modo, tal como nos refere Azevedo (2014, p. 425), em 1989, o nível secundário de ensino e de formação passava assim a ter como principais características:

- Após os nove anos de escolaridade básica (três ciclos de 4+2+3 anos), a oferta concentrar-se-ia em três tipos de instituições: as escolas secundárias (com cursos gerais e cursos tecnológicos), as escolas profissionais (com CP) e os centros de formação profissional (com cursos de formação em alternância);

- Todos os cursos teriam a duração de três anos (no caso da formação em alternância, admitia-se a possibilidade de alargar alguns meses este período) e todos, sem exceções, teriam três componentes formativas no quadro de um currículo comum (formação geral ou sociocultural, formação específica ou científica e formação técnica ou tecnológica);

- Os cursos conduziram, no seu final, a diplomas diferentes, mas todos eles seriam equivalentes em termos educativos e para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior, constituindo esta a grande diferença entre o anterior ensino técnico-profissional.

Segundo Azevedo (2010, p. 3), este tipo de ensino baseia-se numa inovação educacional/curricular - os ciclos de estudo e o sistema modular. Os alunos progridem por módulos - “pequenos conjuntos de aprendizagens que têm que ser alcançadas por todos” - e não por disciplinas anuais, cujas vantagens são, para Orvalho (2003), cit. por Azevedo (2010):

- i) “responsabilizar mais os alunos pelo desenvolvimento dos seus itinerários de aprendizagem e favorecer a aquisição de mais confiança e autonomia pessoal;
- ii) inovar pedagogicamente, pois amplia-se imenso o campo de construção criativa de soluções flexíveis e adequadas a cada escola e curso, e a cada caso individual, mobilizando todos os recursos disponíveis, na escola e na comunidade envolvente;
- iii) potenciar o sucesso educativo, pois a avaliação e a progressão escolar sustentam-se em saberes e competências efectivamente adquiridos, incrementam a recuperação de quaisquer “atrasos” e evitam o arrastamento do insucesso;
- iv) desenvolver nas escolas competências e ambientes pedagógicos fundamentados, autónomos, flexíveis e criativos.”(Ibidem)

Considera-se, portanto, que o aluno nunca é deixado para trás, a aprendizagem é centrada nele, no seu ritmo de aprendizagem e é-lhe fomentado o sentido de responsabilidade individual e cooperação. Além deste facto, nesta modalidade de ensino, os alunos são postos em contacto directo com a comunidade local, em regime de estágios e experiências de trabalho, das quais resulta uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), que é um projeto de trabalho que deve ser elaborado e defendido no final do curso (com duração de 3 anos), para a sua conclusão. Nesse momento, aos alunos é-lhes conferido um diploma de técnico, que confere equivalência ao nível secundário e permite ingressar no mundo do trabalho ou candidatar-se ao prosseguimento de estudos de nível superior, realizando os exames nacionais.

2.3 Os cursos profissionais nas Escolas Secundárias Públicas

Em 2005, o Ministério da Educação, dirigido pelo Ministro da Educação David Justino, em parceria com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, lança a “Iniciativa Novas Oportunidades” e decide introduzir os CP nas escolas secundárias, embora o tenha feito já em 2004, em regime experimental nas áreas de Mecânica e Química, regulamentado pelo Decreto-lei nº 74/2004 de 26 de março. Aproveitando os bons resultados que o ensino profissional revelou durante mais de quinze anos, esta deixa de ser uma modalidade especial de educação exclusiva das escolas profissionais, passando a estar inserida no ensino secundário e a ser também ministrada em escolas secundárias (Azevedo, 2015).

Foi neste momento que se decretou uma reforma do ensino secundário, por via do referido Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de março, vindo consolidar a oferta formativa ao nível do ensino profissional, alargando-a a todas as escolas com ensino secundário. Ainda que considerado um “modelo de sucesso”, com elevadas taxas de conclusão e baixos índices de abandono escolar, os CP vêm acabar a sua existência quase exclusiva no âmbito das escolas profissionais (Fonseca, Caramelo, & Rocha, 2013).

Esta iniciativa veio demonstrar que a procura de uma via profissionalizante existia, pois a oferta destes cursos era inferior aos interessados, juntamente com o grau de empregabilidade e de sucesso oferecido. Azevedo (2015, p. 454, 455) aponta três grandes razões para esta mudança de orientação política:

- i) era necessário aumentar a escolarização da população estudantil do ensino secundário, dados os níveis elevadíssimos de insucesso e de abandono escolar que ainda se mantinham;
- ii) era essencial preparar os jovens profissionalmente para o mercado de trabalho, que estava cada vez mais competitivo;
- iii) o Governo pretendia que “as vias profissionalizantes representassem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário”.

Esta ação foi rápida e provocou uma profunda mudança no ensino secundário público. Mais do que alterar os números dos alunos que passaram a frequentar, após a conclusão do 9º ano de escolaridade, uma via mais profissionalizante, alterou o número de alunos que o fez, mas nas escolas públicas. Observando o Quadro 3, verificamos que, desde 2005, o número de alunos a frequentar esta modalidade passa de 1 368 para 51 670, em 2008/2009, já ultrapassando as escolas profissionais.

Tabela 5– Evolução da frequência do ensino profissional em Portugal (1989-2012)

Ano lectivo	Total	Escolas secundárias	Escolas profissionais
1989/1990	2088	-	2088
1990/1991	6439	-	6439
1991/1992	11116	-	11116
1992/1993	17045	-	17045
1993/1994	22727	-	22727
1994/1995	25932	-	25932
1995/1996	26627	-	26627
1996/1997	26686	-	26686
1997/1998	27922	-	27922
1998/1999	26775	-	26775
1999/2000	27501	-	27501
2000/2001	28464	-	28464
2001/2002	31418	-	31418
2002/2003	30792	-	30792
2003/2004	31346	-	31346
2004/2005	33620	1368	32252
2005/2006	33341	1670	31671
2006/2007	44466	12110	32356
2007/2008	66494	31044	35450
2008/2009	89499	51670	37829
2009/2010	103250	63259	39991
2010/2011	106381	64659	41722
2011/2012	109260	66374	42886

Fonte: Estatísticas da Educação (2014), retirado de Azevedo (2014, p. 38)

A missão da escola é integrar e ensinar todos os alunos e o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade fez com que esta missão, apesar de dificultada, se tornasse possível.

Não obstante, o facto da criação e introdução dos CP nas escolas secundárias contribuir para esta realidade, a verdade é que também trouxe à tona questões e constrangimentos a ter em conta. Segundo Azevedo (2010; 2015), a importação de modelos sem a inovação dos processos é um risco, mas pode também constituir uma mais valia, se as escolas secundárias públicas aproveitarem para mudar o seu tradicional perfil institucional, licealista, e se tornar mais próximas de todos os alunos e das complexidades sociais envolventes. Isto aconteceu em algumas escolas e em alguns municípios, mas, na opinião do mesmo autor (2015), na maioria dos casos, não houve essa preparação por parte de todos os implicados no processo para a receção destes cursos, naquelas que efetivamente nunca deixaram de funcionar mediante os moldes das tradicionais escolas secundárias.

Neste sentido, os professores não foram devidamente formados, não houve gestão de recursos e de equipamentos adequada, não se contemplaram as saídas profissionais e a essencial ligação com o mercado de trabalho e não se verificou a aplicação de uma metodologia diferenciada; o ensino era, e ainda é, muito centrado no professor. Mais ainda, destinaram-se estes

cursos aos alunos que não conseguiam ter sucesso noutra via, transformando, para utilizar o termo do mesmo autor, os CP em “caixotes do lixo”, para onde são empurrados os alunos com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano, não conseguindo, por exemplo, estar aptos a prosseguir estudos superiores, como era inicialmente esperado.

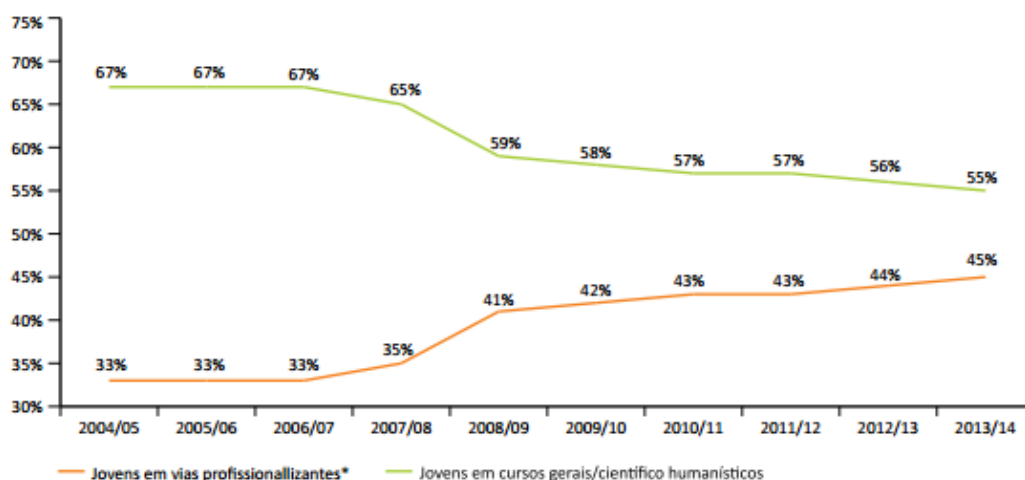
“Nos vários estudos mencionados existe um aspeto recorrente, o de que o ensino técnico profissional foi sendo considerado, ao longo dos tempos, um ensino de segunda escolha e frequentado, de uma maneira geral, por um perfil de alunos cujos trajetos e percursos escolares são, sobretudo, pautados por insucesso, tendo estes estudantes origens socioeconómicas também mais desfavoráveis” (Duarte, 2012, p. 12).

Conquanto, é visível a necessidade que o nosso país tem em formar quadros intermédios competitivos e em quebrar com um historial de empresas voltadas de costas para as escolas, em especial a escolas públicas. Autores como Franco, Pardal, Ventura, & Dias (2004) reconhecem a necessidade de se estabelecerem parcerias entre escolas e o mundo das empresas, em especial no que diz respeito à necessidade de complementar a formação escolar com a aprendizagem em contextos de trabalho. Os mesmos consideram que poderá ser esse o caminho que levará à melhoria da qualidade e da imagem do ensino profissional. Aliás, facto este que já é evidente, pois já começam a ser frequentes alguns alunos, que fogem aos estereótipos do ensino profissional, que escolhem este ensino por quererem experienciar o mundo laboral enquanto estudam, com um tipo de ensino mais direccionado à prática e à vida ativa.

“As razões terão que ser encontradas na complexidade das interações entre as necessidades do mercado, a capacidade de resposta do Estado e das escolas, sejam elas de iniciativa pública ou privada, e o modo como os diversos grupos sociais gerem as suas expectativas, quer em relação ao mercado, quer em relação à instituição escolar” (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004, p. 277).

Numa perspetiva mais atual, os números revelam um crescimento exponencial de alunos a frequentar o ensino profissional. Em dados retirados do estudo apresentado pelo Ministério da Educação e Ciência (2015, p. 74), verificou-se que a percentagem de alunos matriculados em vias profissionalizantes no Continente passou, em 2000/2001, de 28,4% para, em 2012/2013, 44,5%, o que demonstra o rápido crescimento, constante, desta modalidade de ensino. Segundo o estudo do CNE (2015), em 2013/2014, 45% dos jovens do ensino secundário estavam matriculados em vias profissionalizantes, enquanto 55% estavam matriculados em cursos gerais/científico-humanísticos (ver gráfico 1), onde podemos verificar a aproximação destes números.

Gráfico 1. Distribuição (%) dos jovens matriculados no ensino secundário por modalidade de ensino. Portugal



Nota: *Inclui: Cursos tecnológicos; EAE (regime integrado); Cursos profissionais; Cursos de aprendizagem; Cursos CEF e Cursos vocacionais

Fonte: CNE (2015), retirado de DGEEC-MEC (2015)

3. Escola, família e desigualdades sociais

O final do 9º ano de escolaridade afigura-se, tal como outros momentos de transição de ciclo, um momento de ansiedade, drama e angústia para os alunos. Aliás, estes podem ser momentos cruciais de decisão e escolha, o que reveste esta passagem (do básico para o secundário) de uma enorme magnitude, quer para os percursos escolares quer para as trajetórias de vida como um todo. Abrantes (2013) estudou as transições de ciclo, em termos comparativos com outros países, e declara que estas podem ser:

- momentos importantes (“turning points”) nos percursos escolares e de vida dos jovens, que desencadeiam processos complexos de construção de identidades, das redes sociais e dos significados da escola;
- experiências sociais muito condicionadas por configurações institucionais específicas, designadamente entre organizações escolares e grupos profissionais historicamente constituídos, facto que pode desencadear um processo de distanciamento cultural;
- um local privilegiado de observação de estruturas e culturas escolares e a forma como se relacionam.

No seu estudo, Abrantes (2013) sustenta que o modelo de ensino português, com a atual divisão entre 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário, pode ser um processo cujos efeitos sociais geram estímulos adicionais à diferenciação, desigualdade e exclusão, o que poderá, em parte, explicar as taxas de insucesso e abandono escolar que Portugal ainda regista.

Quando falamos da transição entre ensino básico e secundário, acrescentamos um dado que torna esta ação ainda mais intrincada para os alunos – a tomada de uma decisão que, de forma mais próxima e imediata, pode ter consequências para a vida. É este o primeiro passo formal no processo de construção de um projeto vocacional, e, à partida, de uma identidade pessoal e profissional.

O momento de transição para o ensino secundário afigura-se então como um momento de escolha de vida, momento onde se entreveem algumas dificuldades, pois a busca de si, a construção de uma identidade e a definição de um projeto mais ou menos provisório de futuro, em que o adolescente se revê, pode ocorrer a outros ritmos, não necessariamente compatíveis com o calendário institucional imposto pelo sistema. Trata-se de uma incompatibilidade entre aquilo que Vieira (2012) chama de “temporalidade institucional escolar” e “temporalidade biográfica”. A temporalidade institucional escolar é imposta pelo sistema escolar, à entrada do ensino secundário, que olha para o aluno como alguém livre, autónomo e capaz de se projetar no futuro; a temporalidade biográfica, construída a partir da individualidade do aluno, tem em consideração os tempos anteriores e posteriores ao momento de escolha, bem como se divide por múltiplos territórios de existência. Estes estão frequentemente desalinhados com o tempo institucional, impedindo uma escolha consciente e cabível.

3.1 Origem social, trajetórias e escolhas escolares

No que diz respeito ao próprio processo de decisão, que marca a entrada em determinada modalidade de ensino, muitos jovens gozam de uma certa autonomia para fazerem as suas próprias escolhas e serem os construtores da sua identidade pessoal e profissional. Aliás, este é um momento que, em maior ou menor quantidade, alguns jovens assumem a responsabilidade pelo seu projeto vocacional individual, revelando-se este momento, como refere Faria (2008), uma espécie de “ritual de emancipação”. Porém, a opção vocacional não é, de todo, um processo puramente individual; pelo contrário, sabemos que a própria identidade do indivíduo vai sendo moldada ao longo da sua vida e, na maioria dos casos, esta opção é desprezada, fruto de um processo de decisão condicionada. O aluno está condicionado por fatores extrínsecos ao seu percurso escolar e desenvolvimento pessoal, ficando muitas vezes limitado à área geográfica em que reside, bem como à oferta de cursos e agrupamentos nas diferentes escolas secundárias e profissionais. O processo de construção identitária é elaborado na confluência entre o indivíduo e os principais agentes de socialização - a família, a escola. O grupo de pares assume-se também como fator de influência nas escolhas dos adolescentes, variando estes pesos e o significado que se atribui a cada um deles.

Alguns autores aludem às escolhas que os alunos fazem dos seus percursos escolares, particularmente no ensino secundário, e aos fatores que lhes estão subjacentes e fazem-no recorrendo a algumas teorias que consideramos essencial expor. Martins, Pardal, & Dias (2005, p. 88) apresentam as seguintes teorias de Raymond Boudon e Pierre Bourdieu, dois autores contemporâneos, mas que apresentam visões opostas:

i) a teoria de Raymond Boudon (1977) refere que a estrutura social é a consequência dos interesses individuais. Segundo ele, um fenómeno social é o resultado de várias lógicas individuais dos atores, é o produto de ações, crenças e comportamentos individuais. Assim, são as ações dos indivíduos que constroem os fenómenos sociais, e não o contrário. Porém, Raymond Boudon explica que podem existir “efeitos perversos”, ou seja, fenómenos não desejados, que podem condicionar estas ações. No entanto, não estão completamente limitados, nos seus percursos e decisões, pelo peso das estruturas (determinações estruturais, como por exemplo de classe social e papel da escola e das oportunidades educacionais que ela oferece). Boudon (1977) refere que

“It can be said that under extremely general conditions, expansion of educational opportunity does not bring about a reduction in that distinct and essential form of inequality of social opportunity (i.e., dependence of a son’s social status upon his father’s), even if it accompanied by reduced inequality in educational opportunity. (...) our reliance on education as the ultimate public policy for curing all problems, economic and social, is unwarranted at best and in all probability ineffective.” (p. 196)

Ainda nesta teoria, existe o princípio da racionalidade, que, no que respeita às escolhas, permite que famílias e alunos efetuem um cálculo racional acerca das vantagens, custos e riscos associados às diferentes opções.

“les individus «choisissent» leur niveau d’instruction par un calcul rationnel, en fonction de leur position dans le système des classes et des attentes sociales attachées à un instant particulier aux divers niveaux d’instruction” (Boudon, 1973, p. 210).

Assim, as escolhas do indivíduo, e sua família, são ponderadas segundo “o princípio do custo-benefício”, isto é, estuda-se até apenas ao suficiente, até à obtenção de um diploma que será valorizado aquando da sua entrada no mundo do trabalho (Martins, Pardal, & Dias, 2005).

ii) Ao invés, Pierre Bourdieu (1979) empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento que detetou um jogo de dominação e reprodução de valores. A teoria do “fracasso antecipado”, que ele defende, sustenta que as escolhas têm a ver com “a percepção, pelos indivíduos, das suas condições e dos limites que se lhes opõem. Nesta perspectiva, os lugares inferiores, nos sistemas de formação e de emprego, seriam escolhidos pelas classes baixas por se sentirem incapazes de ultrapassar as barreiras impostas pelos sistemas antes referidos” (Martins, Pardal, & Dias, 2005, p. 88). O peso das estruturas é tão forte, que os indivíduos interiorizam ao longo do seu percurso (de uma forma que é reforçada pelo próprio papel da escola) a sua posição

social, e este fator age de forma inelutável sobre as chances de obter sucesso e sobre as escolhas vocacionais. Bourdieu quer combater a ilusão do agente que parece acreditar ter feito a sua escolha por si mesmo, sem atentar para os fatores sociais que condicionaram essa escolha.

Ainda neste âmbito, Susana Faria (2008) procedeu a uma investigação acerca do processo de decisão de alunos que terminam o 9º ano de escolaridade, circunscrito a algumas escolas, com o qual pretendia comprovar que a exposição dos jovens a experiências de vida diversificadas e significativas lhes permitia um envolvimento maior no seu processo de decisão, expondo-os a quadros de referência alternativos ao familiar. Este facto possibilitaria o rompimento com as teorias da reprodução social e cultural.

Neste estudo, apesar de ser um estudo de análise circunscrita, consideramos interessante a tipificação que a autora faz das diferentes formas de condução do processo de decisão vocacional, tendo em atenção as problemáticas presentes no mesmo e respetivos protagonistas e influências, sob o ponto de vista dos jovens, a saber:

1) *Obstinação: quando o mercado de emprego fala mais alto* – refere-se aos adolescentes que se assumem com os únicos atores deste processo, que atribuem pouca confiança à influência dos pais, professores e, essencialmente, à orientação escolar e profissional. As suas escolhas prendem-se com a pressão e expectativa de sucesso no mercado escolar e, em especial, no mercado do emprego, como forma de ascensão social.

2) *Estratégias de mobilidade e percepção diferenciada do sucesso escolar* – neste caso, a autora refere-se ao facto de as sociedades democráticas legitimarem as expectativas de ascensão social por parte dos indivíduos e suas famílias, sendo a escolarização encarada como a principal via de acesso às posições económica e socialmente mais favorecidas. Os adolescentes encaram o seu percurso escolar desse modo, com influência, ainda que indireta, dos pais.

2.1) *A ascensão social* – neste caso, a escolarização surge como instrumento de mobilidade social, pela procura de ascensão social, mas este processo apresenta-se como individual, tendo as famílias e a orientação vocacional pouca influência no mesmo.

2.2) *A manutenção do status* – neste caso, a decisão passa por continuar os estudos, de modo a manter uma posição social e económica elevada, já existente no âmbito familiar. É aqui evidente que, para estes jovens e respetivas famílias, a obtenção de um curso superior é a única e inquestionável garantia de um futuro estável, independentemente do caminho a seguir e da realização pessoal que possam vir a ter. As influências da família e da orientação vocacional existem, embora nem sempre sejam assumidas.

2.3) *A despromoção social* – esta situação é a inversa das duas anteriores, pois representa os adolescentes que, ou por não gostarem de estudar ou por apenas desejarem completar o ensino secundário, não têm um projeto vocacional. Elegem metas escolares relativamente baixas e são

alunos cuja eventual falta de acompanhamento tenha originado um processo de construção identitária tardio ou limitado.

Relativamente a esta tipologia apresentada, a autora conclui que, na realidade, nem sempre são as famílias desfavorecidas que operacionalizam estratégias de ascensão social através de uma escolarização mais elevada. Por outro lado, no caso de famílias com mais capital económico e social, verifica-se uma menor austeridade e severidade relativamente ao aproveitamento escolar dos seus descendentes.

3) *Sucessão e projetos vocacionais outorgados* – refere-se aos alunos que pretendem seguir a profissão dos pais, revelando um pouco das características da manutenção do *status*. Os alunos sabem de antemão o que querem seguir, têm um projeto vocacional bem delineado, assumindo a influência dos pais e a consolidação da orientação vocacional.

4) *Sociabilidade: “seguidismo” ou “casulo protetor”* – estamos perante um caso de alunos muito influenciáveis pelo grupo de pares. Em meio rural, fruto do maior seguimento da política de continuidade das turmas, como ambiente protetor, esta influência é mais intensa e mais frequente. Este facto origina uma disparidade no processo de socialização, com reflexos ao nível da capacidade de adaptação a novos contextos.

5) *Desinformação* – neste caso, os adolescentes não estão devidamente informados e apresentam, assim, uma total ausência de projeto vocacional, motivada por este desconhecimento da oferta existente, bem como uma relativa falta de ambição escolar. A principal razão para este facto é o percurso escolar dos alunos, com reprovações, embora também se verifique a falta de acompanhamento dos pais. De qualquer forma, a importância que a informação tem no processo de decisão dos alunos é inegável, sendo, muitas vezes, minimizada pela orientação vocacional nas escolas.

6) *Subvalorização – a antevisão do fracasso futuro* – neste último caso, a autora refere-se aos adolescentes cujos projetos vocacionais são excluídos por suposta falta de capacidades. Segundo ela, estamos perante um “processo de auto-exclusão, que parece resultar da interiorização de um modelo meritocrático de ensino que parece estar na base da construção de projectos vocacionais alienados e a que não será estranha a (...) perceção diferenciada do sucesso/insucesso escolar”.

Com esta tipologia, Faria (2008) assume o papel crucial que as políticas de escola têm no processo de decisão dos alunos que transitam para o ensino secundário e para a inerente construção de uma identidade pessoal. Nem sempre a família e o meio social em que os alunos estão inseridos apresentam a ansiada paridade e demonstram idênticas possibilidades para os influenciar adequadamente, num processo que se afigura, muitas vezes, dramático, para os adolescentes.

Segundo ela, compete à escola a promoção e diversificação de experiências e de processos de transformação social, que lhes permita a igualdade de oportunidades nas escolhas vocacionais.

Outros autores (Diogo, 2013; Martins, Pardal, & Dias, 2006; Silva, 2013) consideram inegável que as trajetórias escolares assumem um peso muito elevado nas escolhas dos alunos, quer estas sejam de sucesso ou insucesso escolar. Estas, por sua vez, têm vindo a ser associadas às origens sociais dos jovens, englobando o seu *background* económico, a ocupação profissional e o grau de escolarização familiar.

Contudo, torna-se instigante apreender que, para David Justino (2013), esta constatação não pode ser encarada de uma forma determinista. Este admite que existe, na realidade, uma “narrativa social” do insucesso interiorizada na opinião pública, que atribui as principais causas do insucesso escolar à “procura” e não à “oferta”, ou seja, culpabiliza o aluno que não estuda e as desigualdades sociais pelos fracos resultados escolares, responsabiliza as políticas educativas e o fraco desenvolvimento do país, mas tende a desresponsabilizar o processo de ensino-aprendizagem – a escola, os professores. O autor apresenta estes fatores como evidentes, mas refere o “capital social”, os diferentes espaços de socialização dos alunos, para além da família, tais como os amigos, redes sociais, comunidades locais, identificação étnica, como fator a ter em conta. Enfatiza, acima de tudo, o papel da escola enquanto oportunidade de contrariar o *background* social dos alunos e na promoção da igualdade de oportunidades, económica e social, dada a influência que a sua gestão, os seus professores podem ter sobre o percurso escolar dos alunos. Como prova deste facto, Justino (2013, p. 12) expõe o caso de países como Portugal, que, nos resultados obtidos no estudo da OCDE (PISA, 2009), “para diferentes níveis médios de escolarização terciária da geração dos pais”, apresentam “resultados acima ou abaixo do que seriam os resultados esperados.” Portugal tende a apresentar resultados superiores. Ora, na opinião deste autor, isto leva-nos a concluir que é o efeito escola que é diferenciador, quando o capital cultural é menor. O mesmo se passa a nível do territorial, dentro do país. Há escolas do interior do país que apresentam resultados acima do esperado, dada a sua localização geográfica, recursos disponíveis e capital social e económico dos alunos. Justino (2013) mostra que

“ a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades educativas só é possível a partir de modelos multifatoriais, e que as combinações desses fatores tendem a diferenciar-se de acordo com os contextos sociais territorializados.” (p. 16)

Em conclusão, enquanto que Boudon alude às escolhas como consequências de lógicas individuais, condicionadas, ou não, por “efeitos perversos”, onde as estruturas sociais, como a escola e a proveniência social, não têm um peso determinante, Bourdieu, seguido por autores mais recentes como Ana Diogo, António Martins, Luís Pardal, Carlos Dias e Pedro Silva, teoriza que as escolhas dependem do peso das estruturas, dos fatores sociais, com interiorização, por parte dos

indivíduos, deste mesmo peso. A escola, por sua vez, reforça esta interiorização e reproduz as estruturas sociais.

Susana Faria, com o seu estudo, e David Justino afirmam que as escolhas individuais têm influência, mas também outros agentes como as famílias, o grupo de pares. Porém, cabe à escola, como agente de influência fulcral, diversificar as experiências dos jovens, no sentido de evitar, o mais possível, a reprodução social e cultural.

Questiona-se, então, a tese do insucesso ou das desigualdades e o determinismo das origens sociais, para chamar à atenção da relevância do efeito escola, da construção de expectativas e o sistema de oportunidades.

É indiscutível o peso dos fatores sociais no processo de decisão de um jovem, bem como no seu desempenho ao longo da sua vida escolar, mas é igualmente capital e imperioso o papel que a escola pode exercer neste processo. A escola tem que ser vista como comunidade educativa, englobando alunos, professores, funcionários, mas também famílias e meio envolvente. Todos são escola e, nesse ponto de vista, ela pode contribuir para o desenvolvimento de um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para, então, transformá-la, de modo a torná-la menos preconceituosa e menos reprodutora.

3.2 Reprodução social associada ao ensino profissional

“A escola constitui um cenário particularmente rico para a observação social nas sociedades contemporâneas. Pelo seu carácter obrigatório e universal, ela acolhe duradouramente todas as crianças e jovens pertencentes a uma dada classe etária, independentemente do sexo, condição social, origem étnica ou religiosa” (Vieira, 2012, p. 470).

Antes de associarmos o conceito de reprodução social e cultural ao ensino profissional, importa clarificar o que entendemos por reprodução. Para tal, recorremos a Stoer (2008), Abrantes (2011) e Gonçalves (2012), que exibem as teorias da reprodução social e cultural de Bourdieu e Passeron, da sua obra de 1970.

Segundo esta teoria, a educação funciona “como um instrumento de reprodução da cultura das classes sociais dominantes, sendo que através dessa reprodução se asseguraria a manutenção das estruturas sociais desiguais” (Gonçalves, 2012, p. 267). As relações de poder, nas sociedades de classes, contêm sempre uma dimensão de violência simbólica, de forma oculta, ou seja, de imposição quase impercetível de um conjunto de significados, de referentes culturais (saberes, linguagens, normas, valores, representações, etc.), e impõe-nos como legítimos. São os grupos dominantes que o fazem ao conjunto da sociedade, como reforço da sua posição privilegiada. Assim sendo, qualquer ação pedagógica — seja comunitária, familiar, religiosa, política, militar ou

especificamente educacional — constitui uma violência simbólica e impõe significados que reproduzem a ordem dominante e reforçam a ordem social. Torna-se assim evidente que, “através da realização do processo de reprodução cultural, a acção pedagógica perpetua a estrutura de classe de uma dada sociedade” (Stoer, 2008, p. 87).

Ora, é fácil conceber que a ordem pedagógica (institucionalizada) da escola cumpre, assim, uma função externa de reprodução da ordem social dominante. Para tal, as relações de poder atribuem a certos indivíduos ou instituições a faculdade de ensinar, ocultando a sua dependência das relações de poder, através da naturalização da sua função e dos conteúdos que transmitem. Neste processo verifica-se que, frequentemente, os diversos agentes pedagógicos entram em competição pela autoridade pedagógica. Bons exemplos deste facto são as tensões educativas entre família e escola, entre os campos cultural e económico ou entre diferentes correntes pedagógicas.

A massificação do ensino em Portugal tem sido um argumento utilizado para questionar as teorias da reprodução social e cultural de Bourdieu e Passeron, através do acesso à escolarização superior por indivíduos provenientes de todas as classes sociais, transformando a ordem pré-estabelecida, quer a nível social, quer a nível profissional.

Como afirmou Diogo (2016, p. 331), “a massificação do ensino separou os dois grandes princípios que davam sentido ao trabalho escolar, a vocação intelectual e a utilidade social, que caracterizavam bem a figura dos “herdeiros” de Bourdieu e Passeron (1985)”.

Era suposto que, com o tempo, a desvantagem escolar das classes desfavorecidas desaparecesse, dando lugar a um sistema de igualdade de acesso e oportunidades, colocando a reprodução social e cultural fora do sistema educativo. Esta situação, na generalidade, não se tem verificado e, embora se comece a compreender o papel relevante que a escola pode ter na reversão desta situação, Abrantes (2011) considera que “a expansão educacional está longe de ser socialmente igualitária. (...) Lado a lado, trabalham escolas (e turmas) socialmente desiguais: umas marcadas por expectativas, investimento e sucesso; outras encerradas em carências, instabilidade e fracasso” (p. 269, 270).

A questão de reprodução social e cultural aparece, assim e ainda, associada ao ensino profissional, na medida em que, analisando a origem social dos alunos que mais apresentam insucesso escolar e abandonam a escola no ensino secundário, se verifica que existe de facto uma correlação entre eles. Martins, Pardal, & Dias (2005, p. 77) afirmam que “o carácter funcional e regulador deste ensino se mantém e que continuam a verificar-se correlações fortes entre a sua frequência e a origem social e o aproveitamento escolar dos alunos até ao 9º ano”.

De acordo com um estudo de Duarte (2012), os alunos que frequentam CP provêm de famílias detentoras de menores recursos escolares e são oriundos primordialmente de famílias com profissões associadas a menor prestígio e menores condições remuneratórias. Mais ainda, verifica-

se alguma associação entre os alunos dos CP e trajetórias escolares caracterizadas por algum insucesso escolar.

Com efeito, os mecanismos escolares tendem a assegurar a reprodução das desigualdades, em vez de contornarem e atenuarem as mesmas, e a escola pública, os seus professores e elementos dirigentes podem ter um papel fundamental, designadamente favorecendo, ou não, a reprodução das diferenças de origem dos alunos. Um facto inegável é que foi atribuída à dualização do ensino secundário – ensino liceal e ensino técnico –, na época do Estado Novo, a responsabilidade da reprodução das estruturas sociais, como fator de estigmatização e de reforço das desigualdades sociais, mas, ao longo dos tempos, esta situação não se tem alterado.

3.3 Representações sociais sobre o ensino profissional

Apesar do aumento da procura do ensino profissional na escola pública, sempre houve, como atrás referido, um certo estigma denotado em muitos setores da sociedade, relativamente aos alunos que o frequentam. Como refere Joaquim Azevedo (1994), cit. por Silva (2013, p. 16),

“Muito boa gente tem a sua cabeça ordenada de modo a concluir de imediato: os alunos das escolas profissionais são, obviamente, os que mais reprovam, os que provêm de grupos sociais mais desfavorecidos e os que são filhos de pais iletrados e, por isso, são escolas de segunda”.

É por esta razão que as representações sociais que se fazem dos CP tendem a ser socialmente desfavoráveis.

Porém, esta é uma ideia que o poder político e económico tenta contrariar, criando uma imagem que mostra este ensino com igual reconhecimento social e “proporcionando iguais níveis salariais e mais garantias de emprego do que outros cursos de natureza superior” (Martins, Pardal, & Dias, 2005, p. 94).

Notícias como “Ensino profissional batalha pela valorização”, escrita por Cátia Mateus, em 07.08.2015, e publicadas no Expresso, que nos dá conta de uma entrevista a José Luís Presa, presidente da Associação Nacional das Escolas Profissionais (ANESPO), são um bom exemplar das tentativas de promover o ensino profissional. Não só o entrevistado apela à entrada de um maior número de alunos para esta modalidade de ensino – 50% dos alunos do ensino secundário, em 2010 – como também assume a empregabilidade de 70% dos alunos saídos de cursos profissionais.

Jodelet (1997) cit. por Mendes, Martins, & Madeira (2007), define representações sociais, comprovando a ideia por nós seguida, como

“uma forma de conhecimento social que se constitui a partir de experiências individuais, mas também de informações, conhecimentos e modelos de pensamento veiculados pela tradição, educação e comunicação social e

que dão sentido a acontecimentos a actos que acabam por se tornar habituais, forjando evidências sobre a realidade”.(p. 129)

Com efeito, o conhecimento que hoje nos cerca sobre o ensino profissional, que não é mais do que a articulação de diferentes questões e pontos de vista, que nos chegaram pela nossa história, pela evolução da nossa sociedade, do nosso sistema educativo, pela comunicação social, é uma realidade. Já não representa um dado individual, mas uma imagem coletiva, uma representação social, e esta, efetivamente, não é a mais abonatória.

De acordo com Pardal, Martins, & Dias (2007, p. 70), “as representações sociais constituem-se como modalidades de entendimento e integração do mundo físico e social que nos envolve (...), mas também como instrumento activo no controlo e resolução dos problemas que o mundo material e social nos vão colocando”, o que nos inteira da necessidade da criação desta imagem positiva do ensino profissional. Com efeito, todos estamos inseridos numa sociedade que nos vai moldando e controlando, através de um conjunto de ideias, valores, significados e ações que se vão construindo. É uma realidade que ainda hoje o ensino de cariz mais prático é visto como direccionado aos alunos mais incapazes intelectualmente e oriundos de famílias mais desfavorecidas. Cada vez menos, é certo, dadas as alterações a nível económico e social que as sociedades têm vindo a ser sujeitas e à ideia de que este tipo de ensino pode proporcionar iguais níveis salariais e mais garantias de emprego do que outros cursos de natureza superior. De qualquer forma, como referiram Martins, Pardal, & Dias (2005, p. 94), este tipo de ensino continuará “uma nebulosa em movimento dada a pouca clareza no processo e em decorrência dos antagonismos entre o que é e o que se pretende que seja”.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e a ordenar dados.” (Eco, 1998, p.32)

1. Opções metodológicas

Para a nossa investigação, procedemos a um estudo de caso, no Agrupamento de Escolas, a que chamamos X, devidamente autorizado. Para tal, utilizámos o método qualitativo conjugado com o quantitativo, no sentido de obter conhecimento extensivo e abrangente, por um lado, e intensivo e profundo, por outro, sobre o problema investigado.

1.1 Estudo de caso: justificação

Tal como refere Bell (2002, p. 23), “a grande vantagem deste método (estudo de caso) consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso.” Cada instituição/organização é única, tem características específicas, e foi nossa intenção tentar identificá-las no agrupamento em questão, relacionando-o com o meio onde está inserido, e expor o modo como influenciam a implementação de sistemas e o funcionamento de uma organização (Ibidem).

Yin (2001, p. 32) define estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real”, pelo que a atualidade do tema foi igualmente, para nós, um aspeto a ter em conta, tal como a preservação das características holísticas e significativas do agrupamento em estudo.

A opção pela utilização dos dois métodos, qualitativo e quantitativo, em detrimento de uma abordagem de ordem meramente quantitativa, deve-se ao facto de considerarmos que, no caso deste estudo em concreto, a investigação quantitativa poder ser limitadora. Como profissionais de educação, atuando nesse mesmo contexto e vivendo, no dia-a-dia, os problemas reais dos alunos e professores, verdadeiros atores deste processo, pareceu-nos que teria sido algo redutor fazer um estudo em que os dados apresentados fossem meramente estatísticos e de ordem quantitativa, apesar de entendermos que o uso de técnicas estatísticas, mensuráveis de forma mais rígida, nos permite objetividade e analisar uma amostra maior. Não obstante, interessou-nos analisar os diferentes percursos escolares do ensino secundário e os fatores que influenciaram as decisões dos alunos nesses percursos e não apenas apresentar listas mais ou menos extensas de dados quantitativos. A conjugação dos dois métodos permitiu-nos beneficiar das vantagens existentes nos dois, suportar os dados qualitativos com dados quantitativos, sendo possível juntar mais informação do que usando apenas um dos métodos. A análise de conteúdo qualitativa apoiará, completará e aprofundará os resultados quantitativos, tendo como objetivo utilizar vários processos de recolha e análise que se completem e que ajudem a retirar conclusões verdadeiras e válidas para o nosso

estudo. Assim sendo, foram utilizados três inquéritos por questionário, dirigidos a alunos, Encarregados de Educação (EE) e professores, procedendo a análise estatística dos mesmos, foram feitas três entrevistas semiestruturadas ao Diretor do Agrupamento, ao Coordenador dos Diretores de Turma do ensino básico e à Psicóloga Escolar, das quais resultou a respetiva análise de conteúdo, e foi levada a cabo a análise documental. Consideramos, assim, que a nossa investigação se tornou mais rica, mais adequada ao tipo de estudo e de objetivos que se pretendia atingir.

1.2 Técnicas de recolha e tratamento da informação

O estudo de caso foi operacionalizado, recorrendo a:

- Inquérito por questionário a alunos do 10º ano de escolaridade, professores do 10º ano e EE, por amostragem;
- Entrevistas semiestruturadas (diretor, coordenador dos diretores de turma do ensino básico e psicóloga escolar);
- Análise documental (documentos estruturantes do Agrupamento) e bibliográfica.
- Análise de conteúdo das entrevistas efetuadas;
- Análise estatística dos inquéritos por questionário utilizados.

1.2.1 Inquérito por questionário

O inquérito por questionário segundo Quivy & Campenhoudt (2005),

“consiste em colocar um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às expectativas, ao seu nível de conhecimento (...) ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse aos investigadores.” (p.20)

A utilização de questionários oferece a possibilidade de inquirir um grande número de pessoas quase em simultâneo, economizando tempo, proporcionando grande liberdade de resposta e grande facilidade no tratamento estatístico dos dados. Sabendo que não nos seria possível questionar toda a população em questão, optamos pela amostragem que, segundo Fernandes (1995, p. 171), “consiste em escolher as pessoas a interrogar por forma a assegurar que sejam tanto quanto possível representativas do conjunto da população a estudar”. Foram questionados todos os alunos a frequentar o 10º ano de escolaridade, 306 alunos, dos quais se obteve uma amostra de 123 (40,1%), que enviaram resposta; todos os professores do 10º ano, 61 professores, dos quais responderam 29 (47,5%), e todos os EE de alunos do 10º ano de escolaridade, 306 EE, dos quais se obteve uma amostra de 133 de respostas obtidas (44,4%), acerca das suas opiniões e visões do

tema tratado. Neste caso, os inquiridos foram questionados relativamente às razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano de escolaridade e às perceções que têm das duas vias do ensino secundário.

Note-se que a decisão de se terem escolhido alunos a frequentar o 10º ano de escolaridade se prendeu com o facto de já terem sido submetidos recentemente ao processo de escolha dos seus percursos escolares para o ensino secundário.

No sentido de promover uma tradução fiel das opiniões das pessoas questionadas, bem como a garantia de que estes estariam protegidos pelo anonimato nas suas respostas, o inquérito por questionário foi elaborado cuidadosamente e submetido à Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar, com o número 0581800001. Usaram-se, na sua maioria, perguntas fechadas, prevendo-se a resposta “sim” e “não” e com a apresentação de alternativas de resposta, de escolha múltipla. Houve o cuidado de encadear as questões com lógica, iniciando com questões que não comprometessem os inquiridos, bem como em utilizar um questionário pouco extenso. Como refere Fernandes (1995, p. 173), “o número de perguntas a incluir deve ser limitado pela receptividade do público a que se dirige”.

Para esta elaboração, foram inicialmente construídos três quadros, um para cada questionário (ver anexo 1), de modo a construir as questões em função dos objetivos do estudo, bem como a dividi-las em partes, segundo o seu conteúdo. A partir destes quadros, foram construídos os questionários (ver anexo 2).

Após a recolha das devidas declarações de consentimento informado (ver anexo 3) dos EE, os questionários foram testados e apresentados diretamente às pessoas, que o preencheram elas próprias – questionário de “administração direta” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 190). Embora, como diz Fernandes (1995, p. 174), lhes “retire o grau de espontaneidade”, com a amostra apresentada, este foi o método mais eficaz, considerando o número de pessoas a inquirir e o facto de se incluírem os EE.

Após a recolha de todos os questionários, procedeu-se à seleção do método mais adequado de tratamento de dados, sendo, posteriormente, elaboradas tabelas de compilação de dados, seguidas de gráficos, para melhor visualização das conclusões. Foi utilizado o *Google forms*, por forma a compilar os dados obtidos nos inquéritos por questionário, bem como o *Microsoft Excel*, que, através de fórmulas simples, nos permitiu calcular uma grande base de dados de forma rápida, com uma leitura clara das informações recolhidas.

1.2.2 Entrevista semiestruturada e análise de conteúdo

A opção pelas entrevistas semiestruturadas baseia-se na possibilidade de se “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer” (Bell, 2002, p. 118). Pretendeu-se enriquecer a investigação com pontos de vista que vão mais além das respostas aos inquéritos, que deixam muito por dizer, mas com o cuidado de se poder conduzir a entrevista segundo uma estrutura já definida. Os entrevistados puderam, porém, exprimir opiniões e falar dos assuntos com liberdade. Como refere Quivy & Campenhoudt (2005, p. 21), “é essencial que decorram de uma forma aberta e flexível”.

No sentido de averiguar o papel/influência que escola e família têm no processo de decisão dos alunos, bem como as ideias que os professores fazem dos dois tipos de percurso no ensino secundário em questão, foram entrevistados o diretor do agrupamento, a psicóloga escolar (como interveniente importante nas escolhas vocacionais dos alunos) e o coordenador dos diretores de turma do ensino básico, que têm contato direto com os alunos, num ano de transição e escolha.

Foram elaborados três guiões de entrevista (ver anexo 4), que tiveram em atenção a adequação dos momentos da entrevista determinados e respetivas questões com os objetivos estabelecidos para o estudo. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra, de modo a garantir a fidedignidade ao que foi dito pelos pesquisados.

As informações recolhidas através das entrevistas semiestruturadas foram tratadas recorrendo à análise de conteúdo que, de acordo com Fernandes (1995, p. 169), “incide sobre os significados das palavras. Visa justamente isolar na massa dos textos as linhas mestras e as tendências que lhes dão o seu sentido real”.

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005, p. 225), podemos distinguir três grandes categorias de análise de conteúdo:

- as *análises temáticas*, que tentam revelar as opiniões dos entrevistados, a partir de um exame a certos elementos constitutivos do discurso. Aqui podemos distinguir a análise categorial, que consiste em calcular e comparar as frequências de certas características previamente agrupadas em categorias significativas, e a análise da avaliação, que foca os juízos formulados pelo interlocutor.

- as *análises formais*, que se relacionam com as formas e encadeamento do discurso. Nestas, podemos encontrar a análise da expressão, que incide sobre a forma da comunicação, e a análise da enunciação, que concebe o discurso como uma dinâmica própria reveladora e baseia-se no desenvolvimento geral do discurso.

- e as *análises estruturais*, que incidem sobre a maneira como os elementos da mensagem estão dispostos, tentando revelar aspetos subjacentes e implícitos da mensagem. Podemos

distinguir a análise de ocorrência, que analisa as associações de temas na sequência da comunicação, e a análise estrutural propriamente dita, que revela os princípios que organizam os elementos do discurso.

Neste sentido, optamos por utilizar a análise temática categorial, pelo que foram elaboradas grelhas de análise de conteúdo, onde foram estabelecidas categorias de análise, linhas orientadoras, associadas a unidades textuais comprovativas das mesmas (ver anexo 5).

1.2.3 Análise documental

A análise documental passou pelos documentos estruturantes do Agrupamento, como o Projeto Educativo de Escola, o Plano Anual de Atividades, o Regulamento Interno da Escola, o Relatório de Autoavaliação, o PEEM e os documentos de análise estatística a que o Agrupamento recorre para analisar os resultados obtidos pelos alunos. Foi possível, assim, recolher informações acerca da evolução da oferta formativa do agrupamento, ao nível do ensino secundário e do papel que a escola exerce nesta evolução.

A identificação das políticas educativas relativamente ao tema da investigação fez-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com recurso a livros, a bibliotecas e à internet, no sentido de complementar a informação e enquadrar teoricamente todo o trabalho. Aliás, consideramos que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica e documental, com fontes variadas, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto e estruturar um fio condutor para a sua investigação.

Como refere Quivy & Campenhoudt (2005),

“qualquer trabalho intelectual deve ultrapassar as interpretações estabelecidas, a fim de fazer aparecer novas significações mais esclarecedoras e mais perspicazes. É importante insistir desde o início na exigência de situar claramente o trabalho em relação a quadros conceptuais reconhecidos, a exigência da validade externa.”(p. 9)

2. Caracterização do contexto e dos participantes do estudo

Para proceder a uma análise pormenorizada do objeto do estudo de caso, torna-se essencial enquadrá-lo no seu contexto e caracterizar os seus participantes. Assim sendo, faremos uma apresentação do meio onde o objeto de estudo está inserido, descrevê-lo-emos e caracterizaremos os participantes do estudo.

O contexto do estudo é um Agrupamento de Escolas denominado X, garantindo a confidencialidade das informações recolhidas. Todos os dados relativos a este ponto da dissertação foram recolhidos recorrendo ao PEEM, ao Projeto Educativo de Escola, Regulamento Interno e

outros documentos de análise estatística elaborados pela Direção do Agrupamento ao longo dos anos letivos.

2.1 Contexto geográfico e económico

O Agrupamento de Escolas X está localizado na região centro sul, no litoral do país, com uma área de 108 Km² e uma população de 26 997 habitantes (censos 2011). Foi constituído administrativamente por sete freguesias, mas, com a entrada em vigor da Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro (reorganização administrativa do Território das freguesias), o concelho reduziu o número de freguesias para cinco. Beneficia de excelentes acessibilidades rodoferroviárias aos principais centros urbanos da região centro, do país e fora do território nacional, sendo que constitui o único centro urbano localizado no ponto de encontro da maioria das estradas nacionais/municipais, que atravessam o território municipal. A Linha do Norte dos Caminhos de Ferro Portugueses (itinerário ferroviário principal Braga-Porto-Lisboa-Faro) assume ainda grande relevância, pelo seu papel fundamental no transporte de matérias-primas e produtos manufaturados e nos movimentos pendulares de passageiros.

Não obstante as peculiaridades que definem e caracterizam esta cidade e que vão para além de se constituir como um núcleo aglutinador de bens e serviços (designadamente a existência de esteiros e canais), é visível um decréscimo demográfico no último período censitário, resultado de alguma fragilidade na capacidade de atração de população.

A explicação da diminuição da população verificada no concelho e também, de forma generalizada, no território da Região Centro, assenta em diversos fatores, designadamente: o envelhecimento da população, a diminuição da taxa bruta de natalidade e o surto emigratório, acompanhando a tendência a nível nacional, com repercussões no comportamento da taxa de crescimento efetivo desfavorável.

Numa análise da agregação populacional por famílias, os censos em 2011 revelam a existência de 9 612 na cidade em questão (concelho), que se distribuem de forma heterogénea pelo território municipal.

Relativamente às atividades económicas, em 2012, contabilizavam-se 2 343 empresas no concelho em questão, das quais mais de dois terços pertenciam à atividade terciária (72%), quase um quarto das empresas estavam afetas ao setor secundário (22%) e apenas 6% do total de empresas se relacionavam com o setor primário. Embora inserido na larga tradição industrial de referência no território nacional, o concelho apresenta uma dinâmica empresarial mais significativa ao nível do setor dos serviços. O maior número de empresas (588) presentes no concelho respeitam a atividades económicas de transporte e armazenagem, seguindo-se as atividades de comércio por grosso e a retalho (335 empresas) e as atividades relacionadas com a educação (279 empresas). A

estrutura empresarial do município é marcada fundamentalmente por microempresas (menos de 10 trabalhadores), correspondendo a 96% do total de empresas, seguindo-se as pequenas empresas (entre 10 e 49).

Considerando a população ativa, verifica-se que a maioria encontra-se empregada (88,2% de indivíduos empregados). A situação de ativos desempregados ocorre fundamentalmente nas mulheres, as quais representam cerca de 54%, no total de ativos desempregados.

É possível constatar que ao nível do concelho, a grande maioria da população empregada, 57,6%, apenas completou o ensino básico, refletindo ainda preocupações, dado o baixo nível de escolaridade da população empregada. Por outro lado, é também relevante a parcela de ativos empregados que possuem o ensino secundário, correspondendo a cerca de 23% do total da população empregada.

Fazendo uma breve análise da taxa de abandono escolar do concelho, verifica-se que a sua evolução, da população residente do concelho (1%), revela uma diminuição acentuada do abandono precoce do regime de ensino, registando melhorias significativas na redução do abandono escolar.

2.2 Agrupamento

O Agrupamento de Escolas X tem a sua origem na agregação dos dois agrupamentos de escolas e de uma escola secundária, por força do reordenamento e reajustamento da rede escolar pública não superior, agregação ocorrida em 26 de abril de 2013, constituindo o ano escolar 2013/2014 o seu primeiro ano de funcionamento.

No ano escolar 2016/2017, o agrupamento passou a ser um agrupamento de grande dimensão, constituído por 8 estabelecimentos de ensino, em 8 espaços diferentes, desde o pré-escolar até ao 12º ano de escolaridade, com a frequência de 3 139 alunos, distribuídos como apresentado na seguinte tabela:

Tabela 6 - Número de turmas e alunos por ciclo de ensino no ano letivo 2016/2017, no Agrupamento de Escolas X

<i>Nível de ensino</i>	<i>Nº de turmas</i>	<i>Total de alunos</i>	<i>Total de alunos com NEE</i>
Pré-escolar	13	248	5
1º ciclo	40	784	59
2º ciclo	22	424	25
3º ciclo	36	744	33
Secundário	30	758	13
EFAS	7	181	0
TOTAL	148	3139	135

Fonte: Documentos estatísticos do início do ano letivo do Agrupamento de Escolas X

Este é um Agrupamento tido como dinâmico, que não se opõe à inovação, e que apresenta a seguinte Missão de escola, constante nos seus documentos estururantes:

“Entendendo o acesso à educação e à cultura como direito inalienável de todos os cidadãos, consubstanciado na Constituição da República, cumpre ao agrupamento, enquanto estrutura organizada, no desenvolvimento de uma multiplicidade de ações da sua iniciativa e responsabilidade e, por iniciativa ou sob a responsabilidade de parceiros, garantir a efetivação dos direitos enunciados, respondendo às necessidades resultantes da realidade social, na consecução de uma justa e efetiva igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares, da educação pré-escolar à educação escolar, não descurando as necessidades relativas à educação extraescolar.” (Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas X 2015-2018, p. 7)

Com a grande dimensão que tem, o Agrupamento de Escolas X tem vindo a apresentar uma oferta formativa variada, em várias modalidades de ensino, sendo que a nível do ensino secundário, desde 2014 que oferece três/quatro CCH e oscila entre os seis e oito CP.

Tabela 7 – Oferta formativa do Agrupamento de Escolas X para o 10º ano do ensino secundário

Ano letivo	Oferta formativa
2014/2015	<u>Cursos Científico-Humanísticos:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ciências e Tecnologias ○ Línguas e Humanidades ○ Ciências Sócioeconómicas
	<u>Cursos Profissionais:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de Produção em Metalomecânica ○ Técnico de Gestão ○ Técnico de Marketing ○ Técnico de Gestão e Programação de sistemas informáticos ○ Técnico de Turismo ○ Técnico de Eletrotecnia ○ Técnico de Animação Sociocultural
2015/2016	<u>Cursos Científico-Humanísticos:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ciências e Tecnologias ○ Línguas e Humanidades ○ Ciências Sócioeconómicas
	<u>Cursos Profissionais:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de Produção em Metalomecânica ○ Técnico de Gestão ○ Técnico de Marketing ○ Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos ○ Técnico de Turismo ○ Técnico de Eletrotecnia ○ Técnico de Fotografia ○ Técnico de Manutenção Industrial
2016/2017	<u>Cursos Científico-Humanísticos:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ciências e Tecnologias ○ Línguas e Humanidades ○ Ciências Sócioeconómicas ○ Artes Visuais
	<u>Cursos Profissionais:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de Apoio Psicossocial ○ Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos ○ Técnico de Produção em Metalomecânica ○ Técnico de Eletrotecnia

- Técnico de Gestão
- Técnico de Cozinha e Pastelaria

Fonte: Documentos elaborados pela Direção do Agrupamento.

2.3 Participantes do estudo

Alunos

Participaram neste estudo 123 alunos a frequentar o 10º ano de escolaridade (123 em 306 alunos – 40,1%), 52 do sexo masculino (42,3%), 70 do sexo feminino (57,7%) e 1 não respondido. As suas idades encontram-se entre os 15 e os 16 anos, estando a moda situada nos 16 anos e a média nos 15,8 anos de idade.

Tabela 8 – Idade dos alunos participantes no estudo

Idade	n	%
15	37	30,3%
16	60	49,2%
17	16	13,1%
18	9	7,4%

Dos alunos participantes, 76 (61,8%) frequentam CCH e 47 (38,2%) CP:

Tabela 9 – Distribuição dos alunos participantes pelos cursos do 10º ano

Curso	n	%
Cursos Científico-Humanísticos:		
Ciências e Tecnologias	53	43,1%
Línguas e Humanidades	8	6,5%
Ciências Sócioeconómicas	7	5,7%
Artes Visuais	8	6,5%
Cursos Profissionais:		
Técnico de Apoio Psicossocial	4	3,3%
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	3	2,4%
Técnico de Produção em Metalomecânica	13	10,6%
Técnico de Eletrotecnia	3	2,4%
Técnico de Gestão	6	4,9%
Técnico de Cozinha e Pastelaria	18	14,6%

Encarregados de Educação

Foram inquiridos no âmbito deste estudo 133 EE (numa amostra de 44,4%), 111 mães (83,3%), 15 pais (11,3%) e 7 inseridos na categoria Outros EE (5,3%). Apresentam idades compreendidas entre os 22 e os 59 anos, com moda nos 47 anos de idade e média nos 46.

Tabela 10 – Idade dos EE participantes no estudo

Idade	n	%
De 22 a 29	4	3 %
De 30 a 39	10	7,5 %
De 40 a 49	85	64 %
De 50 a 59	28	21 %
NR	6	4,5 %

Os cursos frequentados pelos seus educandos correspondem aos números revelados na apresentação dos alunos, uma vez que os EE que se disponibilizaram para participar no estudo também autorizaram os seus educandos a fazê-lo.

Professores

Relativamente aos 29 professores participantes no estudo – 47,5% de amostra (tabela 11), 19 mulheres e 10 homens, lecionam o 10º ano de escolaridade, sendo que 16 lecionam apenas no ensino secundário (55,2%) e 13 lecionam o ensino secundário e o 3º ciclo do ensino básico (44,8%). Apresentam idades compreendidas entre os 37 e os 64 anos, estando a moda situada nos 50 anos de idade e a média nos 47,1.

Tabela 11 – Idade dos professores participantes no estudo

Idade	n	%
De 37 a 42	6	21 %
De 43 a 48	4	14 %
De 49 a 54	14	48 %
Mais de 55	4	14 %
NR	1	3 %

Relativamente às habilitações académicas, 22 professores têm licenciatura (75,8%), 5 têm mestrado (17,2%) e 2 doutoramento (6,9%). Estes estão distribuídos pelos cursos do 10º ano da seguinte forma:

Tabela 12 – Distribuição dos professores participantes pelos cursos do 10º ano

Curso	Nº de professores	Percentagem de professores
Cursos Científico-Humanísticos:		
Ciências e Tecnologias	9	31%
Línguas e Humanidades	1	13,4%
Ciências Sócioeconómicas	3	10,3%
Artes Visuais	0	0%
Cursos Profissionais:		
Técnico de Apoio Psicossocial	3	10,3%
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	5	17,2%

Técnico de Produção em Metalomecânica	3	10,3%
Técnico de Eletrotecnia	1	3,4%
Técnico de Gestão	2	6,9%
Técnico de Cozinha e Pastelaria	4	13,8%

No sentido de enriquecer o estudo de caso através de uma análise qualitativa, fizeram-se três entrevistas - ao Diretor do Agrupamento, ao Coordenador dos Diretores de Turma do ensino básico e à Psicóloga Escolar. Estes não foram inquiridos relativamente a dados pessoais, conforme determinado pela Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito nº 0581800001.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentados, analisados e discutidos os resultados de todos os instrumentos de recolha de informação utilizados no nosso estudo, recorrendo a uma organização dos mesmos em temas. Esta conceção pretende responder, o mais possível, aos objetivos propostos para o estudo, permitindo uma organização e estruturação mais profícuas dos dados obtidos.

Para a análise e interpretação destes temas foram analisados os valores obtidos nos instrumentos de análise quantitativa e qualitativa. Os resultados serão apresentados de forma descritiva, mas procurando também fazer a sua interpretação à luz das ideias e conceitos apresentados no enquadramento teórico.

No que respeita aos inquéritos por questionário, serão apresentadas tabelas e gráficos, elaborados a partir do *Google Forms* e *Microsoft Excel*, que incluem frequências e percentagens; no que concerne às entrevistas efetuadas, será apresentada uma análise do seu conteúdo, recorrendo a citações dos diferentes intervenientes que comprovem as ideias veiculadas, devidamente organizadas em categorias.

No final de cada tema, será apresentada uma síntese de informação recolhida, acompanhada por análise e discussão de resultados.

1. Os fatores subjacentes às escolhas do curso no 10º ano

No Agrupamento de Escolas X, bem como a nível nacional, quando os alunos terminam o 9.º ano e prosseguem estudos no ensino secundário têm a possibilidade de optar por mais do que uma alternativa de ensino. Essa opção pode passar pelo ensino regular de cariz mais académico ou por um curso profissional de cariz mais prático. Com efeito, esta escolha é seguramente condicionada por um número alargado de fatores, que se cruzam e que influenciam as decisões dos alunos.

Neste sentido, o primeiro tema apresentado tem como principal objetivo identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano de escolaridade, por parte dos alunos, EE e docentes. Todavia, consideramos que seria igualmente importante perceber se os alunos e EE estão devidamente informados no momento das escolhas de cursos no 10º ano, se as suas escolhas são conscientes, bem como quais são os seus principais agentes de influência e meios de informação. Assim, foram incluídas quatro questões nos inquéritos por questionário dos alunos e EE e foi, igualmente, incluída uma questão ao questionário dos docentes para este efeito.

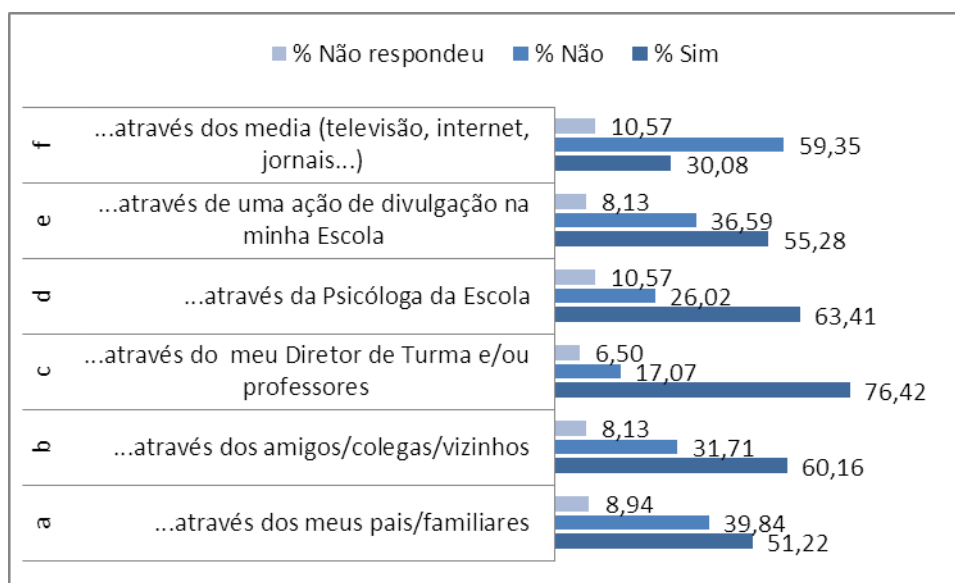
1.1 Perspetiva dos alunos

Tabela 13 - Informação relativa à oferta formativa – Total de alunos

	Sim	%	Não	%	NR	%	Total
...no agrupamento que frequentava	114	92,68	9	7,32	0	0,00	123
... noutros agrupamentos	55	44,72	57	46,34	11	8,94	123
... em escolas profissionais situadas nos arredores da cidade	49	39,84	61	49,59	13	10,57	123

Ao observar os resultados obtidos nesta questão (tabela 13), concluímos que a grande maioria dos alunos (92,68%) conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, no Agrupamento de Escolas X. O mesmo não se pode dizer da oferta formativa de outros agrupamentos, uma vez que 46,34% dos alunos respondeu não conhecer a realidade de outros agrupamentos, sendo que, relativamente a escolas profissionais, apenas 39,84% respondeu afirmativamente.

Gráfico 2. Como obteve a informação – Total de alunos (%)



A informação relativa à oferta educativa para o 10º ano de escolaridade (gráfico 2) é obtida essencialmente através dos Diretores de Turma/professores, com 76,42% alunos a assumi-lo, mas podemos constatar que é a escola o principal canal de informação dos alunos, quer seja na pessoa da Psicóloga Escolar (63,41%), quer seja na pessoa dos amigos/colegas/vizinhos (60,16%), também estes elementos quase sempre parte integrante na escola.

Tabela 14. Agentes de influência na escolha dos cursos do 10º ano – Total de alunos
(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. Pais/familiares	10	8,13	15	12,20	35	28,46	62	50,41	1	0,81	123
b. Amigos/colegas/vizinhos	36	29,27	35	28,46	35	28,46	14	11,38	3	2,44	123
c. Diretor(a) de Turma/professores	37	30,08	33	26,83	39	31,71	10	8,13	4	3,25	123
d. Media (televisão, internet, jornais...)	67	54,47	30	24,39	13	10,57	10	8,13	3	2,44	123
e. Psicóloga Escolar	43	34,96	33	26,83	28	22,76	16	13,01	3	2,44	123

Relativamente aos agentes de influência dos alunos (tabela 14), no momento as suas escolhas, os resultados apresentaram os pais/familiares como agentes que exercem muita influência (50,41%), embora tenham assumido o Diretor de Turma/professores como agentes de influência considerável (31,71%). De reparar que, sendo estes últimos os principais canais de informação dos alunos, seria expectável que exercessem um manifesto nível de influência. Não obstante, são os amigos, colegas e vizinhos que se apresentam como os segundos mais influentes nas escolhas dos alunos (39,84%), somando os números 3 e 4 da escala de importância.

Tabela 15. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano –Total de alunos
(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	32	26,02	12	9,76	29	23,58	44	35,77	6	4,88	123
b. ...porque esta é a área que gosto	2	1,63	10	8,13	29	23,58	80	65,04	2	1,63	123
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	40	32,52	37	30,08	27	21,95	13	10,57	6	4,88	123
d. ...porque tem mais prestígio social	43	34,96	34	27,64	27	21,95	13	10,57	6	4,88	123
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	58	47,15	28	22,76	23	18,70	8	6,50	6	4,88	123
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	64	52,03	31	25,20	17	13,82	5	4,07	6	4,88	123
g. ...para onde iam os meus amigos	78	63,41	24	19,51	9	7,32	4	3,25	8	6,50	123
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	30	24,39	27	21,95	33	26,83	27	21,95	6	4,88	123
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	30	24,39	30	24,39	28	22,76	29	23,58	6	4,88	123
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	36	29,27	24	19,51	31	25,20	26	21,14	6	4,88	123
k. ... é mais fácil	75	60,98	22	17,89	12	9,76	8	6,50	6	4,88	123
l. ...porque implica menos estudo	85	69,11	18	14,63	7	5,69	7	5,69	6	4,88	123
m. ...porque tem uma componente prática maior	37	30,08	24	19,51	27	21,95	28	22,76	7	5,69	123
n. ...porque tem um estágio incorporado	61	49,59	17	13,82	17	13,82	20	16,26	8	6,50	123
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	77	62,60	22	17,89	10	8,13	6	4,88	8	6,50	123
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	60	48,78	19	15,45	18	14,63	18	14,63	8	6,50	123
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	84	68,29	18	14,63	7	5,69	6	4,88	8	6,50	123
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	92	74,80	13	10,57	5	4,07	5	4,07	8	6,50	123
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	80	65,04	14	11,38	12	9,76	9	7,32	8	6,50	123
t. ...porque não queria mudar de escola	86	69,92	16	13,01	6	4,88	7	5,69	8	6,50	123
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	65	52,85	27	21,95	16	13,01	6	4,88	9	7,32	123

Quando questionados acerca das razões que levaram às suas escolhas de cursos no 10º ano (tabela 15), 65,04% do total da amostra de alunos atribuem o máximo de importância ao facto da sua escolha ser a área que gostam. Em segundo lugar, a preparação para a universidade assume um papel relevante (35,77%), embora seja fulcral atender ao facto de que a maioria dos alunos da amostra utilizada frequente um CCH. A alínea h) exhibe-se como a terceira razão escolhida, revelando a importância que as ações de divulgação da escola têm neste processo. Verificamos que a procura de um emprego e salário rápidos e a existência de uma componente prática maior apresentam valores relevantes pela positiva, alíneas estas que nos levam a associar estas respostas aos alunos que frequentam um CP. Por conseguinte, julgamos pertinente a confirmação desta inferência, pelo que foram analisadas as respostas da amostra, atentando à variável curso.

Tabela 16. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano de escolaridade – Alunos dos CCH

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	7	9,21	3	3,95	23	30,26	40	52,63	3	3,95	76
b. ...porque esta é a área que gosto	1	1,32	4	5,26	20	26,32	50	65,79	1	1,32	76
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	28	36,84	21	27,63	12	15,79	12	15,79	3	3,95	76
d....porque tem mais prestígio social	31	40,79	20	26,32	14	18,42	8	10,53	3	3,95	76
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	37	48,68	15	19,74	15	19,74	6	7,89	3	3,95	76
f....que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	38	50,00	19	25,00	11	14,47	5	6,58	3	3,95	76
g. ...para onde iam os meus amigos	48	63,16	17	22,37	4	5,26	3	3,95	4	5,26	76
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	23	30,26	20	26,32	16	21,05	14	18,42	3	3,95	76
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	28	36,84	23	30,26	16	21,05	6	7,89	3	3,95	76
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	32	42,11	18	23,68	16	21,05	7	9,21	3	3,95	76
k. ... é mais fácil	59	77,63	10	13,16	1	1,32	3	3,95	3	3,95	76
l. ...porque implica menos estudo	66	86,84	3	3,95	0	0,00	4	5,26	3	3,95	76
m. ...porque tem uma componente prática maior	34	44,74	16	21,05	15	19,74	7	9,21	4	5,26	76
n. ...porque tem um estágio incorporado	60	78,95	7	9,21	3	3,95	2	2,63	4	5,26	76
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	58	76,32	8	10,53	3	3,95	3	3,95	4	5,26	76
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	55	72,37	9	11,84	6	7,89	2	2,63	4	5,26	76
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	59	77,63	8	10,53	2	2,63	3	3,95	4	5,26	76
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	62	81,58	3	3,95	4	5,26	3	3,95	4	5,26	76
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	64	84,21	4	5,26	2	2,63	2	2,63	4	5,26	76
t. ...porque não queria mudar de escola	53	69,74	12	15,79	3	3,95	4	5,26	4	5,26	76
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	35	46,05	20	26,32	11	14,47	5	6,58	5	6,58	76

Ao analisarmos a tabela 16, onde foram sintetizados os resultados correspondentes aos alunos dos CCH, confirmamos o anteriormente exposto, com a atribuição da máxima importância dos alunos à escolha da área que gostam (65,79%), seguida da intenção de prosseguimento de estudos (52,63%). Segue-se a alínea h), valorizando as ações de divulgação da escola (18,42%), seguida da intervenção da família nas escolhas dos alunos (15,79%).

Tabela 17. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Alunos dos CP

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
Escolhi o curso porque...											
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	25	53,19	9	19,15	6	12,77	4	8,51	3	6,38	47
b. ...porque esta é a área que gosto	1	2,13	6	12,77	9	19,15	30	63,83	1	2,13	47
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	12	25,53	16	34,04	15	31,91	1	2,13	3	6,38	47
d. ...porque tem mais prestígio social	12	25,53	14	29,79	13	27,66	5	10,64	3	6,38	47
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	21	44,68	13	27,66	8	17,02	2	4,26	3	6,38	47
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	26	55,32	12	25,53	6	12,77	0	0,00	3	6,38	47
g. ...para onde iam os meus amigos	30	63,83	7	14,89	5	10,64	1	2,13	4	8,51	47
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	7	14,89	7	14,89	17	36,17	13	27,66	3	6,38	47
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	2	4,26	7	14,89	12	25,53	23	48,94	3	6,38	47
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	4	8,51	6	12,77	15	31,91	19	40,43	3	6,38	47
k. ... é mais fácil	16	34,04	12	25,53	11	23,40	5	10,64	3	6,38	47
l. ...porque implica menos estudo	19	40,43	15	31,91	7	14,89	3	6,38	3	6,38	47
m. ...porque tem uma componente prática maior	3	6,38	8	17,02	12	25,53	21	44,68	3	6,38	47
n. ...porque tem um estágio incorporado	1	2,13	10	21,28	14	29,79	18	38,30	4	8,51	47
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguia ter sucesso na Universidade	19	40,43	14	29,79	7	14,89	3	6,38	4	8,51	47
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	5	10,64	10	21,28	12	25,53	16	34,04	4	8,51	47
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	25	53,19	10	21,28	5	10,64	3	6,38	4	8,51	47
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	30	63,83	10	21,28	1	2,13	2	4,26	4	8,51	47
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	16	34,04	10	21,28	10	21,28	7	14,89	4	8,51	47
t. ...porque não queria mudar de escola	33	70,21	4	8,51	3	6,38	3	6,38	4	8,51	47
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	30	63,83	7	14,89	5	10,64	1	2,13	4	8,51	47

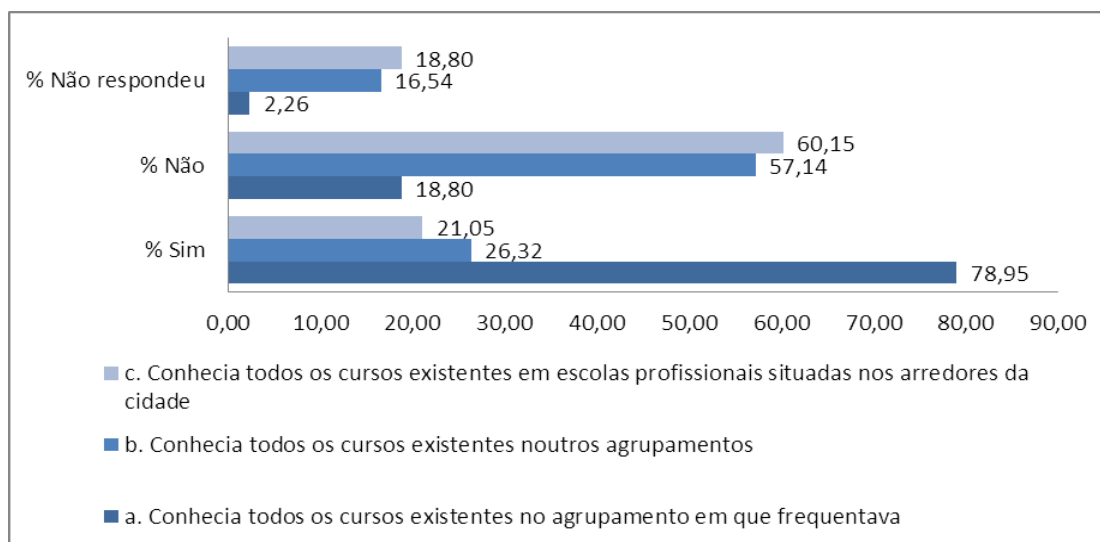
Em referência aos alunos do CP (tabela 17), reitera-se a máxima importância na escolha da área que gostam (63,83%) e confirma-se o desejo que os alunos dos CP têm em ter um emprego (48,94%) e um salário rapidamente (40,43%), bem como em frequentar um curso com uma componente prática maior, operacionalizada com a frequência de um estágio incorporado. Note-se,

ainda, que a influência da família nos alunos dos CP não tem tanta expressão, com apenas 1 aluno a considerá-la com a máxima importância.

1.2 Perspetivas dos Encarregados de Educação

Uma vez que consideramos que os EE são elementos de relevo neste processo de escolha dos cursos por parte dos alunos, julgamos ser relevante a auscultação dos mesmos em relação a este tema, no sentido de identificar convergências ou divergências relativamente às opiniões dos seus educandos.

Gráfico 3. Informação relativa à oferta formativa (%)

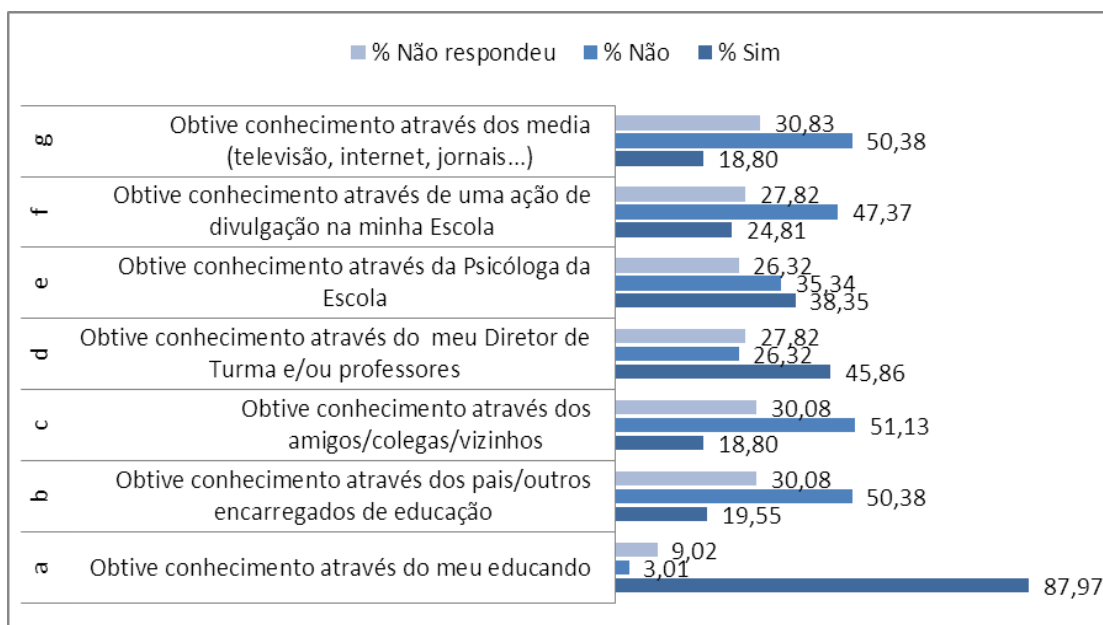


A análise do gráfico 3 permite-nos constatar convergências com as respostas fornecidas pelos alunos, uma vez que 78,95% dos EE afirmam conhecer todos os cursos existentes no Agrupamento de frequência dos seus educandos, mas negam o conhecimento da oferta educativa noutros agrupamentos e escolas profissionais.

Quando questionados acerca de como tinham obtido a informação relativa à oferta educativa existente para o 10º ano de escolaridade (gráfico 4), os EE alegam ter sido os seus educandos as principais fontes (87,97%). Seguem os Diretores de Turma/professores (45,86%) e a Psicóloga Escolar (38,35%). Porém, é de realçar o facto de esta última apresentar uma percentagem ainda significativa que diz que não (35,34%).

Repare-se que estas respostas vão ao encontro das apresentadas pelos alunos, quando referem que a escola, especificamente os Diretores de Turma/professores, se revelam importantes canais de informação.

Gráfico 4. Como obteve a informação (%)



Relativamente às razões que levaram às escolhas dos seus educandos (tabela 18), os EE vão também ao encontro daquilo que foi auscultado dos alunos. Atribuem a máxima importância à escolha da área que os seus educandos gostam (67,67%), seguida do prosseguimento de estudos na universidade (26,32%). Em terceiro lugar segue a alínea i), ter um emprego rapidamente, e outras alíneas com ligação à inserção mais célere num mercado de trabalho.

Tabela 18. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de EE

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	30	22,56	22	16,54	33	24,81	35	26,32	13	9,77	133
b. ...porque esta é a área que gosto	2	1,50	9	6,77	29	21,80	90	67,67	3	2,26	133
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	50	37,59	33	24,81	18	13,53	20	15,04	12	9,02	133
d. ...porque tem mais prestígio social	68	51,13	25	18,80	14	10,53	11	8,27	15	11,28	133
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	63	47,37	22	16,54	22	16,54	11	8,27	15	11,28	133
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	84	63,16	21	15,79	5	3,76	7	5,26	16	12,03	133
g. ...para onde iam os meus amigos	99	74,44	16	12,03	2	1,50	3	2,26	13	9,77	133
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	41	30,83	21	15,79	28	21,05	31	23,31	12	9,02	133
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	26	19,55	33	24,81	31	23,31	29	21,80	14	10,53	133
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	39	29,32	40	30,08	22	16,54	17	12,78	15	11,28	133
k. ... é mais fácil	89	66,92	20	15,04	6	4,51	4	3,01	14	10,53	133
l. ...porque implica menos estudo	94	70,68	19	14,29	3	2,26	3	2,26	14	10,53	133
m. ...porque tem uma componente prática maior	49	36,84	24	18,05	23	17,29	22	16,54	15	11,28	133
n. ...porque tem um estágio incorporado	74	55,64	10	7,52	14	10,53	21	15,79	14	10,53	133

o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	92	69,17	16	12,03	5	3,76	6	4,51	14	10,53	133
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	70	52,63	23	17,29	15	11,28	11	8,27	14	10,53	133
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	100	75,19	7	5,26	7	5,26	4	3,01	15	11,28	133
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	100	75,19	10	7,52	4	3,01	5	3,76	14	10,53	133
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	99	74,44	7	5,26	4	3,01	8	6,02	15	11,28	133
t. ...porque não queria mudar de escola	97	72,93	13	9,77	5	3,76	4	3,01	14	10,53	133
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	66	49,62	27	20,30	16	12,03	9	6,77	15	11,28	133

De modo a analisar a diferença entre a variável curso, as tabelas 19 e 20 apuram os resultados obtidos pelos EE de alunos dos CCH e dos CP. A sua observação permite-nos concluir que a escolha da área que gostam apresenta a máxima importância nas duas situações, mas o prosseguimento de estudos aparece como segunda escolha nos EE de alunos dos CCH, bem como o desejo de um emprego rapidamente é a segunda escolha dos alunos de CP, conjuntamente com a valorização da componente prática e do estágio incorporado no curso, situação semelhante à que verificamos nos resultados dos alunos.

No caso dos EE, a influência da psicóloga escolar e da família demonstram valores mais significativos nos EE de alunos do CCH.

Tabela 19. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de E.E de alunos dos CCH

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	8	9,64	12	14,46	24	28,92	32	38,55	7	8,43	83
b. ...porque esta é a área que gosto	1	1,20	6	7,23	20	24,10	55	66,27	1	1,20	83
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	21	25,30	11	13,25	7	8,43	7	8,43	37	44,58	83
d. ...porque tem mais prestígio social	48	57,83	17	20,48	5	6,02	5	6,02	8	9,64	83
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	36	43,37	17	20,48	15	18,07	8	9,64	7	8,43	83
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	56	67,47	14	16,87	2	2,41	4	4,82	7	8,43	83
g. ...para onde iam os meus amigos	65	78,31	9	10,84	2	2,41	1	1,20	6	7,23	83
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	30	36,14	15	18,07	15	18,07	16	19,28	7	8,43	83
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	21	25,30	29	34,94	18	21,69	7	8,43	8	9,64	83
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	31	37,35	31	37,35	8	9,64	6	7,23	7	8,43	83
k. ... é mais fácil	68	81,93	6	7,23	2	2,41	0	0,00	7	8,43	83
l. ...porque implica menos estudo	68	81,93	7	8,43	1	1,20	0	0,00	7	8,43	83
m. ...porque tem uma componente prática maior	45	54,22	20	24,10	5	6,02	5	6,02	8	9,64	83
n. ...porque tem um estágio incorporado	70	84,34	5	6,02	1	1,20	0	0,00	7	8,43	83
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	68	81,93	4	4,82	4	4,82	0	0,00	7	8,43	83

p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	64	77,11	12	14,46	0	0,00	0	0,00	7	8,43	83
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	70	84,34	3	3,61	1	1,20	1	1,20	8	9,64	83
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	70	84,34	4	4,82	1	1,20	1	1,20	7	8,43	83
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	74	89,16	2	2,41	0	0,00	0	0,00	7	8,43	83
t. ...porque não queria mudar de escola	63	75,90	8	9,64	3	3,61	2	2,41	7	8,43	83
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	35	42,17	21	25,30	14	16,87	5	6,02	8	9,64	83

Tabela 20. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de E.E de alunos dos CP

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	22	44,00	10	20,00	9	18,00	3	6,00	6	12,00	50
b. ...porque esta é a área que gosto	1	2,00	3	6,00	9	18,00	35	70,00	2	4,00	50
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	12	24,00	15	30,00	7	14,00	10	20,00	6	12,00	50
d. ...porque tem mais prestígio social	20	40,00	8	16,00	9	18,00	6	12,00	7	14,00	50
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	27	54,00	5	10,00	7	14,00	3	6,00	8	16,00	50
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	28	56,00	7	14,00	3	6,00	3	6,00	9	18,00	50
g. ...para onde iam os meus amigos	34	68,00	7	14,00	0	0,00	2	4,00	7	14,00	50
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	11	22,00	6	12,00	13	26,00	15	30,00	5	10,00	50
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	5	10,00	4	8,00	13	26,00	22	44,00	6	12,00	50
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	8	16,00	9	18,00	14	28,00	11	22,00	8	16,00	50
k. ... é mais fácil	21	42,00	14	28,00	4	8,00	4	8,00	7	14,00	50
l. ...porque implica menos estudo	26	52,00	12	24,00	2	4,00	3	6,00	7	14,00	50
m. ...porque tem uma componente prática maior	4	8,00	4	8,00	18	36,00	17	34,00	7	14,00	50
n. ...porque tem um estágio incorporado	4	8,00	5	10,00	13	26,00	21	42,00	7	14,00	50
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	24	48,00	12	24,00	1	2,00	6	12,00	7	14,00	50
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	6	12,00	11	22,00	15	30,00	11	22,00	7	14,00	50
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	30	60,00	4	8,00	6	12,00	3	6,00	7	14,00	50
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	30	60,00	6	12,00	3	6,00	4	8,00	7	14,00	50
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	25	50,00	5	10,00	4	8,00	8	16,00	8	16,00	50
t. ...porque não queria mudar de escola	34	68,00	5	10,00	2	4,00	2	4,00	7	14,00	50
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	31	62,00	6	12,00	2	4,00	4	8,00	7	14,00	50

1.3 Perspetiva dos Professores

Como intervenientes diretos e parte integrante em todo o processo de transição de percurso escolar dos alunos do 9º ano, os professores apresentam-se como agentes privilegiados para compreensão deste processo. Daí que também os tenhamos questionado relativamente àquilo que consideram ser as principais razões para a escolha dos cursos do 10º ano por parte dos alunos.

Tabela 21. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	15	51,72	1	3,45	4	13,79	9	31,03	0	0,00	29
b. ...porque esta é a área que gosto	1	3,45	2	6,90	15	51,72	11	37,93	0	0,00	29
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	2	6,90	15	51,72	12	41,38	0	0,00	0	0,00	29
d. ...porque tem mais prestígio social	10	34,48	11	37,93	6	20,69	2	6,90	0	0,00	29
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	6	20,69	12	41,38	9	31,03	2	6,90	0	0,00	29
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	11	37,93	12	41,38	5	17,24	1	3,45	0	0,00	29
g. ...para onde iam os meus amigos	5	17,24	14	48,28	9	31,03	1	3,45	0	0,00	29
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	3	10,34	11	37,93	12	41,38	3	10,34	0	0,00	29
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	3	10,34	5	17,24	13	44,83	8	27,59	0	0,00	29
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	6	20,69	6	20,69	12	41,38	5	17,24	0	0,00	29
k. ... é mais fácil	9	31,03	14	48,28	3	10,34	3	10,34	0	0,00	29
l. ...porque implica menos estudo	10	34,48	10	34,48	6	20,69	3	10,34	0	0,00	29
m. ...porque tem uma componente prática maior	6	20,69	5	17,24	7	24,14	11	37,93	0	0,00	29
n. ...porque tem um estágio incorporado	10	34,48	4	13,79	5	17,24	10	34,48	0	0,00	29
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	10	34,48	8	27,59	8	27,59	3	10,34	0	0,00	29
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	10	34,48	3	10,34	10	34,48	6	20,69	0	0,00	29
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	11	37,93	3	10,34	12	41,38	3	10,34	0	0,00	29
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	11	37,93	7	24,14	7	24,14	4	13,79	0	0,00	29
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	11	37,93	5	17,24	9	31,03	4	13,79	0	0,00	29
t. ...porque não queria mudar de escola	17	58,62	10	34,48	1	3,45	1	3,45	0	0,00	29
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	9	31,03	16	55,17	4	13,79	0	0,00	0	0,00	29

Na tabela 21, a máxima importância é imputada à escolha da área que gostam (37,93%), mas também à escolha do curso com uma componente prática maior (37,93%). No entanto, a primeira opção revela-se mais importante, considerando conjuntamente as respostas situadas nos números 3 e 4 da escala, que atingem 89,65% (sendo que no caso da escolha do curso em função de ter uma

componente prática maior, as respostas em 3 e 4 não chegam a 63%). Em seguida, a alínea n), a existência de um estágio incorporado, aparece também com valores significativos, levando-nos à necessidade de aferir a variante curso.

Com efeito, as tabelas 22 e 23 confirmam valores ligeiramente diferentes dos alunos e EE. Os professores atribuem mais importância à componente prática nos CP, bem como as alíneas ligadas ao desejo de um emprego e certificação profissional rápida, mas o prosseguimento de estudos na universidade surge como primeira opção nos alunos dos CCH (61,54%), com valores bastante elevados, seguida da escolha da área que gostam (30,77%). Mais uma vez, a intervenção da família assume valores mais relevantes nos alunos dos CCH.

Tabela 22. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores de alunos dos CCH

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	2	15,38	0	0,00	3	23,08	8	61,54	0	0,00	13
b. ...porque esta é a área que gosto	0	0,00	0	0,00	9	69,23	4	30,77	0	0,00	13
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	1	7,69	5	38,46	7	53,85	0	0,00	0	0,00	13
d....porque tem mais prestígio social	3	23,08	4	30,77	5	38,46	1	7,69	0	0,00	13
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	1	7,69	6	46,15	6	46,15	0	0,00	0	0,00	13
f....que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	5	38,46	5	38,46	3	23,08	0	0,00	0	0,00	13
g. ...para onde iam os meus amigos	3	23,08	6	46,15	4	30,77	0	0,00	0	0,00	13
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	2	15,38	7	53,85	3	23,08	1	7,69	0	0,00	13
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	3	23,08	4	30,77	6	46,15	0	0,00	0	0,00	13
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	6	46,15	5	38,46	2	15,38	0	0,00	0	0,00	13
k. ... é mais fácil	8	61,54	4	30,77	1	7,69	0	0,00	0	0,00	13
l. ...porque implica menos estudo	9	69,23	2	15,38	2	15,38	0	0,00	0	0,00	13
m. ...porque tem uma componente prática maior	6	46,15	4	30,77	2	15,38	1	7,69	0	0,00	13
n. ...porque tem um estágio incorporado	10	76,92	1	7,69	1	7,69	1	7,69	0	0,00	13
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	10	76,92	1	7,69	2	15,38	0	0,00	0	0,00	13
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	10	76,92	2	15,38	1	7,69	0	0,00	0	0,00	13
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	11	84,62	0	0,00	2	15,38	0	0,00	0	0,00	13
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	10	76,92	2	15,38	1	7,69	0	0,00	0	0,00	13
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	10	76,92	2	15,38	1	7,69	0	0,00	0	0,00	13
t. ...porque não queria mudar de escola	8	61,54	4	30,77	1	7,69	0	0,00	0	0,00	13
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	2	15,38	9	69,23	2	15,38	0	0,00	0	0,00	13

Tabela 23. Razões para a escolha dos cursos do 10º ano – Total de professores de alunos dos CP

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

Escolhi o curso porque...	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. ...porque fico melhor preparado para a Universidade	13	81,25	1	6,25	1	6,25	1	6,25	0	0,00	16
b. ...porque esta é a área que gosto	1	6,25	2	12,50	6	37,50	7	43,75	0	0,00	16
c. ...porque a minha família acha que é melhor para mim	1	6,25	10	62,50	5	31,25	0	0,00	0	0,00	16
d. ...porque tem mais prestígio social	7	43,75	7	43,75	1	6,25	1	6,25	0	0,00	16
e. ...porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir	5	31,25	6	37,50	3	18,75	2	12,50	0	0,00	16
f. ...que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula	6	37,50	7	43,75	2	12,50	1	6,25	0	0,00	16
g. ...para onde iam os meus amigos	2	12,50	8	50,00	5	31,25	1	6,25	0	0,00	16
h. ...que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola	1	6,25	4	25,00	9	56,25	2	12,50	0	0,00	16
i. ...que me permitirá ter um emprego rapidamente	0	0,00	1	6,25	7	43,75	8	50,00	0	0,00	16
j. ...porque me permitirá ter um salário rapidamente	0	0,00	1	6,25	10	62,50	5	31,25	0	0,00	16
k. ... é mais fácil	1	6,25	10	62,50	2	12,50	3	18,75	0	0,00	16
l. ...porque implica menos estudo	1	6,25	8	50,00	4	25,00	3	18,75	0	0,00	16
m. ...porque tem uma componente prática maior	0	0,00	1	6,25	5	31,25	10	62,50	0	0,00	16
n. ...porque tem um estágio incorporado	0	0,00	3	18,75	4	25,00	9	56,25	0	0,00	16
o.porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade	0	0,00	7	43,75	6	37,50	3	18,75	0	0,00	16
p. ...porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente	0	0,00	1	6,25	9	56,25	6	37,50	0	0,00	16
q. ...porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro	0	0,00	3	18,75	10	62,50	3	18,75	0	0,00	16
r. ...porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade	1	6,25	5	31,25	6	37,50	4	25,00	0	0,00	16
s. ...que me permitirá sair da escola mais rapidamente	1	6,25	3	18,75	8	50,00	4	25,00	0	0,00	16
t. ...porque não queria mudar de escola	9	56,25	6	37,50	0	0,00	1	6,25	0	0,00	16
u. ...porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim	7	43,75	7	43,75	2	12,50	0	0,00	0	0,00	16

Este tema foi, do mesmo modo, abordado nas entrevistas efetuadas, as quais, após análise de conteúdo, apresentaram as seguintes categorias:

Tabela 24 – Fatores subjacentes à escolha dos cursos no 10º ano (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
Prosseguimento de estudos, no caso dos CCH	“No âmbito dos Científico-humanísticos, a relação entre a opção do secundário e o curso no superior que pretendem cursar. (...) Curso científico-humanísticos, prosseguimento de estudos, razão 1ª, a formação académica superior. Aquele que for o veículo para o ingresso nessa vontade é a opção.” (...) “Há também nos científico-humanísticos aquilo que é a predisposição inata, se assim se pode dizer, entenda que tem predisposição para as artes, não percebendo muito bem ainda aquilo que vai cursar.”	Diretor do agrupamento
	“(…) aqueles que têm uma opinião formada por eles ou por	Coordenador dos

Cumprimento da escolaridade obrigatória e, alguns, a inserção rápida no mercado de trabalho, no caso dos CP	<p>influência de casa, eu penso que os fatores principais têm a ver com o conhecimento e com a comparação com aqueles com quem lidam. Isto acontece mais naqueles cujos pais têm um nível de escolaridade mais elevada.”</p>	<p>Diretores de Turma</p>
	<p>“No profissional, não é tanto assim. É, fundamentalmente, em alguns casos, a alternativa que parece concretizar mais rapidamente o cumprimento da escolaridade obrigatória com menor custo possível, de modo tão facilitado quanto possível e que permita também, em alguns casos, normalmente nas áreas mais profissionalizantes, a Mecânica fundamentalmente, a Gestão também, e a Informática, que permitam o ingresso no mercado de trabalho nessas áreas.” (...)</p> <p>“Temos agora Cozinha e Pastelaria, onde há muita vontade de escolher um curso que depois leve à profissão correlacionada com a hotelaria e com a cozinha.” (...)</p> <p>“Depois os outros cursos, como o Apoio Psicossocial, como temos tido, a Fotografia, o Marketing, o Turismo, não deixando de haver alguma apetência, de facto é aquela opção última que, enfim, subtraídas todas as outras, resta e já não existe uma intenção, é uma obrigação. Portanto, temos tudo: formação académica superior, mercado de trabalho e, enfim, alternativa última para cumprir uma obrigação.”</p>	<p>Diretor do Agrupamento</p>
	<p>“Há muitos casos que escolhem os CP na última da hora, e completamente à balda. Há exceções que sabem bem, com antecedência, o curso profissional que querem, por ex. a Metalomecânica, mas isso são casos.”(...)</p>	<p>Coordenador dos Diretores de Turma</p>
Interesses e as aptidões académicas	<p>“Os interesses, as aptidões académicas, as saídas profissionais, a influência dos amigos, as expectativas da família. Colocaria os interesses em primeiro lugar e as aptidões académicas, porque eles de facto têm consciência, são preocupados.”</p>	<p>Psicóloga Escolar</p>

Em síntese:

Neste tema, verificamos que os alunos e os seus EE do Agrupamento de Escolas X estão informados acerca da oferta formativa do seu próprio agrupamento, sendo este também o principal canal de informação e de divulgação. Os Diretores de turma, outros professores, Psicóloga Escolar e a organização de ações de divulgação na escola cumprem com o seu papel de informadores, indiciando que os alunos e seus EE não sentem necessidade de conhecer outras realidades. Com efeito, é de realçar que a vontade de abandonar a escola e/ou de mudar de estabelecimento de ensino não constituiu uma das razões para a escolha dos cursos do 10º ano, por parte de todos os inquiridos, o que conduz à validação de que a opção vocacional não é, de todo, um processo puramente individual, é orientada por vários agentes de socialização e acaba por ser uma decisão

em que pesam fatores extrínsecos ao indivíduo, entre outros, a limitação à área geográfica onde vive e à oferta formativa fornecida pelo agrupamento onde estuda.

Como principal agente de influência nas decisões dos alunos temos a família, seguida da escola, como seria de esperar, dado o referido no parágrafo anterior. Estes que se apresentam como importantes agentes de socialização na construção identitária de um indivíduo, embora, neste caso específico, a razão considerada como a mais importante na escolha vocacional destes alunos seja a escolha de uma área que gostam, a predisposição para um determinado curso. Esta constatação pode levar à ideia de que estamos perante uma situação de, como refere Faria (2008), “ritual de emancipação” dos indivíduos, mas, efetivamente, todo este é um processo de influências várias que se vão consolidando ao longo da escolaridade do aluno. Aludimos, assim, à teoria de Bourdieu que crê que o agente se ilude, acreditando ter feito a sua escolha por si mesmo, sem atentar aos fatores sociais que a condicionaram.

Outra das evidências deste momento do estudo é o desejo dos alunos dos CCH prosseguirem estudos no ensino superior, mais orientados pelas suas famílias, e a vontade que os alunos dos CP têm em ingressar no mercado de trabalho e receber um salário rapidamente, cumprindo a escolaridade obrigatória. Este facto não surpreende, pelo contrário, confirma anteriores estudos sobre o tema e vai ao encontro daquelas que são as finalidades da criação do ensino profissional – a preparação dos jovens para a vida ativa e ingresso no mercado de trabalho, aproximando a escola e o mundo do trabalho. Não obstante, é de constatar que a questão económica não é uma das razões selecionadas pelos inquiridos.

De referir ainda que, apesar da consciência das suas aptidões escolares ter sido mencionada pela Psicóloga Escolar como um dos fatores de decisão dos alunos, bem como a procura de um curso fácil ter sido mencionado pelo diretor do Agrupamento, os próprios, seus EE e professores, não o assumem nas respostas aos inquéritos por questionário. Não consideram, portanto, a quantidade de estudo exigida e o grau de dificuldade dos cursos como um fator relevante nas suas decisões.

2. A influência das origens socioeconómicas e culturais dos alunos nas escolhas dos cursos do 10º ano

Sendo a escola pública o ponto de encontro de crianças provenientes de todos os níveis sociais, económicos e culturais, é imperioso averiguar o grau de influência que estes exercem nas escolhas dos cursos, por parte dos alunos que transitam para o ensino secundário. Para este efeito, mobilizamos alguns dos resultados obtidos junto dos EE destes discentes, designadamente a sua

situação e vínculo profissionais, o grau de escolarização e a profissão que atualmente desempenham.

Com efeito, foi possível aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas distintas.

Quando questionados acerca da situação profissional em que se encontram (gráfico 5), verifica-se que a maioria dos EE (72,18%) se encontram empregados. Apenas 10,53% do inquiridos estão em situação de desemprego, mas ressalva-se o facto de haver 13,53% de domésticas, ou seja, agregados familiares que subsistem com apenas um rendimento.

Atente-se que estes dados vão ao encontro da caracterização do meio apresentada anteriormente, no ponto 3.1 do Capítulo II, que identifica 88,2% dos habitantes do concelho empregados, sendo que a maioria dos desempregados são mulheres.

Gráfico 5. Situação profissional – Total de EE

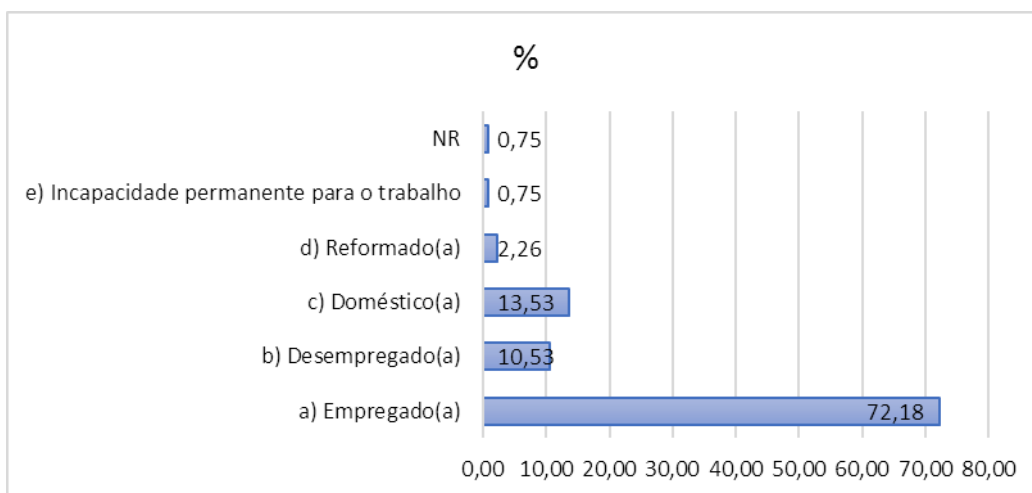
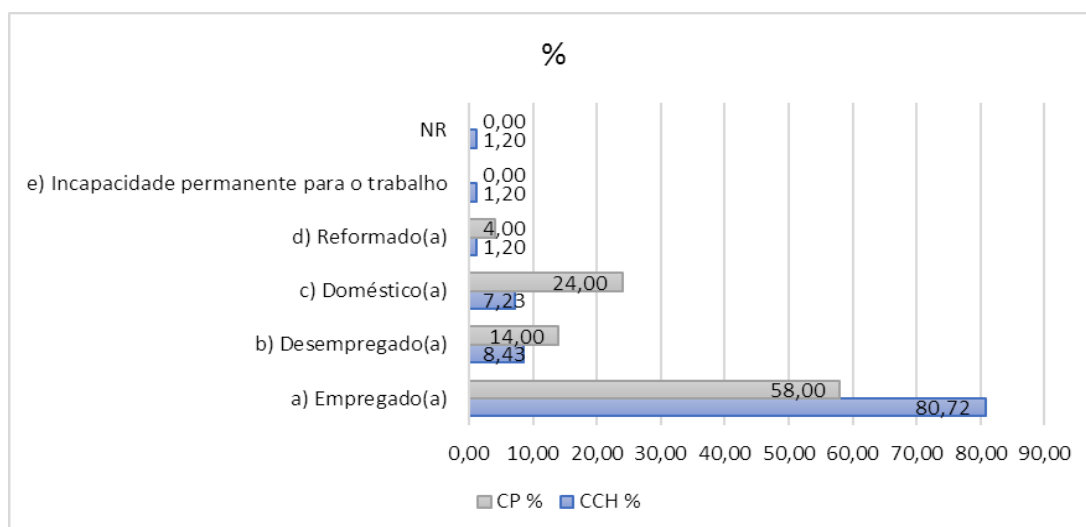
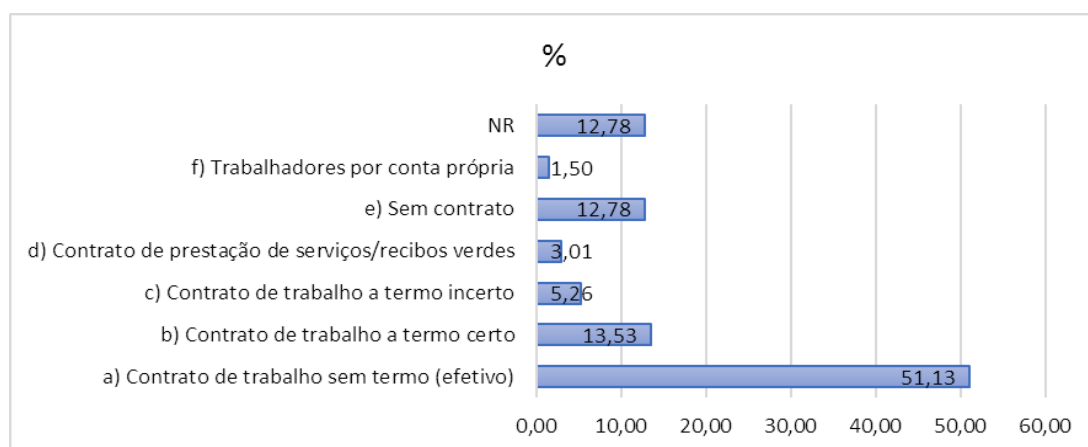


Gráfico 6. Situação profissional – Análise comparativa de EE por curso



Fazendo uma análise comparativa entre os EE, pela variável curso (gráfico 6), observamos que há mais EE dos alunos dos CCH empregados (80,72%) do que EE dos alunos dos CP. Do mesmo modo, há mais EE dos alunos dos CP em situação de desemprego (14%) e que se apresentam com a profissão de domésticas – 24%, esta última com valores que se destacam relativamente aos alunos dos CCH (7,23%). De referir que o uso do feminino nesta situação profissional se justifica com o facto de que todos os EE que a escolheram são mulheres, como a seguir se comprova.

Gráfico 7. Vínculo profissional – Total de EE

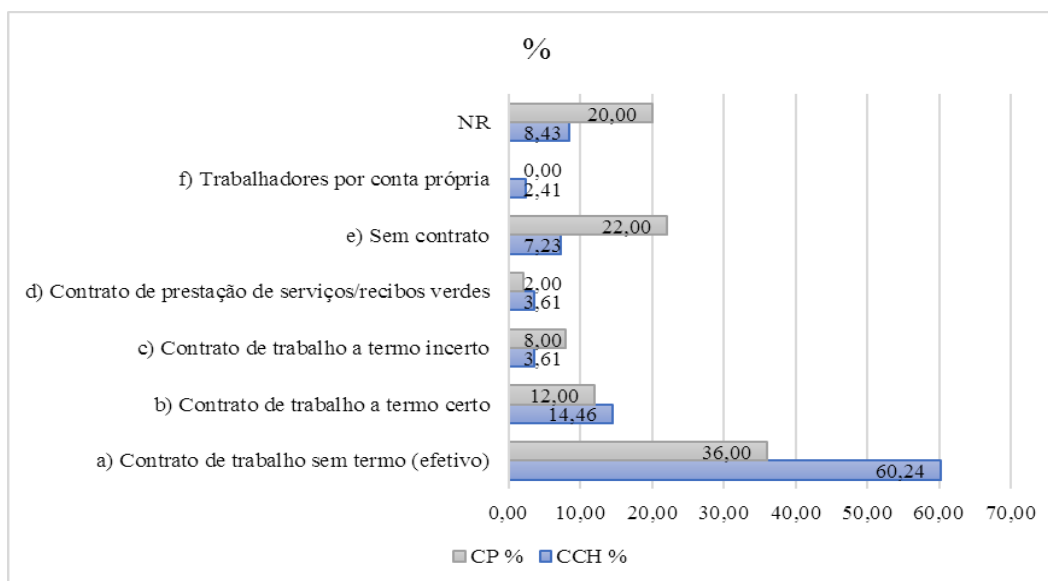


No tocante ao vínculo profissional dos EE (gráfico 7), mais de metade (51,3%) dos inquiridos encontram-se com contrato de trabalho sem termo, com uma situação profissional estável. No entanto, logo a seguir encontram-se os contratos a termo certo (13,53%) e aqueles que afirmam não ter contrato algum (12,78%). Note-se, porém, que os valores são consideravelmente inferiores.

No sentido de confirmar, ou não, os dados obtidos na análise da situação profissional dos EE, também no vínculo profissional consideramos interessante atender à variável curso (gráfico 8).

Ratifica-se, assim, uma maior percentagem de EE de alunos dos CCH com contrato de trabalho sem termo (60,24%), com estabilidade profissional, por oposição a 36% de EE de alunos do CP. Destacam-se ainda os EE de alunos dos CP sem contrato (22%) e que optaram por não responder (20%), revelando um contexto mais instável, quiçá precário, profissionalmente.

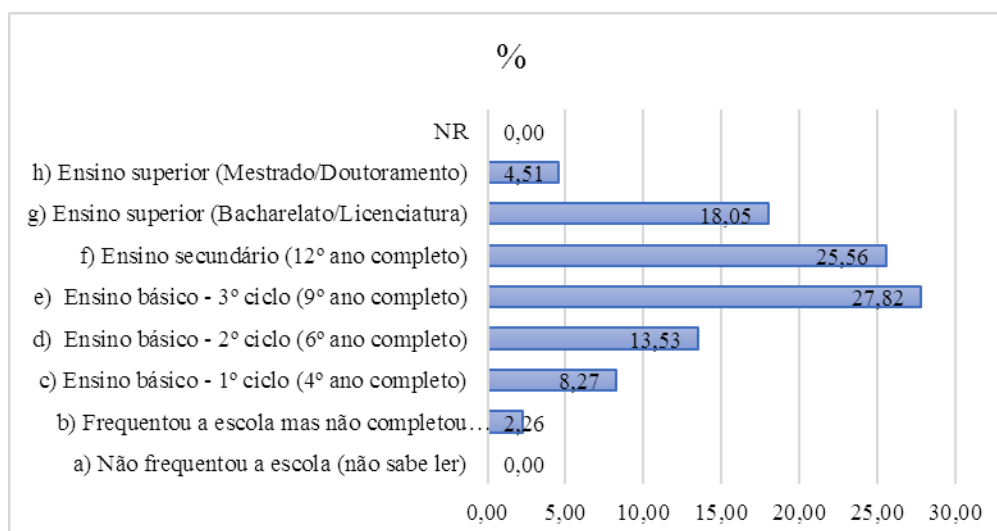
Gráfico 8. Vínculo profissional – Análise comparativa de EE por curso



No que concerne ao grau de escolarização, o gráfico 9 demonstra-nos que a maior percentagem de EE têm o 3º ciclo completo (27,82%), seguido do 12º ano de escolaridade (25,56%). Com ensino superior, verificamos uma percentagem de 18,05% de EE.

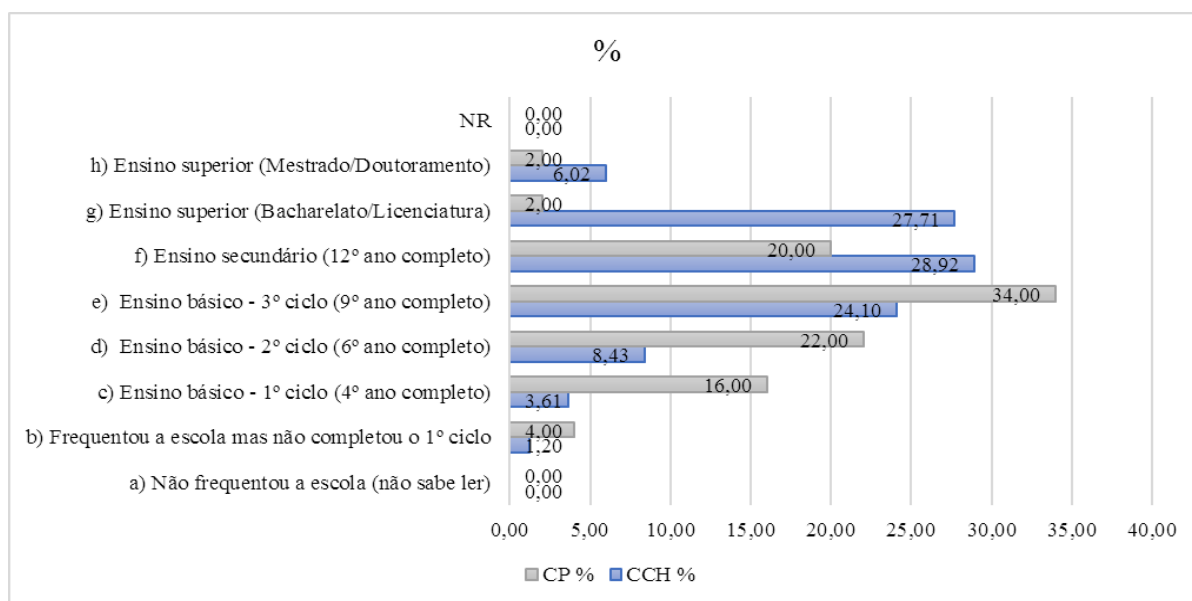
Mais uma vez, vamos ao encontro da caracterização do meio anteriormente exposta (ponto 3.1 do Capítulo II), que refere que a maioria dos ativos empregados do concelho (57,6%) apenas completou o ensino básico, embora a parcela de ativos empregados que possuem o ensino secundário (23%) seja relevante.

Gráfico 9. Grau de escolarização – Total de EE



Numa análise comparativa de EE atendendo à variável curso (gráfico 10), notamos que os EE de alunos dos CCH têm um grau de escolarização mais elevado, a partir do ensino secundário. Do 9º ano completo para menos escolaridade, encontram-se os EE de alunos dos CP, destacando-se os que completaram o 9º ano (34%) e os que completaram o 6º ano (22%). De realçar ainda a diferença que existe entre os dois tipos de curso no ensino superior, sendo que 27,71% são EE de alunos dos CCH e apenas 2% de alunos dos CP.

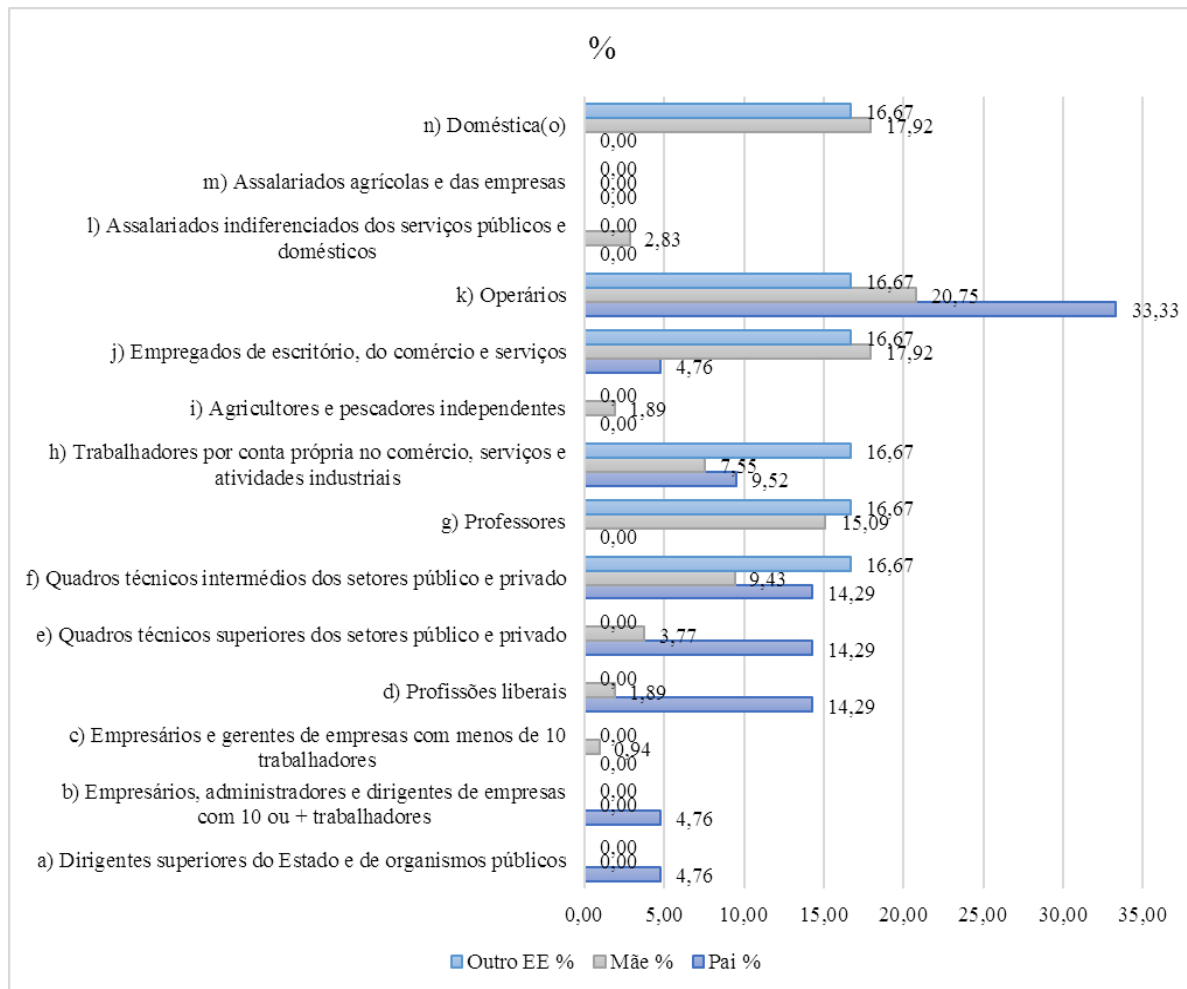
Gráfico 10. Grau de escolarização – Análise comparativa de EE por curso



No que diz respeito à profissão exercida pelos EE (gráfico 11) de todos os inquiridos, a profissão de operário aparece em maior quantidade, perfazendo no total 70,75% dos EE, sendo distribuída por pai (33,33%), mãe (20,75%) e outro encarregado de educação (16,67%). Seguem-se os quadros técnicos intermédios dos setores público e privado, os empregados de escritório, do comércio e serviços, domésticas e, em quinto lugar, os professores.

Num concelho em que 72% dos habitantes pertencem a atividades económicas do setor terciário, apesar das indústrias existentes, temos presente, neste caso, a predominância do setor secundário, bastante contemplado com a profissão operários.

Gráfico 11. Profissão – Total de EE



Uma vez que a quantidade de resultados não nos permitia obter um gráfico comparativo perceptível, que atendesse à variável curso, optamos por elaborar três gráficos que comparam os dados obtidos pelos pais, mães e outros EE, isoladamente, por cursos frequentados pelos seus educandos. Por conseguinte, no que respeita aos pais (gráfico 12), os dos alunos dos CCH têm, em maior percentagem, profissões ligadas aos quadros técnicos intermédios dos setores público e privado (30,00%) e quadros técnicos superiores dos setores público e privado (20,00%). Por sua vez, mais de metade dos pais dos alunos dos CP são operários (54,55%) e desempenham profissões liberais (18,18%), embora em menor quantidade. Observamos, assim, que os pais dos CCH desempenham profissões que implicam um maior grau de escolarização e lhes permitem maior estabilidade financeira do que os dos CP.

Gráfico 12. Profissão – Análise comparativa de pais por curso

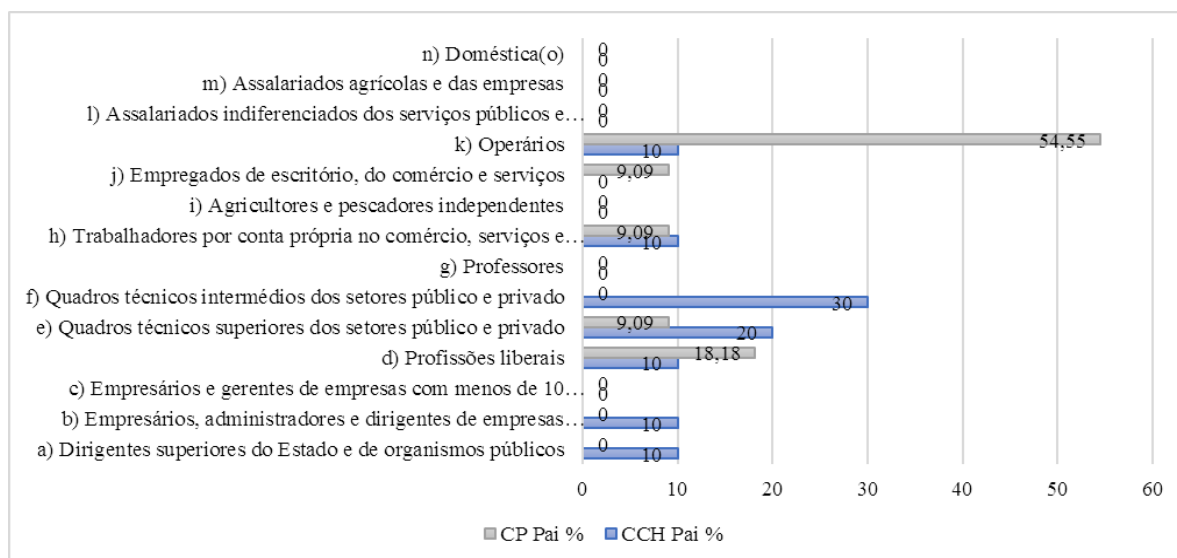
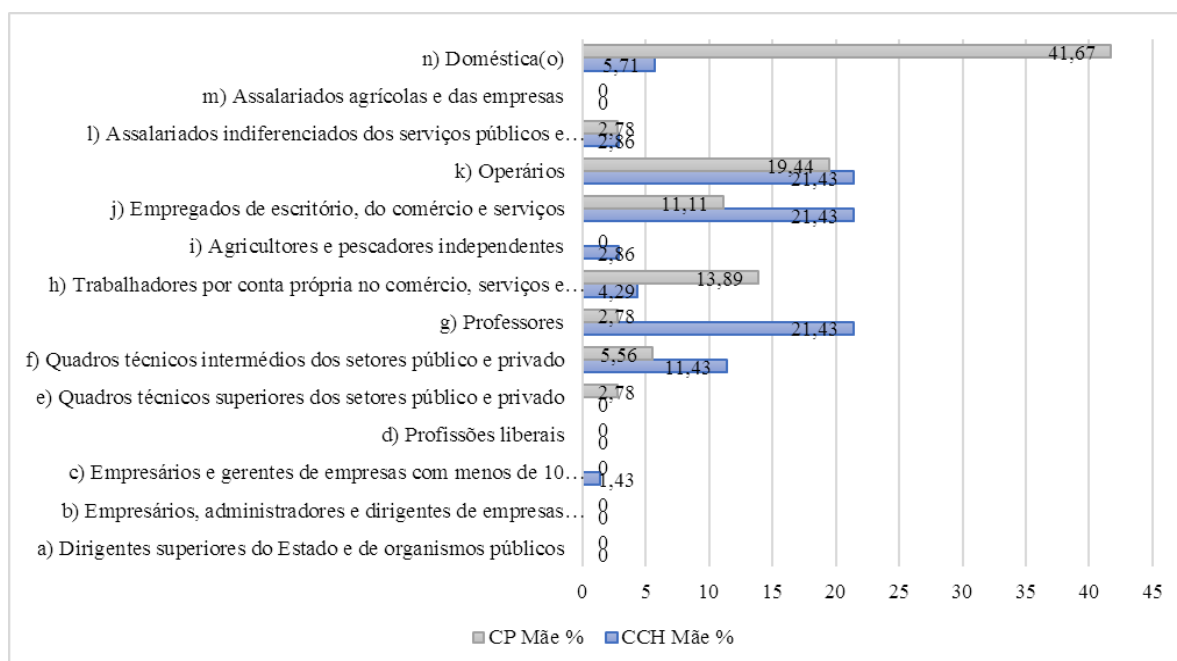


Gráfico 13. Profissão – Análise comparativa de mães por curso

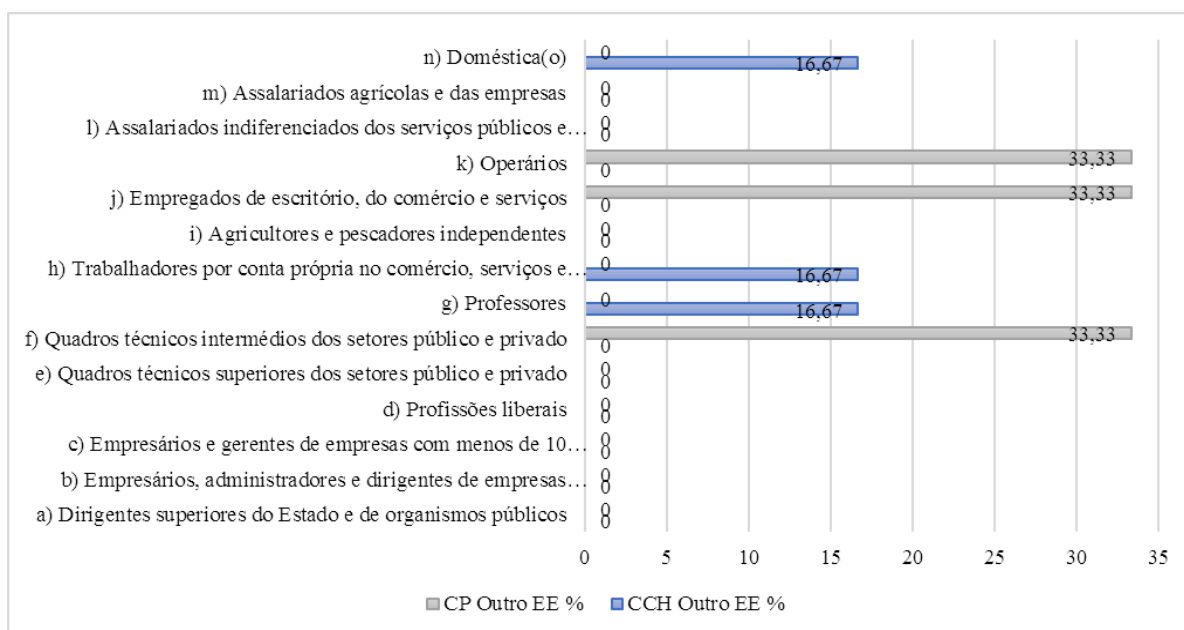


Relativamente às mães (gráfico 13), as que têm educandos nos CCH, as profissões mais comuns, e exatamente com os mesmos valores (21,43%), são professoras, empregadas de escritório, do comércio e serviços e operárias. As mães de alunos dos CP são, na sua maioria, domésticas (41,67%), corroborando o exposto anteriormente, operárias (19,44%) e trabalhadoras por conta própria no comércio, serviços e atividades industriais (13,89%). Também aqui se verifica que as mães dos alunos dos CCH exercem profissões que exigem maior escolarização e lhes fornecem mais estabilidade económica. Conclui-se que são as mães dos alunos dos CP que mais

optam, ou não tendo outra possibilidade, por ficar em casa, ficando o agregado familiar a depender de um único salário.

Quanto a outros EE (gráfico 14), embora poucos, é facilmente observável e com os mesmos valores (16,67%) que, no caso de alunos dos CCH, aparecem os professores, trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e atividades industriais e domésticas. No caso de alunos dos CP, as profissões mais comuns são os quadros técnicos dos setores público e privado, empregados de escritório, do comércio e serviços e operários, todos eles com os mesmos valores (33,33%).

Gráfico 14. Profissão – Análise comparativa de outros EE por curso (%)



Ainda dentro deste tema, e com o objetivo de analisar a proveniência socioeconómica e cultural dos alunos do Agrupamento de Escolas X em transição para o 10º ano de escolaridade, em contexto de entrevista, o Diretor do Agrupamento, o Coordenador dos Diretores de Turma e a Psicóloga Escolar foram questionados quanto à influência que estes fatores assumem neste contexto. Desta forma, foram estabelecidas categorias de análise, a partir das respostas dos entrevistados que a seguir se apresentam:

Tabela 25 – A influência das origens socioeconómicas e culturais dos alunos (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
A proveniência sociocultural e económica dos alunos tem influência nas escolhas dos alunos.	<p>“Claramente.” (...)</p> <p>“Quem valoriza mais a escola é uma faixa da sociedade que vê a escola com um papel fundamental na educação e orientação vocacional dos filhos; quem valoriza menos negligencia mais e tem menos condições para o fazer. (...) Sendo certo que a percentagem de quem valoriza a escola é superior à de quem não valoriza.”</p>	<p>Diretor do Agrupamento</p>

Os alunos não têm muita consciência do peso das questões socioeconómicas nas suas escolhas.	“Tem principalmente nos profissionais, porque há uma boa parte daquilo que é paga. Eles recebem as deslocações, têm subsídios para deslocações, têm subsídios para almoço” (...)	Coordenador dos Diretores de Turma
	“Nós estamos aqui numa zona muito rural ainda, sendo urbana, mas com um ambiente muito rural. Há algumas famílias com dificuldades financeiras e, portanto, tudo isso vai moldando também as opções. Os CP são financiados e, portanto, isso poderá fazer a diferença para alguns. “	Psicóloga Escolar
	“Eu penso que eles não têm grande consciência da maior parte das coisas que acontecem à sua volta e essa é mais uma.”	Coordenador dos Diretores de Turma
	“Os alunos que têm muitas dificuldades económicas têm consciência, aqueles que compreendem as privações que a família passa. (...) Esses sim, os outros não, sabe que é próprio da imaturidade, deixa andar, não ligam tanto. “	Psicóloga Escolar

Verifica-se, a partir dos resultados obtidos, que todos os entrevistados concordam que as condições socioeconómicas e culturais dos alunos fazem diferença nas escolhas de cursos do ensino secundário, sendo que se concentram nos CP os alunos que originam de famílias com menos valorização da escola e com mais fragilidades ao nível social e económico. Não obstante, considera-se também que os alunos não têm muita consciência destas questões, a não ser os que realmente partilham estes problemas com as suas famílias e os compreendem.

Em síntese:

Neste tema, pudemos apurar que há efetivamente uma distinção entre as origens socioeconómicas e culturais dos alunos do Agrupamento de Escolas X, que escolhem os CCH e os que escolhem os CP, e que estes são fatores que influenciam estas mesmas escolhas, corroborando aquilo que autores como Duarte (2012); Martins, Pardal, & Dias (2006); Silva (2013) referem, ou seja, que as trajetórias escolares estão associadas às origens sociais dos jovens, englobando o *background* económico, a ocupação profissional e o grau de escolarização familiar.

Ao nível da situação e do vínculo profissionais, constatamos que, na generalidade dos EE inquiridos, estes são membros ativos empregados, indo ao encontro da realidade do concelho, mas a estabilidade profissional é mais patente nos EE dos alunos dos CCH, tal como o vínculo profissional é mais consolidado. É nos EE dos alunos dos CP que se concentram mais desempregados e, essencialmente, mais domésticas, com agregados familiares com um único salário, embora os próprios alunos não revelem consciência deste peso no seu dia-a-dia escolar.

Parece constatar-se, neste caso, uma estrutura familiar e reprodução social tradicional, centrada no homem, o chefe da casa, que trabalha fora e a mulher que cuida do lar.

Quanto ao grau de escolarização, a conclusão do 3º ciclo de ensino é a situação mais presente nesta realidade, seguida da conclusão do ensino secundário. Não obstante, são os EE dos alunos dos CCH que mais habilitações escolares têm, por oposição aos dos alunos dos CP que, na sua generalidade, se quedam pelos 2º e 3º ciclos de ensino.

Assim sendo, as profissões mais comuns concentram-se nos setores secundário e nas atividades económicas relacionadas com bens e serviços. De realçar o facto de existirem 70,75% de operários nos EE questionados, situação que não surpreende num concelho tão industrializado como este. Mais uma vez, há uma clara distinção entre os EE dos alunos das duas vias de ensino, sendo que os EE dos alunos dos CCH apresentam profissões mais qualificadas e com maior rendimento, ao contrário dos EE dos alunos dos CP, que se concentram nas profissões operários, profissões liberais e domésticas.

Note-se, porém, que há exceções. A realidade é que os resultados obtidos nos permitiram igualmente perceber que há filhos de EE com formação superior que seguem os CP, tal como há elementos de famílias com menor grau de escolarização e situação familiar mais desfavorável que escolhem os CCH.

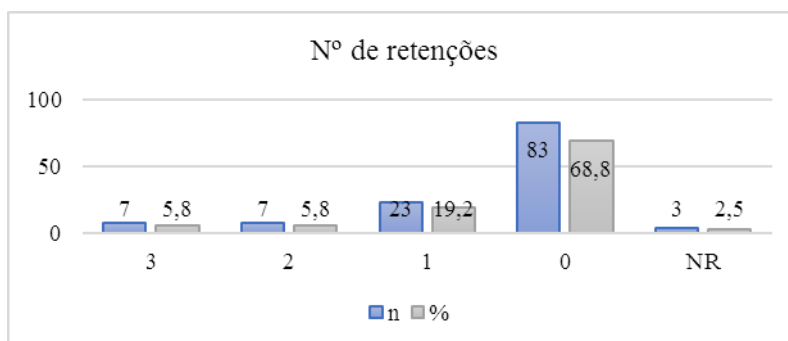
Concluimos, deste modo, que este Agrupamento não difere de muitos outros do país, no sentido em que existe uma relação entre os fatores internos à escola e a origem social, económica e cultural dos alunos, indo ao encontro daquilo que as teorias da reprodução social e cultural de Passeron e Bourdieu indicam, que a escola é uma instituição que seleciona os indivíduos, reproduzindo as estruturas sociais de classe.

3. Os percursos académicos dos alunos

É sabido que os percursos académicos dos alunos, bem como a consciência que têm dos mesmos, influenciam as escolhas dos indivíduos ao longo da sua vida. Num estudo de caso acerca de um ano tão fulcral de transição, seria prenunciável a análise deste fator e o seu grau de influência nas decisões dos alunos. Isto posto, a amostra de alunos inquirida foi questionada quanto às suas retenções no ensino básico, bem como aos motivos das mesmas e anos de escolaridade em que tiveram lugar.

Dos 123 alunos questionados (gráfico 15), mais de metade não apresentam retenções (68,8%), 19,2 % ficaram retidos uma vez e 11,6 % de alunos têm no seu percurso escolar mais do que uma retenção.

Gráfico 15. N° de retenções – Total de alunos (123 alunos)



Tornou-se importante analisar se o número de retenções variava em função da variável curso. Assim sendo, verificamos que são os alunos dos CP (gráficos 16 e 17) que mais retenções têm no seu percurso escolar, com 31,9% com uma retenção, 12,8% com duas e 14,9% com três retenções. São mais os alunos com retenções do que os que não as têm, o que nos leva a concluir que esta é, efetivamente, uma via de ensino mais procurada pelos alunos com mais fragilidades nos seus percursos académicos. Não obstante, convém chamar a atenção para o facto de também existirem 18 (38,3 %) alunos dos CP que não têm retenções.

Gráfico 16. N° de retenções – Alunos dos CCH (76 alunos)

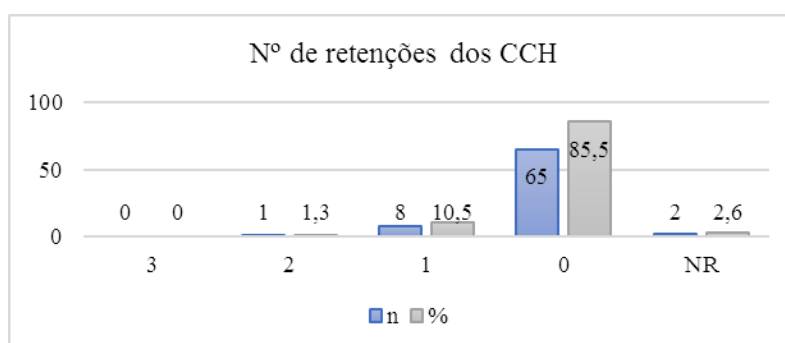
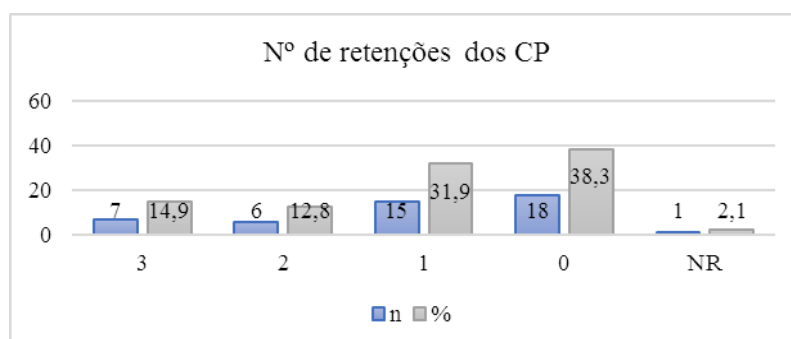


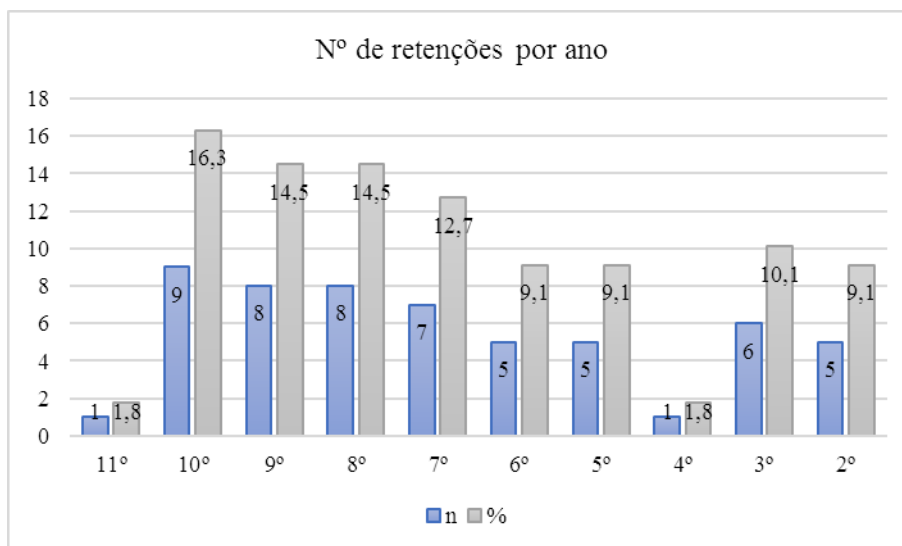
Gráfico 17. N° de retenções – Alunos dos CP (47 alunos)



No sentido de tentar compreender em que momento do ensino básico as retenções são mais frequentes, os dados obtidos no gráfico 18 permitiram-nos identificar o 3º ciclo e o ensino

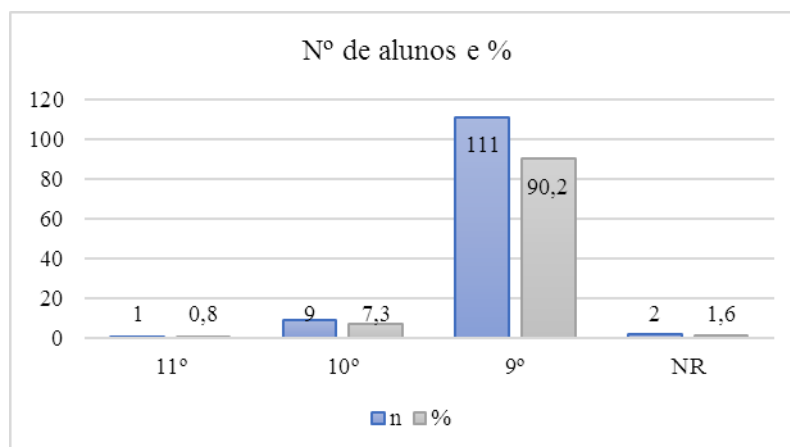
secundário como os momentos com mais retenções por parte dos alunos. O 10º ano é o que mais insucesso demonstra (16,3%), seguido dos 8º e 9º anos com uma percentagem de 14,5% de retenções.

Gráfico 18. N° de retenções por ano de escolaridade



Deste modo, quando questionados acerca do ano de escolaridade que frequentaram em 2015/2016, ano imediatamente anterior a este estudo, confirmamos o 10º ano como uma transição escolar difícil, com a maior percentagem de retenções.

Gráfico 19. Ano de escolaridade frequentado em 2015/2016



A tabela 26 ajuda-nos a identificar os cursos que mais retenções fomentaram no 10º ano de escolaridade dos alunos em estudo, bem como as escolhas que estas retenções originaram. Deste modo, verificamos que são os CCH que originaram insucesso, sendo que, dos 9 casos, 4 alunos

mantiveram-se em CCH, embora 2 tenham mudado de área de estudo, e 5 alunos tenham transitado para CP, sendo que apenas um deles se manteve na mesma área de estudo.

Tabela 26. Curso de matrícula na retenção do 10º ano de escolaridade (9 alunos)

Curso na retenção do 10º ano	Curso atualmente frequentado no 10º ano
Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias	Científico-humanístico de Ciências Socio-económicas
Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias	Científico-humanístico de Artes Visuais
Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias	Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias
Científico-humanístico de Línguas e Humanidades	Científico-humanístico de Línguas e Humanidades
Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias	Profissional de Eletrotecnia
Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias	Profissional de Produção em Metalomecânica
Científico-humanístico de Línguas e Humanidades	Profissional de Técnico de Cozinha e Pastelaria
Não respondeu	Profissional de Técnico de Cozinha e Pastelaria
Científico-humanístico de Ciências Socio-económicas	Profissional de Técnico de Gestão

Estas retenções aconteceram por vários motivos, que quisemos identificar (tabela 27). Assim sendo, das propostas apresentadas, em que os alunos foram convidados a selecionar os três mais importantes, sendo o 1º o mais importante e o 3º o menos importante, a não compreensão do que o que os professores explicavam foi o motivo globalmente mais selecionado (total de 56,76% de alunos). A dificuldade das matérias/dificuldades de aprendizagem foi o motivo que foi considerado como o mais importante (24,32%), seguido do facto de não gostarem dos professores (16,22%), de não estudarem (13,51%) e de não se esforçarem para aprender (10,81%), estes também com valores consideráveis quando analisando os valores dos números 2 e 3 da escala de importância (54,05%). Temos, portanto, os três primeiros motivos centrados na escola e nos professores e os restantes centrados no aluno e na sua falta de interesse e empenho no seu processo de aprendizagem. O facto de não gostarem da turma, da escola, e de considerarem a sua avaliação injusta foram igualmente motivos selecionados, com uma percentagem global de 48,65%.

Tabela 27- Motivos para a retenção (37 alunos)

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1º	%	2º	%	3º	%	TOTAL	%
a) Não gostava de andar na escola	5	13,51	4	10,81	9	24,32	18	48,65
b) Não gostava dos professores	6	16,22	5	13,51	9	24,32	20	54,05
c) Não gostava da turma	5	13,51	2	5,41	11	29,73	18	48,65
d) Não percebia o que os professores explicavam	5	13,51	11	29,73	5	13,51	21	56,76
e) Algumas matérias eram difíceis/ tinha dificuldades de aprendizagem	9	24,32	5	13,51	6	16,22	20	54,05
f) Não me esforço para aprender/ sou preguiçoso(a)	4	10,81	9	24,32	7	18,92	20	54,05
g) Faltava muito às aulas	3	8,11	1	2,70	9	24,32	13	35,14

h) Tinha de trabalhar e não tinha tempo para estudar /dificuldades económicas	1	2,70	2	5,41	11	29,73	14	37,84
i) Tinha problemas familiares	3	8,11	6	16,22	7	18,92	16	43,24
j) Não estudava	5	13,51	7	18,92	8	21,62	20	54,05
k) Não tinha condições em casa para estudar	3	8,11	2	5,41	8	21,62	13	35,14
l) Tinha problemas de saúde	2	5,41	1	2,70	10	27,03	13	35,14
m) Não tinha amigos na escola	3	8,11	0	0,00	11	29,73	14	37,84
n) A avaliação foi injusta	6	16,22	1	2,70	11	29,73	18	48,65
o) Era mal comportado(a)	3	8,11	0	0,00	11	29,73	14	37,84

Os três entrevistados foram também questionados quanto ao percurso escolar dos alunos em momento de escolha, delineando-se as seguintes categorias de análise:

Tabela 28 – Os percursos académicos dos alunos (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
O desempenho escolar tem influência nas escolhas dos alunos. Há outros fatores e algumas exceções.	“Nós não fomos capazes de conceber um currículo organizado no tempo da escolaridade obrigatória, 12 anos, que fosse capaz de garantir a igualdade no acesso e no sucesso, em percentagem de alunos aceitável no sistema. Portanto, a grande maioria, e as médias traduzem isto, a regra é a ausência do conhecimento. A diferença entre os que sabem muito e os que sabem pouco é abissal.”	Diretor do Agrupamento
	“Um aluno fraco que acabe o 9º ano e que vá para o 10º ano, se porventura é um aluno que não tenha preparação de base, vai para um CCH, normalmente o que acontece é que, por exemplo, se for para um de Ciências, ao fim do 1º período está a mudar para Humanidades, ou a tentar fazê-lo, e se for um bocado mais consciente, está a tentar mudar para um profissional.” (...) “Os alunos melhores, digamos assim, não, porque já têm uma coisa pré-definida. Haverá casos pontuais de bons alunos que vão para o profissional, nomeadamente os de Informática, um ou outro de Mecânica, mas, lá está, são exceções.” (...) “Pois no caso das Humanidades, há muitos que as escolhem para fugir à Matemática.”	Coordenador dos Diretores de Turma
	“Quando se tem um aluno que tem um aproveitamento bastante consistente, que tem interesses em prosseguir estudos superiores e a família também tem essa expectativa, pois desde logo o CCH é o mais indicado. Agora, nós temos alunos que não se identificam com a cultura de escola, com aquela fase académica, teórica.. (...) De facto, para esses alunos, um curso profissional é a escolha que melhor o realiza e que faz mais sentido.” (...) “O CCH não é o caminho mais indicado para quem tem um percurso académico mais frágil, porque, de facto, após o 12º ano, o aluno tem ali uma enorme barreira que são os exames nacionais.” (...) “Mas ainda hoje de manhã tive a mãe de um aluno de nível 5 a quase tudo no 7º ano e 4 e 5 no 8º ano, este ano 4 e 3, e que este ano vai optar pelo curso profissional.”	Psicóloga Escolar

Em síntese:

No presente tema, concluímos que, no âmbito da amostra inquirida, no Agrupamento de Escolas X, os alunos dos CP têm mais retenções no seu percurso escolar do que os alunos dos CCH. Confirma-se o exposto por autores como Azevedo (2015) e Duarte (2012), que referem que os CP são vias de ensino que têm vindo a ser direcionadas aos alunos que não conseguem ter sucesso noutra via e que, por alguma razão, não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem dos seus pares. Este tem sido um ensino considerado de segunda escolha a nível nacional, embora haja exceções à regra, tal como também este Agrupamento evidencia. 38,3% dos alunos dos CP não apresentam retenções, pelo que podemos depreender que esta via poderá ser a sua primeira escolha, facto igualmente referenciado pela Psicóloga Escolar, que apresenta um exemplo de um aluno com bons resultados escolares que optará, neste ano letivo, por escolher um CP no 10º ano de escolaridade, indiciando, talvez, uma mudança de paradigma relativamente ao ensino profissional e à procura de um ensino de cariz mais prático.

Abrantes (2013) considera que a atual divisão em três ciclos do nosso sistema educativo pode ser um fator fomentador da diferenciação, desigualdade e exclusão, explicando, em parte, as taxas de insucesso escolar dos nossos alunos. Com efeito, ao analisarmos os anos com mais retenções da nossa amostra, verificamos que estas tem tendência a aumentar à medida que se avança nos ciclos e têm o seu valor máximo na transição do ensino básico para o ensino secundário. Os motivos para tal podem ser inúmeros. No entanto, julgamos que podemos ter presente, como refere Vieira (2012), uma situação de “temporalidade institucional escolar” desalinhada com a “temporalidade biográfica”, impedindo o aluno de fazer boas escolhas e, por isso, levando-o ao insucesso, mas também podemos justificar este facto com o grau de dificuldade crescente das matérias e o aumento do grau de exigência no ensino secundário, em alunos que não estão preparados para tal. Como tal, vejamos: a partir dos dados obtidos no inquérito por questionário aos alunos, verificamos que quando estes ficam retidos em CCH, ou mudam de área, ou mudam para um CP. Ao analisar as entrevistas efetuadas, observamos igualmente que é certo que muitos alunos não estão preparados para enfrentar a exigência dos CCH e escolhem os CP.

Os próprios alunos, por sua vez, selecionaram as dificuldades de aprendizagem e a falta de compreensão do exposto pelos professores como principais motivos para a sua retenção, seguidos de uma consequente desmotivação e falta de empenho. Note-se, porém, que no item em que deveriam escolher as razões das suas escolhas de percursos escolares do ensino secundário, não escolheram o grau de dificuldade dos cursos, mas optaram pela área que gostam ou que lhes permite ir ao encontro da prossecução dos seus objetivos futuros, quer sejam de prosseguimento de estudos, quer de procura de emprego e salário rápidos.

4.O papel da família no processo de escolha

Como sabemos, são muitos os fatores que influenciam na escolha vocacional de um jovem. Desde as características individuais a convicções políticas e religiosas, valores e crenças, situação político-económica do país, da família e dos pares. Não obstante, é a família que representa um dos principais fatores que ajudam ou dificultam no momento da escolha e na decisão do jovem. Os pais/familiares são os primeiros educadores e, tal como também pudemos comprovar neste estudo de caso (Capítulo III, ponto 1.1), são o mais importante agente socializador na formação da identidade do indivíduo.

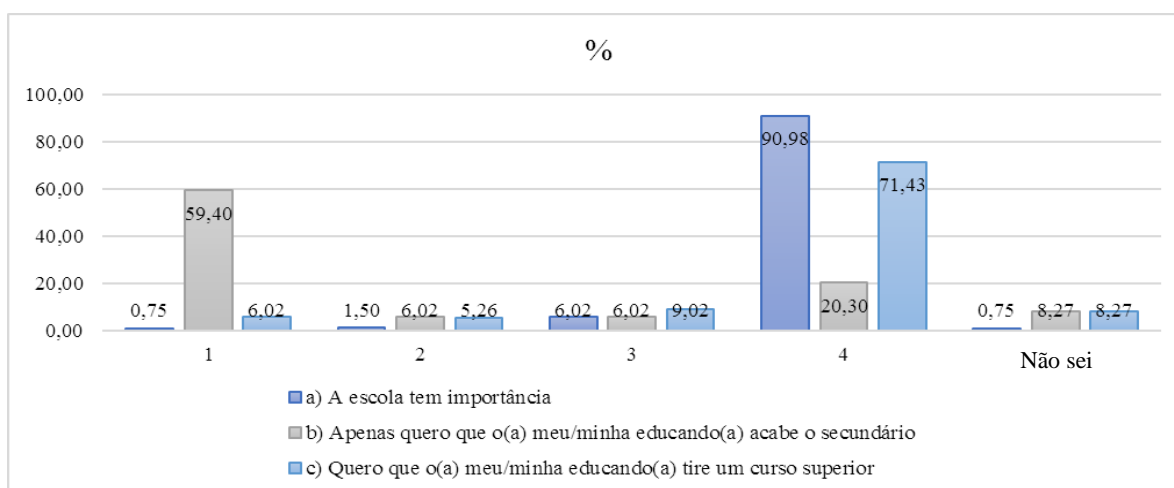
Conscientes deste facto, seria imprescindível isolar o papel da família no processo de escolha do percurso escolar do ensino secundário, por parte dos alunos, num tema de análise, ainda que a sua intervenção seja uma constante em todos os temas propostos.

Para tal, em inquérito por questionário, os EE foram inquiridos acerca da importância que, para eles, a escola tem, as expectativas que têm para os seus educandos, bem como o apoio que lhes deram, ou não, nesta fase do seu percurso escolar. Estas questões tiveram como objetivo perceber o grau de envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus educandos, as vantagens e possíveis desvantagens deste envolvimento, bem como a valorização que atribuem à escola e ao seu trabalho.

Os três entrevistados foram similarmente questionados relativamente ao mesmo assunto, de modo a conseguirmos obter os pontos de vista de todos os implicados, neste caso, a escola.

Gráfico 21. Grau de importância que a escola tem – Total de EE

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)



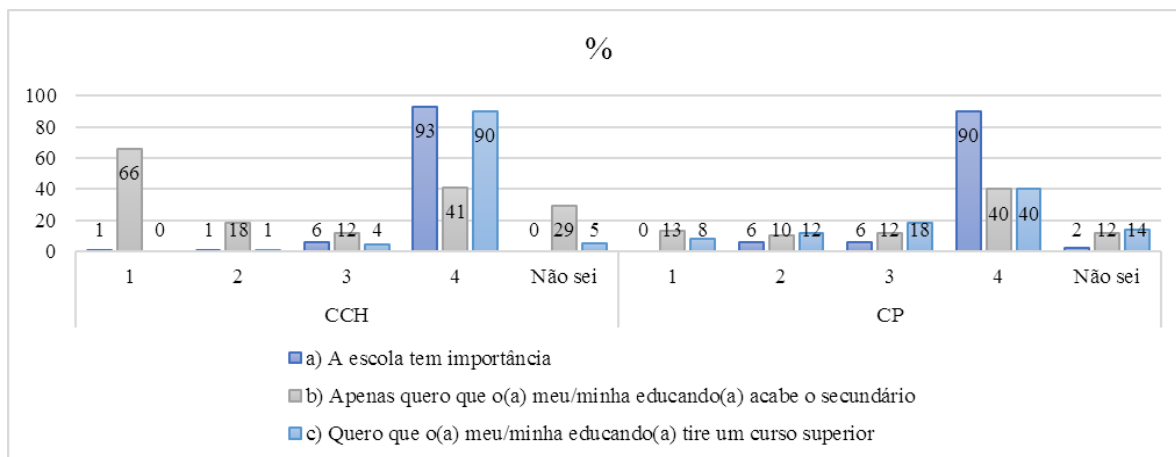
A análise do gráfico 21 revela que, na sua maioria, os EE valorizam a escola e consideram que esta tem grande importância. 90,98% dos EE confirmam este facto. Já quanto ao que esperam

para os seus educandos no seu futuro escolar, verificamos que para 71,43% dos EE é também muito importante que os seus educandos prossigam para o ensino superior¹.

Procedemos à análise da questão, em função da variável curso, comparando as opiniões dos EE de alunos dos CCH e dos CP (gráfico 22).

Gráfico 22. Importância da escola - Análise comparativa dos EE dos alunos dos CCH e dos CP

(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)



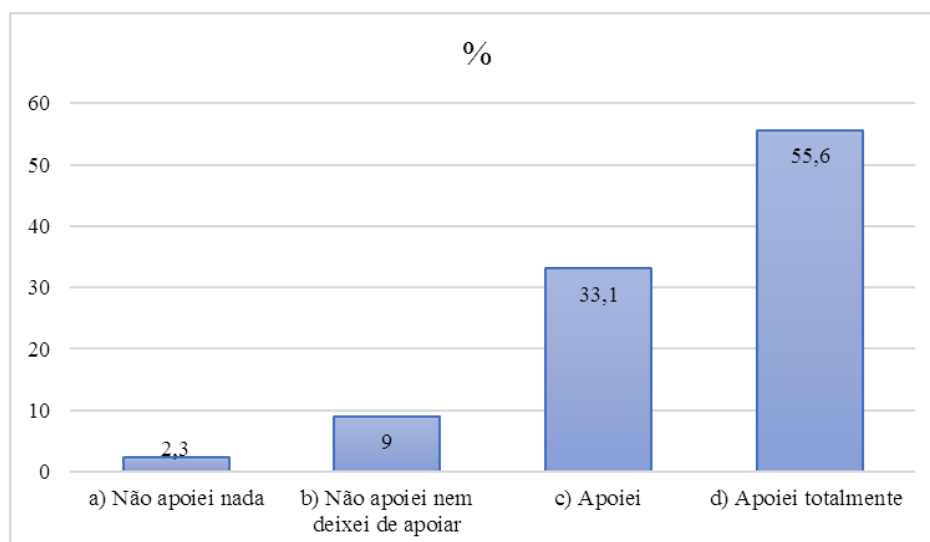
Assim sendo, concluímos que não se registam diferenças significativas quanto ao grau de valorização da escola. Tanto os EE dos alunos dos CCH como os dos CP atribuem uma importância elevada à escola, igual ou superior a 90%. Relativamente à conclusão do ensino secundário, os EE atribuem valores quase iguais à máxima importância que dão (40 e 41%), mas são os EE dos alunos dos CCH que menor importância lhe dão (66%).

No caso do prosseguimento de estudos para o ensino superior, são os EE dos alunos dos CCH que mais importância dão a este aspeto (90%), mas é importante referir que também os EE dos alunos dos CP atribuem a máxima importância, com uma percentagem de 40%, aos seus educandos tirarem um curso superior. Aliás, apenas 8% dos EE dos alunos dos CP consideram pouco importante tirar um curso superior.

Quando questionados acerca do apoio que deram aos seus educandos nesta fase do seu percurso (gráfico 23), não há dúvidas em considerar que a maioria dos EE apoiaram os seus educandos. Porém, apenas 55,6% assumem que os apoiaram totalmente e 33,1% que apenas os apoiaram, levando-nos a inferir que a escolha que os seus educandos fizeram possa não constituir as reais e primeiras preferências dos EE.

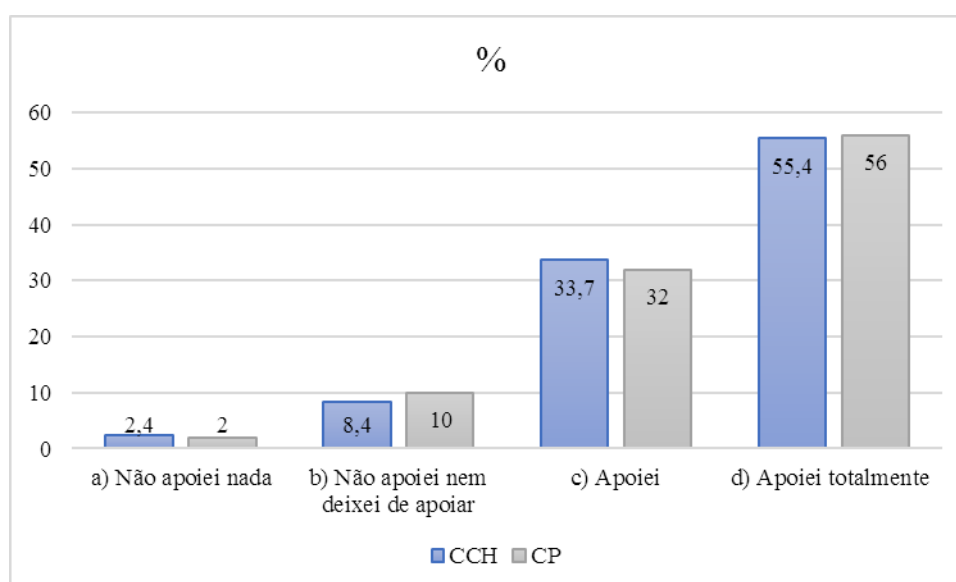
¹ De referir, no entanto, que é possível que a palavra “apenas” na alínea b) possa ter induzido a alguma confusão, tendo alguns EE eventualmente percebido se queriam que os seus educandos terminassem o ensino secundário, independentemente do prosseguimento de estudos.

Gráfico 23. Apoio na escolha do curso – Total de EE



Apesar de não se apurarem diferenças significativas, mas sim semelhanças, o gráfico 24 atende à variável curso. Conclui-se que o apoio dos EE aos seus educandos no processo de escolha vocacional não varia conforme as vias de ensino selecionadas, embora tenhamos constatado, no ponto 1.1, tabela 11, deste Capítulo, que a intervenção das famílias no processo de escolha vocacional do ensino secundário tem mais expressão nos alunos dos CCH, sendo a quarta razão mais escolhida (15,79%) por eles.

Gráfico 24. Apoio na escolha do curso - Análise comparativa dos EE dos alunos dos CCH e dos CP



Em contexto de entrevista, foi aferido o ponto de vista da escola, em relação à intervenção e importância das famílias no processo de escolha do Agrupamento de Escolas X. Os entrevistados foram questionados acerca da presença das famílias na escola, do papel que desempenham no

processo de escolha e das suas expectativas em relação aos seus educandos. Das respostas obtidas, retiraram-se as seguintes categorias de análise:

Tabela 29 – O papel da família no processo de escolha (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
A família também é escola.	“Quando falamos de escola não podemos esquecer evidentemente do papel das famílias, em boa verdade, dos pais (...) porque eles também são escola.” (...)	Diretor do Agrupamento
As famílias têm papéis diferenciados, consoante a relação que tiveram ou têm com a escola.	<p>“Hoje (...) a sociedade ainda é muito diferenciada, se assim se pode dizer, e, portanto, dependendo do contexto sociocultural, nós temos papéis diferenciados.” (...)</p> <p>“No caso dos pais que viveram, enquanto jovens, uma relação muito próxima com a escola e que alicerçaram o seu percurso de vida no conhecimento académico que beberam na escola, evidentemente que nós percebemos um papel muito importante”.</p> <p>(...)</p> <p>“Depois, à medida que vamos observando o papel dos pais das famílias com contextos que podem ser enquadrados em contextos socioculturais com uma menor relação com a escola, do percurso que os pais fazem, vamos tendo, em regra, situações onde o compromisso é menor ou a decisão é muitas vezes arbitrária, sem grande preocupação de perceber qual o melhor veículo.”</p>	Diretor do Agrupamento
As famílias valorizam a escola, e preocupam-se com o percurso escolar dos seus educandos.	<p>“A maioria dos alunos integrados nas 150 turmas da escola, quando tomado todo o agrupamento, e os pais, têm elevadas expectativas e valorizam a escola. Há uma percentagem menor de todas as outras situações de valorização insipiente. A regra nessa fase do 9º ano, a moda ainda é, hoje, valorizar a escola. Mas a percentagem de alunos e pais que desvalorizam a escola é alarmante e preocupante, não é negligenciável.”</p>	Diretor do Agrupamento
	<p>“Os pais com quem eu tenho o privilégio de contactar diretamente são pais preocupados, e por isso vêm à escola, respeitadores dos filhos e percebem o quanto é importante, por um lado, ajudá-los a pensar nos prós e os contras, mas também depois dessas chamadas de atenção, desses alertas, respeitá-los nas suas escolhas.”</p>	Psicóloga Escolar
	<p>“Eu noto que existe uma grande preocupação por parte das famílias que, no fundo, é o reflexo da sociedade em que vivemos, das tensões em termos de saídas profissionais, de algumas áreas, as tensões provocam alguns receios por parte das famílias, não é? É muito frequente termos pais de alunos que pensam em Artes preocupados e que vêm falar comigo e que os alertam para os riscos dessa escolha; isso acontece.”</p> <p>(...)</p>	Psicóloga Escolar
As famílias envolvem-se no processo de escolha.	“Quando as famílias valorizam a escola, (...) têm um papel muito determinado na orientação escolar e vocacional dos filhos. Quando não valorizam tanto, pois evidentemente encontram alternativas até, que muitas vezes, são alternativas que são quase sentidos únicos, porquanto precisam muitas	Diretor do Agrupamento

<p>Os pais preocupam-se com o percurso escolar dos seus educandos e influenciam as suas escolhas.</p> <p>Nem sempre as expectativas dos pais coincidem com os desejos dos filhos.</p>	<p>vezes, os alunos, de encontrar rapidamente uma forma de se emanciparem e de conseguirem alguma comodidade que as famílias não lhes conseguem garantir.”</p>	
	<p>“As famílias também têm influência nos profissionais. Têm nos dois sentidos, quer no sentido de ir para lá, quer no sentido de não ir para lá. O que acontece em muitos casos é que, quer na parte da orientação da Psicóloga, quer na parte das conversas que nós temos com os EE, a dar-lhes sugestões para que o filho vá numa determinada direção, há resistência dos pais, que querem que seja doutor, seja engenheiro, sendo que o miúdo não só não está preparado para isso, como ele próprio não quer.”(...)</p> <p>“Mas não é caso único, sei que há mais casos destes, até a nível, por exemplo, do curso de Economia. Também há lá casos em que os alunos estão lá empurrados pelos pais. (...) A ideia é que se eles foram para aquilo podem-se elevar de alguma maneira, não interessa o que está para ali; é um modo de ascensão social.”(...)</p> <p>“É basicamente a representação social que se faz do curso e da profissão. As pessoas não olham para o resto.”</p>	<p>Coordenador dos Diretores de Turma</p>
	<p>“Vejo diferença: os pais tornam-se por vezes mais inquietos quando, por exemplo, os seus filhos com aproveitamento escolar bom ou regular pensam optar por um curso profissional. Consigo ver essa inquietação em alguns pais quando os seus filhos pensam em optar pelo CCH de Artes Visuais ou eventualmente Línguas e Humanidades, mas sobretudo Artes Visuais. Sim, estas preocupações situam-se em relação a estas áreas.” (...)</p> <p>“Claro que estes pais têm que ser muito trabalhados. Eu neste agrupamento há muitos anos que trabalho os pais. Eu tive algumas forças contrárias às divulgações que fazia dos cursos, porque, na verdade, existia, existe ainda, algum preconceito em relação aos CP e é preciso desconstruir.” (...)</p> <p>“Hoje, mais do que nunca, (...) o Ministério da Educação prevê também uma série de mecanismos que permitem aos alunos que concluem os CP de prosseguirem estudos. Temos no ensino superior, no politécnico sobretudo, os cursos de curta duração, os TESP, que são de facto uma porta de entrada para os alunos dos CP no ensino superior, sem terem que fazer exames nacionais. E, quando isto é explicado aos pais, quando eles começam a perceber que afinal de contas optar por um CP não é assim tão sinónimo de concluir o 12º ano e ficar por ali...” (...)</p>	<p>Psicóloga Escolar</p>

Em análise do conteúdo dos excertos das entrevistas apresentado, constatamos que se compreende, neste Agrupamento, que as famílias são também a escola, e que, na sua generalidade, a valorizam e estão presentes na vida escolar dos seus educandos. Do mesmo modo, percebemos que a sociedade diferenciada em que vivemos se reflete ainda na escola e nas famílias. No entender destes interlocutores, as famílias que tiveram uma boa relação com a escola e que a têm como

essencial ao futuro dos seus educandos são mais presentes; as famílias que não tiveram uma boa relação com a escola, de meios socioculturais mais desfavorecidos, são menos presentes.

Relativamente ao momento das escolhas vocacionais para o ensino secundário, todos os entrevistados concordam que a família tem um papel importante, preocupando-se, auxiliando e influenciando os seus educandos. No entanto, afirmam que nem todos os pais/educadores têm ideias e expectativas compatíveis com os seus filhos. Há uma preocupação generalizada com os CCH de Artes e Línguas e Humanidades, pela dificuldade que estes cursos evidenciam nas saídas profissionais, e, principalmente, com os CP, pela representação social negativa que se faz deles e pelo facto de muitos EE desejarem que os seus educandos prossigam para o ensino superior.

De referir que, segundo o testemunho da Psicóloga Escolar, o recente aparecimento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TESP)² veio fazer a diferença, neste caso específico, constituindo mais um fator determinante na escolha de um CP.

Em síntese:

Neste Agrupamento, concluímos que a família é um importante agente de influência dos alunos no momento das suas escolhas vocacionais, direta ou indiretamente. Na realidade, os filhos recebem, desde o nascimento, uma carga de expectativa dos pais, devendo cumpri-la ao longo da vida, embora a necessidade de cumprir ou não os desejos dos pais varie de pessoa para outra e também de acordo com o grupo social do qual faz parte.

Na sua maioria, as famílias, independentemente das vias de ensino, atribuem muita importância à escola e valorizam o papel que ela tem no futuro dos seus educandos. As famílias são presentes, em especial aquelas que, elas próprias, tiveram uma boa relação com a escola.

Relativamente às expectativas que as famílias têm relativamente à vida escolar dos seus educandos após o ensino secundário, no caso dos alunos dos CCH, estas desejam mais o prosseguimento de estudos para o ensino superior, mas realça-se o facto de também as famílias dos alunos dos CP o desejarem, com 40% dos EE a atribuírem a máxima importância a este facto.

Os cursos TESP têm sido mais um argumento utilizado pela escola, na pessoa da Psicóloga Escolar, para “sossegar” os pais/famíliares quanto a esta circunstância, caso os filhos pretendam optar pelos CP, uma vez que as preocupações das famílias concernentes a cursos sem saídas profissionais e as representações sociais negativas que se fazem dos CP são presentes neste Agrupamento.

² Os TESP são cursos oferecidos pelos institutos politécnicos e escolas superiores não integradas em universidades, considerados “diplomas de ensino superior”; não conferem grau académico, mas facilitam a continuidade dos alunos que pretendem seguir para licenciaturas. Recuperam a filosofia dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), mas são mais orientados para o ingresso imediato no mercado de trabalho e para dar continuidade aos estudos de alunos provenientes de CP e vocacionais do ensino secundário.

Atente-se que o prosseguimento de estudos no ensino superior não é uma das razões escolhidas pelos alunos dos CP (Capítulo III, ponto 1) nas suas escolhas do 10º ano, mas sim o desejo de emprego e salário rápidos, o que nos leva a inferir que são as famílias que mais desejam que os seus filhos sigam para o ensino superior. Podemos ter aqui presente a tentativa de uma estratégia de mobilidade e perceção diferenciada do sucesso escolar (Faria, 2008), em que a escolarização é encarada como uma via de acesso a posições económicas e sociais mais favorecidas. Os pais influenciam, ainda que indiretamente, os filhos, de modo a que se possa dar lugar à ascensão social, daí que todas as possibilidades existentes que possam levar à conclusão de um curso superior são deferidas.

5.A intervenção da escola no processo de escolha

É indiscutível que a escola é uma das principais experiências de socialização que os jovens conhecem. Com a massificação escolar e o alargamento da escolaridade obrigatória, hoje, ela recebe tarefas que antes eram de outros agentes socializadores, em especial a família, moldando os alunos ao longo dos tempos, transmitindo-lhe um conjunto de valores que os influenciam, auxiliando-os a reconhecer os seus interesses e aptidões e criando os seus projetos profissionais.

Dada essa constatação, consideramos fundamental averiguar a intervenção da escola no processo de escolha vocacional dos alunos que iniciam o ensino secundário e o papel/influência que ela desempenha.

Já verificamos, no ponto I, do Capítulo III, do nosso texto, que é a escola o principal canal de informação dos alunos e EE e é o segundo agente de influência dos mesmos em todo este processo. Todavia, julgamos importante analisar de que forma esta influência tem lugar, quem são os seus responsáveis dentro da escola e quais as circunstâncias que a rodeiam. Para tal, utilizamos as entrevistas já mencionadas, onde questionamos os seus intervenientes quanto à forma como divulgam a oferta formativa, as razões que envolvem a criação dessa oferta e a especificidade que este Agrupamento pode ter e que influencia as preferências dos alunos e dos EE. Deste modo, apresentamos as seguintes categorias de análise e respetivas citações dos entrevistados, divididas em três temas que pudemos identificar em comum:

5.1 A divulgação da oferta formativa

Tabela 30 – Intervenção da escola – Divulgação da oferta formativa (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
A divulgação da oferta educativa do	“Evidentemente que a oferta, nós divulgamos normalmente pelos meios que são os comuns: temos o Serviço de	Diretor do Agrupamento

ensino secundário faz-se por meios comuns, como os SPO, os Diretores de Turma, a página da Internet, acrescidos da realização de uma Feira da Juventude anual.	Psicologia e Orientação, que trabalha com todos os alunos que do 9º transitam para o secundário, temos o Conselho Pedagógico que congrega o Coordenador dos Diretores de Turma e que, através dessa estrutura, os Conselhos de Turma desenvolvem na relação que estabelecem depois com o interlocutor, o Diretor de turma com as famílias, uma orientação no sentido de disponibilizar as várias possibilidades e também, para além do nosso sítio na Web, vamos ter proximamente a Feira da Juventude, dirigida a todos os alunos do concelho, quer do agrupamento quer de arredores, divulgar a oferta com ações dadas pelos professores e pelos alunos que frequentam os diferentes cursos que vão ser propostos no próximo ano.”	
Os serviços de psicologia e orientação (SPO) são os grandes responsáveis pela divulgação da oferta formativa no agrupamento.	“ ... a orientação vocacional está basicamente deixada a cargo da psicóloga dos serviços de psicologia e orientação. É evidente que como Diretor de turma, não como coordenador, uma pessoa tenta (...) uma pessoa apercebe-se daquilo que os miúdos, em princípio, gostariam de fazer e são capazes e pode dar algumas indicações e trocar algumas impressões com os pais.”	Coordenador dos Diretores de Turma
	“É basicamente a psicóloga dos SPO. Claro que depois com uma série de outras coisas, como a Feira da Juventude, que é também coordenada pela psicóloga, em conjugação com o coordenador dos CP e também um bocadinho com a coordenadora dos diretores de turma do secundário.”	Coordenador dos Diretores de Turma
	“Há uma boa percentagem de tempo (da Psicóloga Escolar) que é dedicada à orientação vocacional, junto dos alunos, não só dos anos de transição de ciclo, e falo do 9º e do 12º ano, mas também já junto dos alunos do 8º ano.”	Psicóloga Escolar
A divulgação da oferta educativa neste Agrupamento tem influência nas escolhas dos alunos	“Eu não tenho dúvida que a forma como este agrupamento tem feito a divulgação tem sido um forte contributo para o crescimento do número de alunos inscritos nos CP.”	Psicóloga Escolar

De acordo com o parecer dos entrevistados, a divulgação da oferta educativa no Agrupamento de Escolas X faz-se por meios comuns a outras escolas, tais como os Serviços de Orientação e Psicologia (SPO), os Diretores de Turma, restantes professores e a página na Internet do Agrupamento. Adicionalmente, realiza-se anualmente uma Feira da Juventude, onde são apresentados todos os cursos do Agrupamento do ensino secundário, pelos respetivos professores e alunos. Este é um momento de referência na divulgação da oferta educativa e, como refere a Psicóloga Escolar, “a escola aposta nesta componente, na divulgação, através da Feira da Juventude, que é um momento apoteótico, que está a crescer, que é um momento muito marcante para os alunos que têm que fazer as suas escolhas.”

5.2 A oferta formativa

Tabela 31 – Intervenção da escola – A oferta formativa (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
A oferta educativa do Agrupamento é muito diversificada. A oferta educativa tem aumentado para atender aos recursos humanos disponíveis, para encontrar resposta a tantos alunos diferentes e pela vontade de diversificar cada vez mais.	<p>“A oferta neste agrupamento é das mais latas, tem o privilégio de estar a entrevistar o colega que está diretor de um agrupamento onde trabalhamos que é, a nível nacional, quer do continente quer das ilhas, o agrupamento de escolas, a escola secundária como escola sede, que mais lata a oferta formativa proporciona aos alunos.” (...)</p> <p>“A evolução tem sido no sentido de, tanto quanto possível, adaptar a oferta às necessidades do tecido empresarial, industrial e comercial da região. De respostas que tenham, depois, taxas de empregabilidade elevadas, respostas e cursos que permitam, a quem os frequenta e termine, alicerçar no certificado um rumo. E, portanto, essa tem sido a evolução, agora com corresponsabilização do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e, evidentemente, das autarquias, ligadas nas comunidades intermunicipais. (...) Portanto, escola, município, planta municipal, família, todos, e empresas.”</p>	<p>Diretor do Agrupamento</p>
	<p>“O objetivo é responder. A diversidade, o maior número de cursos tem um bocado a ver, primeiro, com as necessidades que eles sentem aqui no concelho, para responder ao local. Depois, porque há um número de alunos muito grande, porque isto é concelho.”(...)</p> <p>“Há muitos alunos de fora do concelho que vêm para cá, por causa dos cursos.”</p>	<p>Coordenador dos Diretores de Turma</p>
	<p>“Nós já estamos perfeitamente na linha da campanha que estão a lançar, em número de alunos que frequentam o ensino profissional, já há alguns anos.” (...)</p> <p>“É um objetivo e é uma necessidade. É uma necessidade porque, claro, há sempre a preocupação em criar uma certa harmonia entre os recursos humanos que temos e darmos continuidade ao exercício profissional de alguns elementos que aqui temos, que têm feito um excelente trabalho.(...) Há também a necessidade de encontrar respostas formativas para alguns alunos que são absolutamente essenciais, porque, caso contrário, seriam elementos de enorme desequilíbrio em algumas turmas. (...) É um objetivo da escola também, porque a escola quer evoluir. Este é um agrupamento que não se satisfaz com o que tem, quer sempre superar-se, quer aproximar-se do ideal, quer aproximar-se o mais possível, e nós sabemos que esse ideal passa muito por um ensino diversificado, por um ensino que possa responder o mais possível à diversidade.”</p>	<p>Psicóloga Escolar</p>
	<p>“A primeira razão é garantir a assunção justa do termo investimento ao trabalho que desenvolvemos, a segunda é encontrar respostas adequadas às solicitações da comunidade, uma terceira dimensão é ajustar também a oferta à capacidade instalada, o que é normal também do agrupamento.”(...)</p>	<p>Diretor do Agrupamento</p>

Constatamos, a partir dos dados obtidos em contexto de entrevista, que a oferta educativa do Agrupamento de Escolas X é muito diversificada, em especial na oferta de CP que apresenta. O número de alunos a frequentar estes cursos já corresponde, há algum tempo, como afirma a Psicóloga Escolar, “à linha da campanha que estão a lançar, em número de alunos que frequentam o ensino profissional”, isto é a necessidade de se atingir 50% de alunos a frequentar CP, a nível nacional, que o poder político e económico emanou.

Os motivos para esta realidade prendem-se, particularmente, com a necessidade que a escola tem em atender ao aumento de alunos no ensino secundário, originado pelo alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos, que trouxe para a escola uma diversidade enorme de alunos com interesses e aptidões divergentes. Prendem-se também com a necessidade que tem em ir ao encontro dos recursos humanos existentes nos quadros do Agrupamento e com a vontade que esta instituição tem em inovar e diversificar, cada vez mais, a sua oferta educativa.

Tabela 32 – Intervenção da escola – O aumento dos alunos a escolher CP (Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
O aumento dos alunos a escolher os CP deve-se ao aumento da escolaridade obrigatória.	<p>“A evolução tem sido no sentido, em Portugal, de haver paridade entre os alunos que frequentam áreas que levam ao prosseguimento de estudos e os outros que permitem a integração no trabalho com formação secundária e outra com formação pós-secundária, enfim, de curta duração ou de menor duração.” (...)</p> <p>“Os alunos nos ensino secundário têm vindo a aumentar; o número agora estabiliza, depois vai haver a redução que a demografia assim determinou. As ofertas formativas, que têm a ver com o prosseguimento de estudos, tendem a ter paridade com as ofertas para o ensino profissional e o mercado de trabalho tanto mais rápido quanto possível, portanto, logo terminado o ensino secundário, e a escola, enfim, tem-se adaptado.” (...)</p>	Diretor do Agrupamento
O aumento dos alunos a frequentar o ensino profissional no agrupamento tem muito que ver com a procura do que é mais fácil por parte dos alunos.	<p>“No profissional, não é tanto assim, é fundamentalmente em alguns casos a alternativa que parece concretizar mais rapidamente o cumprimento da escolaridade obrigatória com menor custo possível.”</p> <p>“Tem a ver com a quantidade de alunos que existem e com a quantidade de cursos, e também porque eles tendem a fugir dos cursos regulares.” (...)</p> <p>“Quando eles (alunos) chegam ao 9º ano, em termos de preparação para um 10º, a noção que se tem é que é mais fácil um CP. Também os encarrega um bocado a ir para ali. Tudo puxa, a lei do menor esforço.” (...)</p> <p>“Isso tudo também dá uma ideia de facilitismo, que já não é assim tanto, já foi mais, no profissional.”</p>	Coordenador dos Diretores de Turma
O aumento dos alunos a escolher CP deve-se à forma	<p>“A diversidade da oferta formativa e a forma como a divulga. E também naturalmente a forma como se abordam os EE.” (...)</p>	Psicóloga Escolar

como se divulga a oferta formativa, destacando a Feira da Juventude, e às suas aptidões escolares.	<p>“Há muitos alunos que escolhem os CP, porque não querem prosseguir estudos. Há outros que querem prosseguir estudos, mas fugindo aos exames nacionais, outros que realmente querem uma componente mais prática, e querem ver-se livre da escola; é um misto.</p> <p>Há esses e depois há aqueles que gostariam de prosseguir estudos superiores, mas o seu aproveitamento escolar até agora tem sido frágil e eles começam a perceber que um curso científico-humanístico poderá ser algo que não se coaduna com aquilo que são enquanto alunos.” (...)</p> <p>“Há também professores que também fazem um trabalho excelente. Aproveitam as visitas de estudo para se dirigirem a instituições de ensino superior, onde fazem a apresentação dos TESP.”(...)</p> <p>“E depois o facto de ter estágios, nem todas as escolas incluem estágios no primeiro ano do curso profissional e no segundo e, portanto, isto tudo contribui para o crescimento das inscrições nos CP.”</p>
---	--

Este aumento da oferta educativa baseia-se, essencialmente, numa grande quantidade de CP, para o qual as razões são similares, mormente o aumento da escolaridade obrigatória. Não obstante, destaca-se, a partir do discurso dos entrevistados, a procura dos alunos de um curso com menor grau de dificuldade e exigência, que lhes permita terminar o ensino secundário o mais rapidamente possível. De referir, no entanto, que os alunos e os EE não o fazem. Como verificamos nos resultados obtidos no ponto 1, do Capítulo III, estes apresentam como principais razões para a escolha dos CP, a procura de emprego e salário rápidos, levando-nos a concluir que há uma diferença de perspetivas entre alunos/EE e os agentes “institucionais” relativamente à escolha de cursos com menor grau de dificuldade, por parte dos alunos dos CP.

5.3 A preferência pelo Agrupamento de Escolas X

Além da oferta educativa e sua divulgação, pensamos ser igualmente importante perceber se muitos alunos que optam por CP identificam neste Agrupamento algo que o distingue em termos de qualidade, ou se, ao invés, optam por Escolas Profissionais particulares, situadas em cidades próximas.

Tabela 33 – Intervenção da escola – A preferência pelo agrupamento(Análise de conteúdo)

CATEGORIAS	UNIDADE TEXTUAL	ENTREVISTADOS
O número de alunos a procurar escolas profissionais privadas é cada vez menor.	<p>“Há sempre, não é. (...) Nós, à imagem do que acontece em todas as dimensões da vida das pessoas em sociedade, temos para o mesmo fim um leque de alternativas variado. Depois a opção é nossa.” (...)</p> <p>“Alguns alunos acabam por voltar, porque, não obstante nós às vezes procuramos uma realidade que depois percebemos que não dá a melhor resposta. Os alunos que queiram</p>	Diretor do Agrupamento

	trabalhar de acordo com o seu dever, encontram no agrupamento todas as respostas.”	
	<p>“Deve haver, mas não são muitos.” (...)</p> <p>“Quem acha que as escolas profissionais privadas é que têm melhor qualidade, não se deve estar a referir a estas escolas profissionais que entretanto se fundaram. (...) Não é estas coisas que entretanto foram aparecendo tipo cogumelos que são autênticas fábricas de diplomas.”</p>	Coordenador dos Diretores de Turma
	<p>“Posso dizer que o número de alunos a procurar escolas profissionais privadas é decrescente, cada vez mais se percebe a qualidade da formação do agrupamento, em detrimento de outras escolas.” (...)</p> <p>“O mercado de trabalho procura rigor e exigência e eles começam a perceber que o rigor e a exigência estão na secundária X.”(...)</p> <p>“Outro exemplo são os estágios. Em cada ano as empresas recebem alunos, há uma grande percentagem de empresas da região que os recebe e que vê a qualidade da formação dos nossos alunos e isso é muito importante, é o testemunho real. Quando um aluno chega a uma empresa e vê de que forma a escola prepara o aluno, ou não. (...) Há muitas situações em que não é o aluno a procurar o emprego, é a empresa a procurar o aluno, por exemplo, com a Metalomecânica.”</p>	Psicóloga Escolar

Percebemos, através das respostas obtidas, que cada vez há menos alunos a saírem para Escolas Profissionais privadas neste Agrupamento e que há alunos que saem e que acabam por voltar. Segundo os entrevistados, o fundamento para tal é a qualidade do trabalho que se faz na escola e o *feedback* recebido das empresas que acolhem os alunos após término do curso.

Em síntese:

Neste tema, pudemos confirmar que a escola desempenha aqui um papel muito importante no processo de recolha de informação, tomada de decisões e determinação dos interesses vocacionais dos alunos em fase de transição para o ensino secundário. Após a família, é a escola o principal agente socializador de um indivíduo, ajudando-o a construir o seu percurso profissional e de vida, quer seja nos conhecimentos que lhe proporciona, quer na forma como o leva a compreender-se a si próprio, a nível de interesses, valores e aptidões. Mais uma vez, constatamos aquilo que Justino (2013) e Faria (2008) alegam, que a escola é a instituição que poderá desempenhar um papel central no esbatimento dos processos de reprodução social e cultural, uma vez que é ela que reúne as ferramentas necessárias.

A importante função de canal de informação da escola já tinha sido mencionada noutro ponto deste Capítulo. Neste momento, foi-nos possível confirmar, a partir do ponto de vista de importantes implicados no processo, que é à escola que atribuímos a divulgação da oferta

educativa, sendo esta feita de forma adequada, com a principal responsabilidade atribuída aos SPO e aos Diretores de Turma. A realização de uma Feira da Juventude anual é o ponto alto desta divulgação, também ela coordenada pelos SPO.

Atentando à oferta educativa do Agrupamento de Escolas X, já tínhamos concluído que esta é muito diversificada. Este facto justifica-se com a grande dimensão do Agrupamento e o aumento dos alunos a frequentar o ensino secundário, consequência do aumento da escolaridade obrigatória, bem como a vontade do Agrupamento de ir ao encontro do objetivo do poder político e económico, de que 50% dos alunos do ensino secundário frequentem uma via profissionalizante, de haver paridade entre os alunos que frequentam cursos orientados para o prosseguimento de estudos e os que pretendem integrar cedo o mercado de trabalho, com uma dimensão mais prática. De realçar também o facto de a oferta educativa ter aumentado, no que respeita aos CP, para que os alunos possam atingir o seu objetivo de emprego e salário rápidos, frequentando cursos de grau de dificuldade menor. Destaca-se o CP de Técnico de Produção em Metalomecânica, em que os alunos em conclusão do curso são procurados pelas empresas da região para integrarem os seus recursos humanos.

Este Agrupamento é, também, cada vez mais, preferido, em relação às Escolas Profissionais privadas da região, pela maior qualidade de ensino que tem demonstrado e pelo *feedback* positivo que estas empresas vão emitindo, em relação aos alunos que provêm do Agrupamento, facto que nos leva a recordar Franco, Pardal, Ventura, & Dias (2004), quando afirmam que o caminho para a melhoria da qualidade e da imagem do ensino profissional é o estabelecimento de parcerias entre escolas e o mundo das empresas.

6 As perceções existentes acerca dos percursos do ensino secundário (via do ensino científico-humanístico e via do ensino profissional)

O presente tema tem como intuito verificar de que forma os entendimentos que os vários intervenientes têm dos percursos do ensino secundário, nomeadamente as vias do ensino científico-humanístico e do ensino profissional, influenciam as escolhas dos alunos. Ambicionamos, assim, não só caracterizar um pouco estes percursos, como também os alunos que os frequentam, identificando as representações sociais acerca dos mesmos, que imperam neste Agrupamento. Para tal, foram questionados alunos, EE e professores acerca da opinião que têm da qualidade dos cursos e, apenas os professores, acerca do perfil dos alunos das duas vias de ensino, uma vez que são eles que efetivamente contactam com os alunos no terreno, no contexto envolvido. De clarificar, no entanto, que o número de alunos e EE que não responderam a estas questões se deve ao facto de, ao

contrário do que se pretendia, terem compreendido que apenas deveriam responder à questão relativa ao seu curso de frequência ou ao curso de frequência dos seus educandos.

6.1 Alunos

Tabela 34 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH – Alunos

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	3	2,44	2	1,63	75	60,98	35	28,46	8	6,50	123
b.Os conhecimentos práticos são elevados	13	10,57	37	30,08	51	41,46	14	11,38	8	6,50	123
c.As matérias têm interesse	5	4,07	32	26,02	66	53,66	11	8,94	9	7,32	123
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	5	4,07	20	16,26	76	61,79	14	11,38	8	6,50	123
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	1	0,81	7	5,69	55	44,72	52	42,28	8	6,50	123
f.Os instrumentos de avaliação são adequados	7	5,69	26	21,14	73	59,35	8	6,50	9	7,32	123
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	6	4,88	38	30,89	63	51,22	8	6,50	8	6,50	123
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	24	19,51	28	22,76	49	39,84	14	11,38	8	6,50	123
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	2	1,63	4	3,25	69	56,10	40	32,52	8	6,50	123
j.O horário semanal é adequado	7	5,69	25	20,33	65	52,85	18	14,63	8	6,50	123
k.O material necessário é adequado	1	0,81	7	5,69	88	71,54	18	14,63	9	7,32	123
l.Os professores têm qualidade	8	6,50	11	8,94	79	64,23	16	13,01	9	7,32	123
m.O curso tem prestígio social	9	7,32	13	10,57	69	56,10	23	18,70	9	7,32	123

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

Quando questionados relativamente à qualidade dos CCH (tabela 34), analisando os valores correspondentes à soma das colunas concordantes, os alunos revelam maior concordância em considerar que estes cursos apresentam conhecimentos teóricos valorizados (89,44%), têm uma boa preparação para o prosseguimento de estudos (88,62%) e revelam um grau de exigência das matérias lecionadas elevado (87,00%). No que concerne os itens que os alunos mais discordam, igualmente somando os valores discordantes das duas primeiras colunas da tabela, observamos que 42,27% de discentes não consideram que os CCH tenham uma boa preparação para a vida profissional e não acham que este seja um percurso em que os conhecimentos práticos sejam elevados (40,65%). Em terceiro lugar, observamos que as classificações obtidas no final do ano letivo dos CCH não são vistas como positivas (35,77%). De notar ainda que para 26,02% dos alunos, as matérias não têm interesse.

Tabela 35 – Opinião relativamente à qualidade dos CP - Alunos

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	8	6,50	25	20,33	62	50,41	9	7,32	19	15,45	123
b.Os conhecimentos práticos são elevados	3	2,44	10	8,13	34	27,64	57	46,34	19	15,45	123
c.As matérias têm interesse	3	2,44	15	12,20	70	56,91	15	12,20	20	16,26	123
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	8	6,50	25	20,33	54	43,90	16	13,01	20	16,26	123
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	16	13,01	45	36,59	34	27,64	8	6,50	20	16,26	123
f.Os instrumentos de avaliação são adequados	2	1,63	4	3,25	84	68,29	14	11,38	19	15,45	123
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	3	2,44	5	4,07	72	58,54	23	18,70	20	16,26	123
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	3	2,44	4	3,25	49	39,84	48	39,02	19	15,45	123
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	18	14,63	38	30,89	37	30,08	11	8,94	19	15,45	123
j.O horário semanal é adequado	14	11,38	26	21,14	56	45,53	8	6,50	19	15,45	123
k.O material necessário é adequado	3	2,44	7	5,69	74	60,16	19	15,45	20	16,26	123
l.Os professores têm qualidade	4	3,25	6	4,88	77	62,60	16	13,01	20	16,26	123
m.O curso tem prestígio social	15	12,20	25	20,33	50	40,65	13	10,57	20	16,26	123

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

No que respeita aos CP, na tabela 35, a opinião dos alunos é que este é um curso em que os conhecimentos práticos são valorizados (46,34% dos alunos concordam totalmente) e há uma boa preparação para a vida profissional (39,02%), indo ao encontro das razões que deram para a sua escolha. Ao contrário dos CCH, para estes alunos, somando os itens concordantes, os CP fornecem classificações positivas (77,24%) e o material necessário é adequado (75,61%). Discordam totalmente da ideia de que os CP permitem uma boa preparação para o prosseguimento de estudos (14,63%), facto este que não supreende, atentando ao objetivo dos CP. Note-se, no entanto, que o prosseguimento de estudos é um caminho que não está vedado a estes cursos.

Tendo em consideração a soma das colunas Discordo e Discordo Totalmente, os alunos creem ainda que os CP não têm um grau de exigência elevado (49,60%)), não têm prestígio social (32,53%) e não têm um horário semanal adequado (32,52%).

6.2 Encarregados de Educação

Como podemos verificar pela tabela 36, a opinião dos EE não difere dos alunos, uma vez que uma percentagem de 37,59 também concorda totalmente com o elevado grau de exigência dos CCH e com a boa preparação que este percurso fornece para o prosseguimento de estudos (30,83%). Tendo em consideração as colunas Concordo e Concordo totalmente, consideram igualmente que o material necessário é adequado (84,97%) e que os conhecimentos teóricos são

valorizados (84,97%). Seguindo a mesma opinião dos alunos, e somando os valores correspondentes às colunas Discordo e Discordo Totalmente, os EE assumem que este não é um percurso que trabalha a preparação para a vida profissional (38,35%), uma vez que os conhecimentos práticos não são elevados (42,86%). Seguindo eles, as classificações finais não são positivas (21,05%) e o horário semanal não é adequado (19,59%).

Tabela 36 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH - EE

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	0	0,00	9	6,77	94	70,68	23	17,29	7	5,26	133
b.Os conhecimentos práticos são elevados	9	6,77	48	36,09	60	45,11	8	6,02	8	6,02	133
c.As matérias têm interesse	3	2,26	18	13,53	92	69,17	11	8,27	9	6,77	133
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	3	2,26	28	21,05	73	54,89	19	14,29	10	7,52	133
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	0	0,00	11	8,27	63	47,37	50	37,59	9	6,77	133
f.Os instrumentos de avaliação são adequados	2	1,50	27	20,30	86	64,66	8	6,02	10	7,52	133
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	5	3,76	23	17,29	80	60,15	12	9,02	13	9,77	133
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	15	11,28	36	27,07	60	45,11	14	10,53	8	6,02	133
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	3	2,26	11	8,27	68	51,13	41	30,83	10	7,52	133
j.O horário semanal é adequado	6	4,51	20	15,04	65	48,87	31	23,31	11	8,27	133
k.O material necessário é adequado	2	1,50	7	5,26	88	66,17	25	18,80	11	8,27	133
l.Os professores têm qualidade	3	2,26	17	12,78	82	61,65	18	13,53	13	9,77	133
m.O curso tem prestígio social	5	3,76	23	17,29	70	52,63	22	16,54	13	9,77	133

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

Relativamente aos CP (tabela 37), segundo a soma dos itens Concordo e Concordo Totalmente, os EE consideram que as matérias destes cursos têm interesse (78,95%), que este é um percurso com elevados conhecimentos práticos (77,45%), que os professores que os lecionam têm qualidade (76,69%) e que fornecem uma boa preparação para a vida profissional (75,94%). Pelo contrário, discordam que o grau de exigência das matérias lecionadas seja elevado (45,86%), que estes cursos sejam uma boa opção para prosseguimento de estudos (41,35%) e que os conhecimentos de cultura geral sejam abundantes (33,09%).

Tabela 37 – Opinião relativamente à qualidade dos CP – EE

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	3	2,26	26	19,55	77	57,89	6	4,51	21	15,79	133
b.Os conhecimentos práticos são elevados	0	0,00	8	6,02	62	46,62	41	30,83	22	16,54	133
c.As matérias têm interesse	0	0,00	6	4,51	91	68,42	14	10,53	22	16,54	133
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	3	2,26	41	30,83	59	44,36	7	5,26	23	17,29	133
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	7	5,26	54	40,60	42	31,58	5	3,76	25	18,80	133

f.Os instrumentos de avaliação são adequados	2	1,50	13	9,77	80	60,15	13	9,77	25	18,80	133
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	1	0,75	7	5,26	81	60,90	17	12,78	27	20,30	133
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	1	0,75	7	5,26	64	48,12	37	27,82	24	18,05	133
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	7	5,26	48	36,09	46	34,59	10	7,52	22	16,54	133
j.O horário semanal é adequado	5	3,76	27	20,30	70	52,63	5	3,76	26	19,55	133
k.O material necessário é adequado	0	0,00	8	6,02	86	64,66	12	9,02	27	20,30	133
l.Os professores têm qualidade	0	0,00	6	4,51	85	63,91	17	12,78	25	18,80	133
m.O curso tem prestígio social	4	3,01	38	28,57	57	42,86	10	7,52	24	18,05	133

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

6.3 Professores

A tabela 38 apresenta os dados obtidos em relação à opinião dos professores, que também não difere das anteriores, na sua maioria. Segundo eles, os CCH também revelam um grau de exigência das matérias elevado (58,62%) e há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos no ensino superior (44,83%). A sua opinião é que os professores têm qualidade (37,93%) e identificam o prestígio social associado a esta via (37,93%). Tal como as opiniões dos alunos e EE, os docentes consideram que os CCH não fornecem uma boa preparação para a vida profissional (51,73%), não trabalham a prática (51,72%), os conhecimentos de cultura geral não são abundantes (34,48%) e as classificações finais não são positivas (27,59%).

Tabela 38 – Opinião relativamente à qualidade dos CCH – Professores

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	0	0,00	4	13,79	15	51,72	10	34,48	0	0,00	29
b.Os conhecimentos práticos são elevados	0	0,00	15	51,72	11	37,93	3	10,34	0	0,00	29
c.As matérias têm interesse	0	0,00	3	10,34	19	65,52	7	24,14	0	0,00	29
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	0	0,00	10	34,48	16	55,17	3	10,34	0	0,00	29
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	0	0,00	0	0,00	12	41,38	17	58,62	0	0,00	29
f.Os instrumentos de avaliação são adequados	0	0,00	5	17,24	18	62,07	6	20,69	0	0,00	29
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	0	0,00	8	27,59	20	68,97	1	3,45	0	0,00	29
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	2	6,90	13	44,83	13	44,83	1	3,45	0	0,00	29
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	0	0,00	2	6,90	14	48,28	13	44,83	0	0,00	29
j.O horário semanal é adequado	0	0,00	4	13,79	20	68,97	5	17,24	0	0,00	29
k.O material necessário é adequado	0	0,00	3	10,34	19	65,52	7	24,14	0	0,00	29
l.Os professores têm qualidade	0	0,00	1	3,45	17	58,62	11	37,93	0	0,00	29
m.O curso tem prestígio social	0	0,00	2	6,90	16	55,17	11	37,93	0	0,00	29

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

No caso dos CP (tabela 39), a opinião de 28 em 29 professores exalta a sua qualidade e os conhecimentos práticos do percurso (37,93%). Há uma boa preparação para a vida profissional (31,03%), as matérias lecionadas têm interesse e o material necessário é adequado. Do mesmo modo, consideram que este não é um percurso com uma boa preparação para o prosseguimento de estudos (27,59%) e, embora 55,93% (somando os dois itens discordantes) dos professores discorde que o seu grau de exigência é elevado, ainda há 44,83% que concorda, denotando falta de consensualidade. Os conhecimentos e cultura geral não são abundantes (13,79%), bem como os conhecimentos teóricos. 13,79% dos professores discordam totalmente que os CP tenham prestígio social.

Tabela 39 – Opinião relativamente à qualidade dos CP – Professores

	DT	%	D	%	C	%	CT	%	NR	%	TOTAL
a.Os conhecimentos teóricos são valorizados	4	13,79	9	31,03	16	55,17	0	0,00	0	0,00	29
b.Os conhecimentos práticos são elevados	0	0,00	2	6,90	16	55,17	11	37,93	0	0,00	29
c.As matérias têm interesse	2	6,90	2	6,90	20	68,97	5	17,24	0	0,00	29
d.Os conhecimentos de cultura geral são abundantes	4	13,79	15	51,72	10	34,48	0	0,00	0	0,00	29
e.O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado	5	17,24	11	37,93	13	44,83	0	0,00	0	0,00	29
f.Os instrumentos de avaliação são adequados	2	6,90	4	13,79	21	72,41	2	6,90	0	0,00	29
g.As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas	0	0,00	8	27,59	18	62,07	3	10,34	0	0,00	29
h.Há uma boa preparação para a vida profissional	1	3,45	3	10,34	16	55,17	9	31,03	0	0,00	29
i.Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos	8	27,59	15	51,72	5	17,24	1	3,45	0	0,00	29
j.O horário semanal é adequado	2	6,90	5	17,24	21	72,41	1	3,45	0	0,00	29
k.O material necessário é adequado	0	0,00	4	13,79	20	68,97	5	17,24	0	0,00	29
l.Os professores têm qualidade	0	0,00	1	3,45	17	58,62	11	37,93	0	0,00	29
m.O curso tem prestígio social	4	13,79	9	31,03	12	41,38	4	13,79	0	0,00	29

Legenda:

DT- Discordo totalmente **D-** Discordo **C-** Concordo **CT-** Concordo totalmente **NR-** Não respondeu

Quando questionados acerca do perfil dos alunos dos CCH (tabela 40), numa escala de importância de 1 a 4, somando os valores do nível 3 e 4 desta escala, os docentes dão importância ao facto dos alunos dos CCH serem interessados pelas atividades escolares (93,10%), revelarem capacidades de aprendizagem (89,66%) e de terem acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem (86,21%), tal como já tínhamos averiguado no ponto 3 deste Capítulo.

Relativamente às alíneas que receberam indicação de menor importância, 58,62% dos professores inquiridos destacam, somando os níveis 1 e 2 da escala, a alínea m) alunos que estão ao corrente das notícias diárias, com compreensão das mesmas, o que nos conduz à ideia de um tipo de ensino mecanizado, direccionado à memorização do conteúdo programático. Na opinião dos

professores, os alunos dos CCH não provêm de famílias financeiramente estáveis (44,83%) e não sabem o que querem para o seu futuro (41,38%).

Tabela 40 – Opinião relativamente ao perfil dos alunos dos CCH – Professores
(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. Alunos interessados pelas atividades escolares.	0	0,00	2	6,90	23	79,31	4	13,79	0	0,00	29
b. Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho	0	0,00	7	24,14	21	72,41	1	3,45	0	0,00	29
c. Alunos que respeitam os professores.	0	0,00	5	17,24	21	72,41	3	10,34	0	0,00	29
d. Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola.	0	0,00	7	24,14	19	65,52	3	10,34	0	0,00	29
e. Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem.	0	0,00	4	13,79	19	65,52	6	20,69	0	0,00	29
f. Alunos que revelam capacidades de aprendizagem.	0	0,00	3	10,34	24	82,76	2	6,90	0	0,00	29
g. Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos.	3	10,34	6	20,69	16	55,17	4	13,79	0	0,00	29
h. Alunos que têm um bom comportamento nas aulas.	1	3,45	5	17,24	21	72,41	2	6,90	0	0,00	29
i. Alunos sem retenções no seu percurso escolar.	1	3,45	8	27,59	18	62,07	2	6,90	0	0,00	29
j. Alunos integrados numa família financeiramente estável.	2	6,90	11	37,93	14	48,28	2	6,90	0	0,00	29
k. Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro.	1	3,45	11	37,93	15	51,72	2	6,90	0	0,00	29
l. Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam.	0	0,00	4	13,79	22	75,86	3	10,34	0	0,00	29
m. Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas.	1	3,45	16	55,17	11	37,93	1	3,45	0	0,00	29

No caso dos alunos dos CP (tabela 41), os professores atestam, com nível 3 da escala de importância, que estes participam nas atividades promovidas pela escola (58,62%) e mostram gosto pelo curso que frequentam (41,38%). Na sua opinião, e ao contrário dos alunos dos CCH, estes parecem saber o que querem no futuro (41,38%) e revelam capacidades de aprendizagem (48,28%). Estes dados levam-nos a concluir que estes são alunos que, quando envolvidos em atividades que os motivam, com um carácter mais prático, conseguem revelar o que de melhor têm. As suas retenções terão motivos que vão além do seu potencial de aprendizagem.

Uma percentagem de 51,72 dos professores atribuem o mínimo de importância ao facto de estes alunos não frequentarem explicações e 44,85% ao facto de não estarem ao corrente das notícias diárias. Considerando os números 1 e 2 da escala de importância, verificamos ainda que 89,65% dos professores atribuem pouca importância aos alunos sem retenções nos CP, pelo que concluímos, tal como já tínhamos visto no ponto 3, deste Capítulo, que estes alunos têm efetivamente retenções no seu percurso escolar.

Tabela 41 – Opinião relativamente ao perfil dos alunos dos CP – Professores
(Escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1	%	2	%	3	%	4	%	NR	%	TOTAL
a. Alunos interessados pelas atividades escolares.	3	10,34	16	55,17	10	34,48	0	0,00	0	0,00	29
b. Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho	5	17,24	19	65,52	4	13,79	1	3,45	0	0,00	29
c. Alunos que respeitam os professores.	2	6,90	15	51,72	10	34,48	2	6,90	0	0,00	29
d. Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola.	0	0,00	10	34,48	17	58,62	2	6,90	0	0,00	29
e. Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem.	5	17,24	16	55,17	8	27,59	0	0,00	0	0,00	29
f. Alunos que revelam capacidades de aprendizagem.	5	17,24	10	34,48	14	48,28	0	0,00	0	0,00	29
g. Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos.	15	51,72	13	44,83	1	3,45	0	0,00	0	0,00	29
h. Alunos que têm um bom comportamento nas aulas.	4	13,79	18	62,07	7	24,14	0	0,00	0	0,00	29
i. Alunos sem retenções no seu percurso escolar.	5	17,24	21	72,41	2	6,90	1	3,45	0	0,00	29
j. Alunos integrados numa família financeiramente estável.	2	6,90	21	72,41	6	20,69	0	0,00	0	0,00	29
k. Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro.	4	13,79	12	41,38	12	41,38	1	3,45	0	0,00	29
l. Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam.	1	3,45	13	44,83	12	41,38	3	10,34	0	0,00	29
m. Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas.	13	44,83	12	41,38	4	13,79	0	0,00	0	0,00	29

Em síntese:

Neste tema, podemos concluir que, de uma maneira geral, os alunos, EE e professores concordam em considerar que os CCH são vias direcionadas para o prosseguimento de estudos no ensino superior, baseados em conhecimentos teóricos e com mais prestígio social, ou seja, que fomentam uma representação social mais positiva, segundo a definição de Jodelet (1997), ou seja, que representam uma evidência sobre a realidade, oriunda de uma forma de conhecimento social que já se tornou habitual.

Os alunos que os frequentam são interessados, têm acompanhamento familiar e, de um modo geral, são-lhe reconhecidas capacidades de aprendizagem. Contudo, os resultados obtidos revelam que estes jovens ainda não sabem o que querem no seu futuro e nem sempre revelam gosto nas matérias que lhes são ministradas. Consideram que estas não os preparam para a vida profissional e não suscitam o interesse desejado.

Já os CP são encarados como um caminho para entrar rápido no mercado de trabalho, perspetiva concordante com o propósito da sua criação, e apresentam-se menos exigentes, tornando-se um recurso para os alunos com percursos escolares mais frágeis. Todavia, quando devidamente motivados, estes alunos são participativos, em especial em atividades com um caráter mais prático, tal como referem os seus professores. Ao contrário dos alunos dos CCH, estes

mostram gosto pelo curso que frequentam e sabem o que querem no seu futuro. Apresentam retenções no seu percurso escolar, indo ao encontro do que dizem autores como Azevedo (1994) e Duarte (2012), designadamente que os alunos deste percurso apresentam percursos escolares com mais fragilidades, mas os docentes identificam-lhes capacidades de aprendizagem que, por razões que não vamos aqui explorar, não aproveitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A educação, enquanto processo escolar, deverá contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, para a preparação para as ocupações sociais diversas, e deverá proporcionar um conjunto de estados de espírito, nos agentes da acção, capazes de lhes possibilitar a convivência com os estados disfuncionais presentes na sociedade.” (OCDE, 1983a, cit por Martins, 1999, p. 96)

Desde a publicação da LBSE, sensivelmente há uma década atrás (Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto - A Lei nº 46/1986, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/1997, de 19 de Setembro), Portugal tem vindo a reforçar a procura e implementação de medidas direccionadas à promoção do aumento da escolarização e aproximação da escola ao mercado de trabalho, bem como ao combate ao abandono escolar. Esta tem sido uma preocupação interna dos sucessivos governos portugueses, mas também consequência de pressões externas, que ainda colocam o nosso país numa posição de retaguarda da União Europeia, ao nível das taxas de escolarização (Azevedo, 2015). Além deste facto, caminham preocupações em torno das metas internacionais a atingir e resultados obtidos pelos nossos alunos em avaliações internacionais como o PISA, por exemplo, que nos fazem mover em constante busca do “ideal”, em termos de políticas educativas, comparando, muitas vezes, realidades completamente díspares, em países de culturas incomparáveis.

O aumento da escolaridade obrigatória para os 12 anos encheu as escolas portuguesas, reduziu a problemática do abandono escolar e exigiu que o ensino secundário se “reformasse” para atender à diversidade de alunos que recebeu. Contudo, veio também confirmar a necessidade de se olhar para o ensino dual com outros olhos, como uma necessidade de se contrariar a insistente *licealização* do ensino, tão geradora de insucesso escolar.

O Agrupamento de Escolas X reflete bem esta realidade, visto que falamos de uma instituição de grande dimensão, que recebe, a iniciar o ensino secundário, entre 700 a 800 alunos por ano, naturalmente com uma oferta educativa extensa, ao nível dos CP.

Procedendo a um estudo de caso no local onde exercemos a nossa atividade profissional, foi nosso objetivo aferir quais os fatores subjacentes à escolha do curso feita pelos alunos e suas famílias, na transição do 9º para o 10º ano de escolaridade, aludindo à diferenciação de percursos existentes e às influências várias que giram em torno destas escolhas. Foi, para nós, imperioso analisar o papel de agentes socializadores como a família e a escola no processo de decisão vocacional dos jovens, momento fulcral na sua vida e na sua construção identitária, mas também averiguar até que ponto as suas origens socioeconómicas e os seus percursos académicos compactuam, ou não, com este processo, na ótica da reprodução social e atendendo às representações sociais existentes relativamente às vias de ensino em causa (via do ensino científico-humanístico e via do ensino profissional).

Com efeito, a recolha, análise e interpretação da informação empírica obtida através de métodos quantitativos e qualitativos e orientada pelo quadro concetual e teórico de referência adotado neste estudo, permitem-nos assumir que a situação deste Agrupamento vai ao encontro daquilo que acontece a nível nacional, segundo outros estudos empíricos analisados, em vários aspetos que a seguir explanaremos, embora com um número de alunos mais elevado a escolherem os CP, consequência do aumento da escolaridade obrigatória e da necessidade da escola dar resposta à tão grande diversidade de jovens que a frequentam.

Num processo de influências várias ao longo da vida, os alunos, EE e docentes do Agrupamento de Escolas X assumiram que é o prosseguimento de estudos no ensino superior que motiva a escolha dos CCH, tal como é a procura da entrada rápida no mercado de trabalho e independência financeira que cativa a seleção dos CP. Nesta decisão, as famílias, que valorizam a importância da escola no futuro dos seus educandos, assumem um papel ativo, sendo que este é mais evidente nos alunos que escolhem os CCH, quer seja no acompanhamento dos mesmos no seu processo de aprendizagem, quer seja influenciando as suas escolhas. Na verdade, conseguimos concluir, pelas informações recolhidas, que as representações sociais que se fazem do ensino mais profissionalizante neste Agrupamento continuam a ser menos positivas, com as famílias a revelarem preocupações quando os seus educandos enveredam por ele, mas a preocuparem-se também quando escolhem CCH, por terem poucas saídas profissionais, não pelas representações negativas deste tipo de ensino. Nem sempre as escolhas dos alunos são compatíveis com as aspirações das famílias, estas que, neste caso, revelam claramente vontade de que os seus educandos prossigam para o ensino superior, até os que frequentam CP, sabendo que são os alunos e as famílias dos CCH que mais veem o ensino secundário como uma ponte para a universidade.

O papel da escola é igualmente importante, na medida em que verificamos que é ela o principal canal de informação dos alunos e das suas famílias e importante agente de socialização. A influência que exerce manifesta-se de diferentes formas: informalmente, ao longo do seu percurso escolar, através das metas curriculares impostas, dos diferentes modos de agir dos professores, da sensibilidade que demonstra à diferença, mas também formalmente, com a oferta educativa que seleciona e com os argumentos que utiliza, na tentativa de encaminhamento dos alunos para essa mesma oferta educativa.

Neste caso em particular, pudemos concluir que os SPO assumem um papel muito operante e diligente na orientação vocacional dos alunos e das suas famílias, envidando esforços que conduzem a um adequado encaminhamento dos jovens à entrada do ensino secundário. Foi evidente a intercessão da Psicóloga Escolar relativamente aos CP, com a concretização de atividades de relevo que orientem os alunos e com o cuidado de fornecer informações que

eliminam as resistências a esta via, que alega ainda encontrar, nomeadamente alertando para a existência dos TESP, que facilitam a entrada de alunos dos CP no ensino superior.

Não obstante, as teorias da reprodução social e cultural de que Bourdieu e Passeron são representativos, apesar de quase meio século desde a sua revelação, ainda contribuem para a compreensão da situação neste Agrupamento, o qual também acaba por reproduzir, de certa forma, as estruturas sociais de classe. Efetivamente, são os alunos que frequentam os CP que provêm de origens socioeconómicas mais desfavorecidas e que revelam percursos académicos com mais retenções e fragilidades; são os EE destes alunos que menos escolarização possuem e que têm empregos menos qualificados e geradores de menos rendimentos.

Atente-se, porém, que verificamos no nosso estudo que os CP não são apenas uma resposta para aqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou insucesso e abandono escolares, mas também para os alunos que procuram uma entrada no mercado de trabalho mais rápida e mais qualificada, havendo, aparentemente, cada vez mais exceções à regra da reprodução. A realidade é que, segundo os professores que trabalham com estes alunos, eles revelam capacidades de aprendizagem e demonstram gosto pelo curso que frequentam, ao contrário de muitos dos que frequentam os CCH, que declaram que nem sempre revelam gosto nas matérias que aprendem, que estas são essencialmente teóricas, que nem sempre o que aprendem lhes suscita o interesse desejado e que, definitivamente, esta não é a via que os prepara para a vida ativa. Há, neste Agrupamento, CP, designadamente de Técnico de Produção em Metalomecânica, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e Técnico de Cozinha e Pastelaria (conforme indicado em entrevista ao Diretor do Agrupamento) que possuem um grau de empregabilidade muito razoável, num concelho bastante industrializado, sendo, por essa razão, muito procurados pelos discentes e há, por parte das empresas, um *feedback* positivo, que leva os alunos a, cada vez mais, preferirem este Agrupamento a outras opções.

Quando iniciamos a nossa investigação, o grande número de alunos a optar por CP neste Agrupamento, acima já dos valores a nível nacional, constituía, para nós, uma observação pouco auspiciosa, a qual levantava suspeitas de uma intervenção da escola pouco inclusiva, que não contemplava e se adaptava à diversidade de alunos que acolhia, talvez, e, como referiu Stoer (2008), muito centrada na atribuição de diplomas, mais do que certificações, isto é, com dificuldade em escolarizar cada um, dentro da sua individualidade. Este foi até um dos fatores que nos conduziu à seleção do caso para o nosso estudo. Todavia, concluímos o nosso estudo na evidência de que estamos perante um Agrupamento aberto à mudança, dinâmico e que pretende, acima de tudo, ir ao encontro dos interesses e expectativas de alunos, famílias e docentes, numa realidade onde seria extremamente dificultada a operacionalização de um ensino uniformizado, com um

currículo comum, onde todos teriam uma formação semelhante, tal como defendido por Antunes (1998).

Confiamos agora que o ensino de carácter mais profissionalizante é uma realidade que atende à sociedade globalizante e de ritmo acelerado que hoje nos envolve, competitiva, numa perspectiva de futuro, à qual não podemos escapar. Os alunos não aprendem todos do mesmo modo, não têm as mesmas aptidões, os mesmos interesses e aspirações para o seu futuro. Acima de tudo, o que a escola deve procurar é formar cidadãos conscientes, felizes, engajados nos problemas do seu tempo, dinâmicos e participativos. E, para isso, é fulcral que saibam outro tipo de saberes, realizar outro tipo de tarefas, que tenham outro tipo de competências correspondentes à atividade que desenvolvem. É essencial que haja um maior equilíbrio do ser humano consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade, sendo esta a finalidade da educação prática (Franco, Pardal, Ventura, & Dias, 2004). Como defende Martins (1999, p. 145), a componente prática na educação “assume elevada importância na medida em que facilita a passagem do sistema de ensino à vida activa, torna os formandos produtivos no imediato e, por essa razão, desenvolve neles a autoconfiança no desempenho de atividades e no desenvolvimento de novas aprendizagens.”

É a satisfação dos alunos, dos resultados que eles apresentam, quando vêm para um curso que, efetivamente, acaba por lhes dar mais motivação. É a componente prática dos CP que permite que tenham uma motivação muito acrescida nas aulas e que obtenham sucesso. E, afinal, o sucesso é gerador de mais sucesso.

Na nossa opinião, o papel da escola é essencial, tal como afirma David Justino (2013), para contrariar as representações sociais negativas das vias profissionalizantes e para promover a igualdade de oportunidades, económica e social. O que é primordial é que as escolas percebam que devem investir num ensino de qualidade, em todas as suas vertentes, e não olhar para o ensino profissional como um recurso de fácil resolução das consequências do aumento da escolaridade obrigatória e escoamento de alunos. É essencial investir neste tipo de ensino, de estabelecer parcerias com as empresas, atentando às necessidades locais, de modo a que haja paridade de investimento por todos. O ensino profissional não deve ser operacionalizado de forma igual em todo o país. Há que identificar as necessidades de qualificações a nível local e regular a rede, do ponto de vista da oferta, para que não haja oferta redundante em estabelecimentos que estão muito perto uns dos outros e nem naquilo que são as necessidades das empresas no território onde estão inseridos.

Terminada a investigação, é nossa convicção, fortalecida pela convergência de dados recolhidos, de que foi dado um contributo para o conhecimento do ensino secundário, particularmente na diferenciação dos seus percursos, no Agrupamento de Escolas X. Embora estes resultados não possam ser generalizados, abrem um pouco mais a janela para melhor se

compreenderem as razões e os mecanismos que estão subjacentes às opções dos jovens pelos cursos profissionais. O Agrupamento de Escolas X tem agora a possibilidade de refletir acerca dos efeitos da escolaridade obrigatória na escola, de analisar os diferentes CP que oferece, combatendo o que está menos bem e exemplificando com o que está melhor, bem como de analisar o papel que ela própria tem neste processo.

Num período em que o Ministério da Educação e Ciência deseja que 50% dos alunos inscritos no secundário frequentem os cursos profissionais, é preciso garantir que este alargamento não signifique a desvalorização da inclusão, mas que cada vez mais se potencie a consolidação de competências pessoais, sociais e laborais, na perspetiva de uma vida adulta autónoma e com qualidade para todos os jovens portugueses.

Como qualquer trabalho, também neste houve limitações que não nos permitiram ir mais além no nosso estudo. As nossas conclusões teriam tido mais acuidade se tivéssemos incluído os pontos de vista das empresas, no que diz respeito ao desempenho dos alunos em contexto real, no âmbito do estágio integrado nos CP. Esta informação concertada nos teria permitido corroborar, ou não, as alegações dos alunos ao defender a componente prática desta via de ensino, bem como a sua participação mais ativa em atividades de caráter mais experimental.

Como sugestões para futuras investigações, seria para nós muito enriquecedor poder analisar comparativamente os diferentes CP, de modo a averiguar as características diferenciadoras dos mesmos, quer positivas, quer negativas. Nesse sentido, também seria importante apurar as saídas profissionais de cada um dos CP, de modo a identificar aqueles que porventura estariam mais relacionados com o contexto regional onde se encontram.

Finalmente, consideramos que seria interessante apresentar a alguns alunos, EE, ao Diretor do Agrupamento, e outros, os resultados obtidos, por forma a provocar uma discussão pública/coletiva, que pudesse contribuir para melhorias e ajustamentos.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P. (2011). Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português. *Análise Social*, vol. XLVI (2º), 199, 261-281 [Consulta a 22 de fevereiro de 2017]. Disponível em: «<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1317831213W7wZ15xo9B151OS2.pdf>».
- Abrantes, P. (2013). Os caminhos sinuosos da escolarização. In Diogo, A. M.; Diogo, F. (org). *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos* (pp. 21-32). Lisboa: Mundos Sociais.
- Afonso, A.J. (1997). O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. Um contributo sociológico para pensar a reforma educativa em Portugal (1985-1995). *Revista Portuguesa de Educação*, 10(2), 103-137.
- Alves, J.M. (1999). Um olhar sobre o ensino secundário. In, Azevedo, Joaquim (Coord.). *O ensino secundário em Portugal (estudos)*, (pp. 237-240) . Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Alves, J.M. (1996). *Modos de organização, direcção e gestão das escolas profissionais. Um estudo de quatro situações*. Porto: Porto Editora.
- Antunes, F. (2000). Novas instituições e processos educativos. A reforma portuguesa do ensino secundário no contexto comunitário (1988-1996). In Pacheco, J. (org.), *Políticas Educativas. O Neoliberalismo em Educação* (pp. 109-134). Porto: Porto Editora.
- Antunes, F. (2004). Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: a estruturação global de uma inovação nacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 101-125. [Consulta a 15 de janeiro de 2017]. Disponível em: « <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/70/RCCS70-Fatima%20Antunes-101-125.pdf>».
- Azevedo, J. (1992). *Expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9º ano*. Porto: Edições Asa.
- Azevedo, J. (2010). E s c o l a s Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar*, nº 72 (JUL/AGO/SET), 25-29. [Consulta a 6 de junho de 2016]. Disponível em: «http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/docs/revista_formar_2010.pdf ».
- Azevedo, J. (2014). Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas. [Consulta a 10 de maio de 2016]. Disponível em: «http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Escolas_profissionais_Livro_VFinal.pdf ».
- Azevedo, J. (2015). Ensino Profissional em Portugal, 1989-2014: viagem da Periferia para o Centro das Políticas educativas. In Rodrigues, M.L. (org). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal, vol.I, A construção do sistema educativo democrático* (pp. 411-468). Coimbra: Almedina.
- Azevedo, J., & Alves, J. M. (1999). As imagens do ensino secundário. In Azevedo, Joaquim (Coord.). *O ensino secundário em Portugal (estudos)*. (pp.19-58). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Barroso, J. (1999). Organização e Gestão das Escolas Secundárias, Das tendências do passado às perspectivas do futuro. In Azevedo, Joaquim (Coord.). *O ensino secundário em Portugal (estudos)*. (pp.117-156). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Barroso, J. (2003). *A escola pública, regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições ASA.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

- Boudon, R. (1977). Education and Social Mobility: A Structural Model. In Karabel, J., Halsey, A. H. (org.). *Power and Ideology in Education* (pp. 186-197). New York: Oxford University Press.
- Boudon, R. (1973). *L'inegalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Armand Collin.
- Cerqueira, M.F., & Martins, A. (2011). A Consolidação da Educação e Formação profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 17, 123-145. [consulta a 13 janeiro 2017]. Disponível em: « <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2369> ».
- Diogo, A. M. (2013). Investimento das famílias em escolarização e contextos escolares. In Diogo, A. M.; Diogo, F. (org). *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos* (pp. 89-108). Lisboa: Mundos Sociais.
- Diogo, A. M. (2016). Trajetórias escolares e sentidos atribuídos à escola entre a tradição e a modernidade: Perfis de jovens açorianos. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2), 329-357. [consulta a 14 abril 2017]. Disponível em: « <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/viewFile/7916/7711> ».
- Duarte, A. (2012). A introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas: perfil socioeducativo dos alunos. *CIES e-Working Paper*, 143 [Consulta a 10 de maio de 2016]. Disponível em: « <http://cies.iscte-iul.pt> ».
- Duarte, A. (2015). “Unificação e diversificação do ensino”. In Rodrigues, M.L. (org). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal, vol.I, A construção do sistema educativo democrático* (pp. 131-148). Coimbra: Almedina.
- Eco, H. (1998). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Faria, S. (2008). *9º ano: e agora? Um olhar sociológico sobre o processo de decisão à saída do ensino básico*. Artigo apresentado no VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. [Consulta a 15 de fevereiro de 2017]. Disponível em: «<http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/40.pdf>».
- Fernandes, A. J. (1995). *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, T., Caramelo, J., & Rocha, C. (2013). Portugal no final do século xx – o retrato de uma Época. In Alves, N., Cavaco, C., Guimarães, P., & Marques, M. (Eds). *Atas do VI seminário luso-brasileiro educação, trabalho e movimentos sociais – das políticas às lógicas de ação* (pp.259-270). [Consulta a 27 de janeiro de 2017]. Disponível em: «<http://selubet2013.ie.ul.pt/wp-content/uploads/2014/08/ATAS-FINAL.pdf>».
- Franco, M. L., Pardal, L., Ventura, A., & Dias, C. (2004). *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal*. Campinas/SP: Autores Associados.
- Gonçalves, M. M. B. (2012). *Educação, trabalho e família: trajetórias de diplomados universitários*. Lisboa: FCT/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grácio, S. (1981). *Educação e Processo Democrático em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grácio, S. (1992). Destinos do ensino técnico em Portugal (1910-1990). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (Dissert. de Doutoramento policop.).

Justino, D. (2013). Origens sociais, expectativas, oportunidades e desempenho escolar em Portugal. In Diogo, A. M.; Diogo, F. (org). *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos* (pp. 7-20). Lisboa: Mundos Sociais.

Justino, D. & Miguéis, M. (Coord.) (2015). Estado da Educação 2014. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. [consulta a 27 abril 2016]. Disponível em: «http://content.edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao_2014_VF.pdf».

Lemos, V. (2015). A OCDE e as Políticas de Educação em Portugal. In Rodrigues, M.L. (org). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal, vol.I, A construção do sistema educativo democrático* (pp. 293-323). Coimbra:Almedina.

Martins, A., Pardal, L., & Dias, C. (2005). Ensino técnico e profissional: natureza da oferta e da procura. *Revista Interações*, 1, 77-97. [Consulta a 10 de maio de 2016]. Disponível em: «<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/283>».

Martins, A. M. (1999). *Formação e emprego numa sociedade em mutação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Mendes, A., Martins, A., & Madeira, R. (2007). As organizações escolares e a (re)produção das representações sociais que naturalizam o trabalho infantil (o caso dos professores). In Pardal, Martins, Sousa, Dujo, & Placco (org.). *Educação e trabalho, representações, competências e trajetórias* (pp. 125-132). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Ministério da Educação e Ciência (2015). *Educação pré-escolar, ensino básico e secundário. Relações internacionais 2011-2015*. Ministério da Educação e Ciência.

Pardal, L. (1997). *Inovação Educacional: Uma perspectiva sociológica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Pardal, L., Martins, A., & Dias, C. (2007). Ensino técnico e profissional, emprego e acesso ao ensino superior: representações de alunos moçambicanos e portugueses. In Pardal, Martins, Sousa, Dujo, & Placco (org.). *Educação e trabalho, representações, competências e trajetórias* (pp. 69-86). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, M. L., Sebastião, J., Mata, J. T., Capucha, L., Araújo, L., Silva, M., & Lemos, V. (2015). A construção do sistema democrático de ensino. In Rodrigues, M.L. (org). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal, vol.I, A construção do sistema educativo democrático* (pp.35-88). Coimbra: Almedina.

Silva, R. (2013). Ensino profissional: *Vocação ou Recurso?* (Dissert. de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa). [Consulta a 15 de fevereiro de 2017]. Disponível em: «<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13634>».

Silva, P. (2013). Escolas, famílias e desigualdades sociais. In Diogo, A. M.; Diogo, F. (org). *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos* (pp. 71-87). Lisboa: Mundos Sociais.

Stoer, S. R. (2008). A genética cultural da Reprodução. *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 85-90. [Consulta a 24 de janeiro de 2017]. Disponível em: «<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC26/26-Formar.pdf>».

Stoer, S. R. (2008). Formar uma elite ou educar um povo?. *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 107-110. [Consulta a 24 de janeiro de 2017]. Disponível em: «<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC26/26-Formar.pdf>».

Stoer, S., Stoleroff, A., & Correia, J. (1990). O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-53. [Consulta a 11 de abril de 2017]. Disponível em: «http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/029/SStoer_et_al._pp.11-53.pdf».

Vieira, M. M. (2012). Escolhas escolares e modalidades de sucesso no ensino secundário. Percursos e temporalidades. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 70, 45-70. [Consulta a 16 de fevereiro de 2017]. Disponível em: «<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10300/10442.pdf>».

Yin, R. K.. (2001). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Sites consultados:

<http://expressoemprego.pt>

<http://publicos.pt>

<http://www.anqep.gov.pt>

<http://www.dge.mec.pt/legislacao>

<http://www.dn.pt>

<http://www.oit.org.br/content/recommendations>

<https://www.pordata.pt/>

www.cnedu.pt

www.fenprof.pt

ANEXOS

Anexo I – Quadros de objetivos e questões dos inquéritos por questionário

Anexo II – Inquéritos por questionário

Anexo III – Declaração de consentimento informado

Anexo IV – Guiões de entrevista

Anexo V – Grelhas de análise de conteúdo

Anexo I

UNIVERSIDADE DE AVEIRO MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Público-alvo: Alunos do 10º ano de escolaridade.

Objetivos específicos	Divisão do questionário	Questões	
<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar os inquiridos; - Identificar o curso do 10º ano que frequentam. 	Parte 1- Caracterização	1.	Género a) Masculino b) Feminino
		2.	Idade
		3.	Qual o curso que frequentas? Cursos Científico-humanísticos: a) Ciências e Tecnologias; b) Línguas e Humanidades c) Ciências Socio-económicas d) Artes Visuais Cursos Profissionais: e) Técnico de Apoio Psicossocial f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos g) Técnico de Produção em Metalomecânica h) Técnico de Eletrotecnia i) Técnico de Gestão j) Técnico de Cozinha e Pastelaria
<ul style="list-style-type: none"> - Averiguar o papel/influência que a família tem no processo de decisão dos alunos; 	Parte 2 – Situação familiar	4.	a) Qual a idade do teu pai? b) Qual a idade da tua mãe? c) Outro encarregado de educação – Qual a idade?

<p>- Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas distintas;</p>		<p>5.</p> <p>Qual a escolarização dos teus pais? <i>a)Não frequentou a escola (não sabe ler)</i> <i>b)Frequentou a escola mas não completou o 1º ciclo (antiga 4ª classe)</i> <i>c)Ensino básico – 1º ciclo (4º ano completo)</i> <i>d)Ensino básico – 2º ciclo (6º ano completo)</i> <i>e)Ensino básico – 3º ciclo (9º ano completo)</i> <i>f)Ensino secundário (12º ano completo)</i> <i>g)Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura)</i> <i>h)Ensino superior (Mestrado/Doutoramento)</i></p>
		<p>6.</p> <p>Em que situação profissional se encontram os teus pais? <i>a)Empregado(a)</i> <i>b)Desempregado(a)</i> <i>c)Doméstico(a)</i> <i>d)Reformado(a)</i> <i>e>Incapacidade permanente para o trabalho</i> <i>f)Outra.Qual?</i></p>
		<p>7.</p> <p>Qual a profissão dos teus pais? <i>a)Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos</i> <i>b)Empresários, administradores e dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores</i> <i>c)Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores</i> <i>d)Profissões liberais</i> <i>e)Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado</i> <i>f)Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado</i> <i>g)Professores</i> <i>h)Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais</i> <i>i)Agricultores e pescadores independentes</i> <i>j)Empregados de escritório, do comércio e serviços</i> <i>k)Operários</i> <i>l)Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos</i> <i>m)Assalariados agrícolas e das empresas</i> <i>n)Doméstica(o)</i></p>
		<p>8.</p> <p>Na tua opinião, como é que a tua família vê a escola? <i>a)A minha família dá importância à escola</i></p>

			<i>b)A minha família quer que eu apenas acabe o ensino secundário</i> <i>c)A minha família quer que eu tire um curso superior</i>
		9.	A tua família apoiou-te na escolha do curso que estás a frequentar? <i>a)Não apoiou nada</i> <i>b)Não apoiou nem deixou de apoiar</i> <i>c)Apoiou</i> <i>d)Apoiou totalmente</i>
		10. 10.1 10.2	Quantas retenções tens ao longo do percurso escolar? Se respondeste sim, em que ano(s) escolar(es) ficaste retido? Quais foram os três principais motivos para a tua retenção? <i>a)Não gostava de andar na escola</i> <i>b)Não gostava dos professores</i> <i>c)Não gostava da turma</i> <i>d)Não percebia o que os professores explicavam</i> <i>e)Algumas matérias eram difíceis/ Tinha dificuldades de aprendizagem</i> <i>f)Não me esforço para aprender/Sou preguiçoso(a)</i> <i>g)Faltava muito às aulas</i> <i>h)Tinha de trabalhar e não tinha tempo para estudar/Dificuldades económicas</i> <i>i)Tinha problemas familiares</i> <i>j)Não estudava</i> <i>k)Não tinha condições em casa para estudar</i> <i>l)Tinha problemas de saúde</i> <i>m)Não tinha amigos na escola</i> <i>n)A avaliação foi injusta</i> <i>o)Era mal comportado(a)</i>
- Aferir se os alunos que frequentam estes cursos diferenciados apresentam percursos académicos anteriores distintos;	Parte 3 – Percurso escolar	11. 11.1	Qual foi o ano de escolaridade que frequentaste em 2015/2016? Se estiveste matriculado no 10º ano, indica que curso frequentavas:

<ul style="list-style-type: none"> - Perceber se os alunos estão devidamente informados no momento das escolhas de curso no 10º ano; - Identificar os meios de informação mais usados pelos alunos no momento das escolhas de curso no 10º ano; - Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Averiguar o papel/influência que os diversos agentes (família, escola, professores, psicóloga, amigos, media...) têm no processo de decisão dos alunos; - Determinar as perceções dos alunos relativamente às duas vias do ensino secundário; 	Parte 4 – Escolha do curso que frequenta no 10º ano de escolaridade	12.	Consideras que estavas informado relativamente à oferta formativa para o início do ensino secundário? <i>a)Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, no agrupamento que frequentava</i> <i>b)Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, noutros agrupamentos</i> <i>c)Conhecia todos os cursos existentes, para o ensino secundário, em escolas profissionais situadas nos arredores da cidade</i>
		13.	Como obtiveste a informação relativa aos cursos? <i>a)Obtive conhecimento através dos meus pais/familiares</i> <i>b)Obtive conhecimento através dos amigos/colegas/vizinhos</i> <i>c)Obtive conhecimento através do meu Diretor de Turma e/ou professores</i> <i>d)Obtive conhecimento através da Psicóloga da Escola</i> <i>e)Obtive conhecimento através de uma ação de divulgação na minha Escola</i> <i>f)Obtive conhecimento através dos media (televisão, internet, jornais...)</i>
		14.	Que importância tiveram os seguintes agentes na tua escolha do curso no 10º ano de escolaridade? <i>a)Pais/familiares</i> <i>b)Amigos/colegas/vizinhos</i> <i>c)Diretor(a) de Turma/ professores</i> <i>d)Media (televisão, internet, jornais...)</i> <i>e)Psicóloga da Escola</i>

		<p>15.</p> <p>Quais foram as razões que te levaram a escolher o curso que frequentas no 10º ano?</p> <p><i>a)Escolhi o curso porque fico melhor preparado para a Universidade</i></p> <p><i>b)Escolhi o curso porque esta é a área que gosto</i></p> <p><i>c)Escolhi o curso porque a minha família acha que é melhor para mim</i></p> <p><i>d)Escolhi o curso porque tem mais prestígio social</i></p> <p><i>e)Escolhi o curso porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir</i></p> <p><i>f)Escolhi o curso que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula</i></p> <p><i>g)Escolhi o curso para onde iam os meus amigos</i></p> <p><i>h)Escolhi o curso que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola</i></p> <p><i>i)Escolhi o curso que me permitirá ter um emprego rapidamente</i></p> <p><i>j)Escolhi o curso porque me permitirá ter um salário rapidamente</i></p> <p><i>k)Escolhi o curso que é mais fácil</i></p> <p><i>l)Escolhi o curso porque implica menos estudo</i></p> <p><i>m)Escolhi o curso porque tem uma componente prática maior</i></p> <p><i>n)Escolhi o curso porque tem um estágio incorporado</i></p> <p><i>o)Escolhi o curso porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade</i></p> <p><i>p)Escolhi o curso porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente</i></p> <p><i>q)Escolhi o curso porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro</i></p> <p><i>r)Escolhi o curso porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade</i></p> <p><i>s)Escolhi o curso que me permitirá sair da escola mais rapidamente</i></p> <p><i>t)Escolhi o curso porque não queria mudar de escola</i></p> <p><i>u)Escolhi o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim</i></p>
--	--	--

		16.	<p>Qual é a tua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos?</p> <p><i>a)Os conhecimentos teóricos são valorizados</i> <i>b)Os conhecimentos práticos são elevados</i> <i>c)As matérias têm interesse</i> <i>d)Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</i> <i>e)O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</i> <i>f)Os instrumentos de avaliação são adequados</i> <i>g)As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</i> <i>h)Há uma boa preparação para a vida profissional</i> <i>i)Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</i> <i>j)O horário semanal é adequado</i> <i>k)O material necessário é adequado</i> <i>l)Os professores têm qualidade</i> <i>m)O curso tem prestígio social</i></p>
		17.	<p>Qual é a tua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais?</p> <p><i>a)Os conhecimentos teóricos são valorizados</i> <i>b)Os conhecimentos práticos são elevados</i> <i>c)As matérias têm interesse</i> <i>d)Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</i> <i>e)O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</i> <i>f)Os instrumentos de avaliação são adequados</i> <i>g)As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</i> <i>h)Há uma boa preparação para a vida profissional</i> <i>i)Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</i> <i>j)O horário semanal é adequado</i> <i>k)O material necessário é adequado</i> <i>l)Os professores têm qualidade</i> <i>m)O curso tem prestígio social</i></p>

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS
QUESTIONÁRIO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Público-alvo: Encarregados de Educação de alunos do 10º ano.

Objetivos específicos	Divisão do questionário	Questões	
<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar os inquiridos; - Identificar o curso do 10º ano frequentado pelo(a) seu/sua educando(a). 	Parte 1- Caracterização pessoal	1.	Qual a sua relação com o(a) seu/sua educando(a)? <i>a) Pai</i> <i>b) Mãe</i> <i>c) Outro Encarregado de Educação</i>
		2.	Que idade tem?
		3.	Qual o curso frequentado pelo seu/sua educando(a)? <i>Cursos Científico-humanísticos:</i> <i>a) Ciências e Tecnologias:</i> <i>b) Línguas e Humanidades</i> <i>c) Ciências Socio-económicas</i> <i>d) Artes Visuais</i> <i>Cursos Profissionais:</i> <i>e) Técnico de Apoio Psicossocial</i> <i>f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos</i> <i>g) Técnico de Produção em Metalomecânica</i> <i>h) Técnico de Eletrotecnia</i> <i>i) Técnico de Gestão</i> <i>j) Técnico de Cozinha e Pastelaria</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas distintas; 	Parte 2 – Situação profissional	4.	Em que situação profissional se encontra? <i>a)Empregado(a)</i> <i>b)Desempregado(a)</i> <i>c)Doméstico(a)</i> <i>d)Reformado(a)</i> <i>e)Incapacidade permanente para o trabalho</i>

			f)Outra.Qual?
		5.	Qual a sua profissão? a)Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos b)Empresários, administradores e dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores c)Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores d)Profissões liberais e)Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado f)Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado g)Professores h)Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais i)Agricultores e pescadores independentes j)Empregados de escritório, do comércio e serviços k)Operários l)Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos m)Assalariados agrícolas e das empresas n)Doméstica(o)
		6.	Qual o seu tipo de vínculo profissional? a)Contrato de trabalho sem termo (efetivo) b)Contrato de trabalho a termo certo c)Contrato de trabalho a termo incerto d)Contrato de prestação de serviços/recibos verdes e)Sem contrato f)Outra.Qual?
		7.	Qual o seu grau de escolarização? a)Não frequentou a escola (não sabe ler) b>Frequentou a escola mas não completou o 1º ciclo (antiga 4ª classe) c)Ensino básico – 1º ciclo (4º ano completo) d)Ensino básico – 2º ciclo (6º ano completo) e)Ensino básico – 3º ciclo (9º ano completo) f)Ensino secundário (12º ano completo) g)Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura) h)Ensino superior (Mestrado/Doutoramento)

<ul style="list-style-type: none"> - Averiguar o papel que a família tem no processo de decisão dos alunos; - Perceber se os encarregados de educação estão devidamente informados no momento das escolas de curso no 10º ano, dos seus educandos; - Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Averiguar a influência que os diversos agentes (família, escola, professores, psicóloga, amigos, media...) têm no processo de decisão dos alunos; - Determinar as percepções dos encarregados de educação relativamente às duas vias do ensino secundário; 	Parte 3 – Escolha do curso do 10º ano de escolaridade	8.	Como é que analisa a importância que a escola tem para a vida do(a) seu/sua educando(a)? <i>a)A escola tem importância</i> <i>b)Apenas quero que o (a) meu/minha educando (a) acabe o ensino secundário</i> <i>c)Quero que o (a) meu/minha educando(a) tire um curso superior</i>
		9.	Considera que apoiou o(a) seu/sua educando(a) na escolha do curso que está a frequentar? <i>a)Não apoiou nada</i> <i>b)Não apoiou nem deixou de apoiar</i> <i>c)Apoiou</i> <i>d)Apoiou totalmente</i>
		10.	Considera que estava informado(a) relativamente à oferta formativa para o início do ensino secundário? <i>a)Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, no agrupamento que frequentava</i> <i>b)Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, noutros agrupamentos</i> <i>c)Conhecia todos os cursos existentes, para o ensino secundário, em escolas profissionais situadas nos arredores da cidade</i>
		11.	Como obteve a informação relativa aos cursos? <i>a)Obtive conhecimento através do(a) meu/minha educando(a)</i> <i>b)Obtive conhecimento através dos pais/outros encarregados de educação</i> <i>b)Obtive conhecimento através dos amigos/colegas/vizinhos</i> <i>c)Obtive conhecimento através do Diretor de Turma e/ou professores</i> <i>d)Obtive conhecimento através da Psicóloga da Escola</i> <i>e)Obtive conhecimento através de uma ação de divulgação na Escola</i> <i>f)Obtive conhecimento através dos media (televisão, internet, jornais...)</i>
		12.	Quais os fatores tidos em conta na escolha do(a) seu/sua educando(a) do curso do 10º ano? <i>a)Escolheu o curso porque fica melhor preparado para a Universidade</i> <i>b)Escolheu o curso porque esta é a área que gosta</i>

			<p>c)Escolheu o curso porque a família acha que é melhor para ele(a)</p> <p>d)Escolheu o curso porque tem mais prestígio social</p> <p>e)Escolheu o curso porque a psicóloga escolar o(a) ajudou a decidir</p> <p>f)Escolheu o curso que o seu diretor de turma/professores o(a) aconselharam no momento da matrícula</p> <p>g)Escolheu o curso para onde iam os amigos</p> <p>h)Escolheu o curso que lhe pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola</p> <p>i)Escolheu o curso que lhe permitirá ter um emprego rapidamente</p> <p>j)Escolheu o curso porque lhe permitirá ter um salário rapidamente</p> <p>k)Escolheu o curso que é mais fácil</p> <p>l)Escolheu o curso porque implica menos estudo</p> <p>m)Escolheu o curso porque tem uma componente prática maior</p> <p>n)Escolheu o curso porque tem um estágio incorporado</p> <p>o)Escolheu o curso porque tem dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade</p> <p>p)Escolheu o curso porque lhe permitirá obter uma certificação profissional rapidamente</p> <p>q)Escolheu o curso porque a família não tem que gastar tanto dinheiro</p> <p>r)Escolheu o curso porque não tem condições económicas para ir para a Universidade</p> <p>s)Escolheu o curso que lhe permitirá sair da escola mais rapidamente</p> <p>t)Escolheu o curso porque não queria mudar de escola</p> <p>u)Escolheu o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para ele(a)</p>
		13.	<p>Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos?</p> <p>a)Os conhecimentos teóricos são valorizados</p> <p>b)Os conhecimentos práticos são elevados</p> <p>c)As matérias têm interesse</p> <p>d)Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</p> <p>e)O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</p> <p>f)Os instrumentos de avaliação são adequados</p> <p>g)As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</p>

			<i>h) Há uma boa preparação para a vida profissional</i> <i>i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</i> <i>j) O horário semanal é adequado</i> <i>k) O material necessário é adequado</i> <i>l) Os professores têm qualidade</i> <i>m) O curso tem prestígio social</i>
		14.	Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais? <i>a) Os conhecimentos teóricos são valorizados</i> <i>b) Os conhecimentos práticos são elevados</i> <i>c) As matérias têm interesse</i> <i>d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</i> <i>e) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</i> <i>f) Os instrumentos de avaliação são adequados</i> <i>g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</i> <i>h) Há uma boa preparação para a vida profissional</i> <i>i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</i> <i>j) O horário semanal é adequado</i> <i>k) O material necessário é adequado</i> <i>l) Os professores têm qualidade</i> <i>m) O curso tem prestígio social</i>

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS
QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Público-alvo: Professores do 10º ano de escolaridade.

Objetivos específicos	Divisão do questionário	Questões	
- Caracterizar os inquiridos.	Parte 1- Caracterização demográfica e profissional	1.	Idade
		2.	Género a) Masculino b) Feminino
		3.	Habilitações académicas a) Bacharelato b) Licenciatura c) Mestrado d) Doutoramento e) Outra. Qual?
		4.	Níveis de ensino que leciona a) 3.º Ciclo + Secundário b) Só secundário
- Identificar o curso do 10º ano que lecionam; - Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Averiguar o papel/influência que os diversos agentes (família, escola, professores, psicóloga, amigos, media...) têm no processo de decisão dos alunos;	Parte 2- Cursos científico-humanísticos e profissionais do 10º ano	5.	Qual o(s) curso(s) em que leciona? <i>Cursos Científico-humanísticos:</i> a) Ciências e Tecnologias; b) Línguas e Humanidades c) Ciências Socio-económicas d) Artes Visuais <i>Cursos Profissionais:</i> e) Técnico de Apoio Psicossocial f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos g) Técnico de Produção em Metalomecânica h) Técnico de Eletrotecnia i) Técnico de Gestão j) Técnico de Cozinha e Pastelaria

<p>- Determinar as percepções dos professores relativamente às duas vias do ensino secundário.</p>		<p>6.</p>	<p>Na sua opinião, quais foram as razões que levaram os seus alunos do 10º ano a escolher o curso que frequentam?</p> <p><i>a)Escolhem o curso porque ficam melhor preparados para a Universidade</i> <i>b)Escolhem o curso porque é a área que gostam</i> <i>c)Escolhem o curso porque a família acha que é melhor para eles</i> <i>d)Escolhem o curso porque tem mais prestígio social</i> <i>e)Escolhem o curso porque a psicóloga escolar os ajudou a decidir</i> <i>f)Escolhem o curso que o diretor de turma/professores os aconselharam no momento da matrícula</i> <i>g)Escolhem o curso para onde iam os amigos</i> <i>h)Escolhem o curso que lhes pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola</i> <i>i)Escolhem o curso que lhes permitirá ter um emprego rapidamente</i> <i>j)Escolhem o curso porque lhes permitirá ter um salário rapidamente</i> <i>k)Escolhem o curso que é mais fácil</i> <i>l)Escolhem o curso porque implica menos estudo</i> <i>m)Escolhem o curso porque tem uma componente prática maior</i> <i>n)Escolhem o curso porque tem um estágio incorporado</i> <i>o)Escolhem o curso porque têm dificuldades de aprendizagem e não conseguiriam ter sucesso na Universidade</i> <i>p)Escolhem o curso porque lhes permitirá obter uma certificação profissional rapidamente</i> <i>q)Escolhem o curso porque a família não tem que gastar tanto dinheiro</i> <i>r)Escolhem o curso porque não têm condições económicas para ir para a Universidade</i> <i>s)Escolhem o curso que lhes permitirá sair da escola mais rapidamente</i> <i>t)Escolhem o curso porque não queriam mudar de escola</i> <i>u)Escolhem o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para eles</i></p>
		<p>7.</p>	<p>Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos?</p> <p><i>a)Os conhecimentos teóricos são valorizados</i> <i>b)Os conhecimentos práticos são elevados</i></p>

			<p>c)As matérias têm interesse</p> <p>d)Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</p> <p>e)O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</p> <p>f)Os instrumentos de avaliação são adequados</p> <p>g)As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</p> <p>h)Há uma boa preparação para a vida profissional</p> <p>i)Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</p> <p>j)O horário semanal é adequado</p> <p>k)O material necessário é adequado</p> <p>l)Os professores têm qualidade</p> <p>m)O curso tem prestígio social</p>
		8.	<p>Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais?</p> <p>a)Os conhecimentos teóricos são valorizados</p> <p>b)Os conhecimentos práticos são elevados</p> <p>c)As matérias têm interesse</p> <p>d)Os conhecimentos de cultura geral são abundantes</p> <p>e)O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado</p> <p>f)Os instrumentos de avaliação são adequados</p> <p>g)As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas</p> <p>h)Há uma boa preparação para a vida profissional</p> <p>i)Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos</p> <p>j)O horário semanal é adequado</p> <p>k)O material necessário é adequado</p> <p>l)Os professores têm qualidade</p> <p>m)O curso tem prestígio social</p>
<p>- Identificar o perfil dos alunos que frequentam as duas vias de ensino;</p> <p>- Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas distintas;</p> <p>- Aferir se os alunos que frequentam estes cursos diferenciados apresentam percursos académicos</p>	<p>Parte 3- Perfil dos alunos que frequentam o 10º ano de escolaridade</p>	9.	<p>Como descreve os alunos que frequentam os cursos científico-humanísticos?</p> <p>a)Alunos interessados pelas atividades escolares</p> <p>b)Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho</p> <p>c)Alunos que respeitam os professores</p> <p>d)Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola</p> <p>e)Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem</p> <p>f)Alunos que revelam capacidades de aprendizagem</p> <p>g)Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos</p> <p>h)Alunos que têm um bom comportamento nas aulas</p>

anteriores distintos; - Averiguar o papel/influência que a família tem no processo de decisão dos alunos.			<i>i)Alunos sem retenções no seu percurso escolar</i> <i>j)Alunos integrados numa família financeiramente estável</i> <i>k)Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro</i> <i>l)Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam</i> <i>m)Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas</i>
		10.	Como descreve os alunos que frequentam os cursos profissionais? <i>a)Alunos interessados pelas atividades escolares</i> <i>b)Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho</i> <i>c)Alunos que respeitam os professores</i> <i>d)Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola</i> <i>e)Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem</i> <i>f)Alunos que revelam capacidades de aprendizagem</i> <i>g)Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos</i> <i>h)Alunos que têm um bom comportamento nas aulas</i> <i>i)Alunos sem retenções no seu percurso escolar</i> <i>j)Alunos integrados numa família financeiramente estável</i> <i>k)Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro</i> <i>l)Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam</i> <i>m)Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas</i>

Anexo II

QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE 2017

Este questionário insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

O questionário é totalmente anónimo, sendo as suas respostas utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

A sua contribuição revela-se de extrema importância, pelo que, desde já, a agradecemos.

Parte 1- Caracterização pessoal

1. Género: a) Masculino____ b) Feminino____
2. Idade:_____
3. Qual o curso que frequentas? (Assinala com um X):

Cursos Científico-humanísticos:	
a) Ciências e Tecnologias	
b) Línguas e Humanidades	
c) Ciências Socio-económicas	
d) Artes Visuais	
Cursos Profissionais:	
e) Técnico de Apoio Psicossocial	
f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos	
g) Técnico de Produção em Metalomecânica	
h) Técnico de Eletrotecnia	
i) Técnico de Gestão	
j) Técnico de Cozinha e Pastelaria	

Parte 2 – Situação familiar

4. a) Qual a idade do teu pai?_____ b) Qual a idade da tua mãe?_____
- c) Outro encarregado de educação – Qual a idade?_____
5. Qual a escolarização dos teus pais? (Assinala com um X. Se atualmente algum deles tiver falecido, pf indica o grau de instrução de qualquer maneira)

Grau de instrução	PAI	MÃE	Outro E. Educação
a) Não frequentou a escola (não sabe ler)			
b) Frequentou a escola mas não completou o 1º ciclo (antiga 4ª classe)			
c) Ensino básico – 1º ciclo (4º ano completo)			
d) Ensino básico – 2º ciclo (6º ano completo)			
e) Ensino básico – 3º ciclo (9º ano completo)			
f) Ensino secundário (12º ano completo)			
g) Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura)			
h) Ensino superior (Mestrado/Doutoramento)			

6. Em que situação profissional se encontram os teus pais? (Assinala com um X):

	PAI	MÃE	Outro E. Educação
a) Empregado(a)			
b) Desempregado(a)			
c) Doméstico(a)			
d) Reformado(a)			
e) Incapacidade permanente para o trabalho			
f) Outra.Qual? _____			

7. Qual a profissão dos teus pais? (Assinala com um X a situação onde se enquadra a profissão. Se atualmente algum deles estiver desempregado, reformado ou falecido, pf indica a última ocupação profissional)

	PAI	MÃE	Outro E. Educação
a) Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos			
b) Empresários, administradores e dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores			
c) Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores			
d) Profissões liberais			
e) Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado			
f) Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado			
g) Professores			
h) Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais			
i) Agricultores e pescadores independentes			
j) Empregados de escritório, do comércio e serviços			
k) Operários			
l) Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos			
m) Assalariados agrícolas e das empresas			
n) Doméstica(o)			

o) Caso não saibas escolher a opção adequada à profissão do teu pai ou da tua mãe, indica essa mesma profissão: _____

8. Na tua opinião, como é que a tua família vê a escola? (Assinala com um X o grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de concordância e 4 o máximo de concordância).

	1	2	3	4	Não sei
a) A minha família dá importância à escola					
b) A minha família quer que eu apenas acabe o ensino secundário					
c) A minha família quer que eu tire um curso superior					

9. A tua família apoiou-te na escolha do curso que estás a frequentar? (Assinala com um X)

a) Não apoiou nada ____ b) Não apoiou nem deixou de apoiar ____ c) Apoiou ____ d) Apoiou totalmente ____

Parte 3 – Percurso escolar

10. Quantas retenções tens ao longo do percurso escolar? _____

10.1 Se respondeste sim, em que ano(s) escolar(es) ficaste retido? _____

10.2 Quais foram os três principais motivos para a tua retenção? (Assinala com um X os três motivos, por ordem de importância, sendo o 1º o mais importante e o 3º o menos importante)

	1º	2º	3º
a) Não gostava de andar na escola			
b) Não gostava dos professores			
c) Não gostava da turma			
d) Não percebia o que os professores explicavam			
e) Algumas matérias eram difíceis/ Tinha dificuldades de aprendizagem			
f) Não me esforço para aprender/Sou preguiçoso(a)			
g) Faltava muito às aulas			
h) Tinha de trabalhar e não tinha tempo para estudar/Dificuldades económicas			
i) Tinha problemas familiares			
j) Não estudava			
k) Não tinha condições em casa para estudar			
l) Tinha problemas de saúde			
m) Não tinha amigos na escola			
n) A avaliação foi injusta			
o) Era mal comportado(a)			

11. Qual foi o ano de escolaridade que frequentaste em 2015/2016? _____

11.1 Se estiveste matriculado no 10º ano, indica que curso frequentavas:

Parte 4 – Escolha do curso que frequenta no 10º ano de escolaridade

12. Consideras que estavas informado relativamente à oferta formativa para o início do ensino secundário? (Assinala com um X)

	SIM	NÃO
a) Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, no agrupamento que frequentava		
b) Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, noutros agrupamentos		
c) Conhecia todos os cursos existentes, para o ensino secundário, em escolas profissionais situadas nos arredores da cidade		

13. Como obtiveste a informação relativa aos cursos? (Assinala com um X)

	SIM	NÃO
a) Obtive conhecimento através dos meus pais/familiares		
b) Obtive conhecimento através dos amigos/colegas/vizinhos		
c) Obtive conhecimento através do meu Diretor de Turma e/ou professores		
d) Obtive conhecimento através da Psicóloga da Escola		
e) Obtive conhecimento através de uma ação de divulgação na minha Escola		
f) Obtive conhecimento através dos media (televisão, internet, jornais...)		

14. Que importância tiveram os seguintes agentes na tua escolha do curso no 10º ano de escolaridade? (Assinala com um X o grau de importância que tiveram os seguintes agentes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância)

	1	2	3	4
a) Pais/familiares				
b) Amigos/colegas/vizinhos				
c) Diretor(a) de Turma/ professores				
d) Media (televisão, internet, jornais...)				
e) Psicóloga da Escola				

15. Quais foram as razões que te levaram a escolher o curso que frequentas no 10º ano? (Assinala com um X o grau de importância relativamente a cada uma das possíveis razões seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância).

	1	2	3	4
a) Escolhi o curso porque fico melhor preparado para a Universidade				
b) Escolhi o curso porque esta é a área que gosto				
c) Escolhi o curso porque a minha família acha que é melhor para mim				
d) Escolhi o curso porque tem mais prestígio social				
e) Escolhi o curso porque a psicóloga escolar me ajudou a decidir				
f) Escolhi o curso que o meu diretor de turma/professores me aconselharam no momento da matrícula				
g) Escolhi o curso para onde iam os meus amigos				
h) Escolhi o curso que me pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola				

i) Escolhi o curso que me permitirá ter um emprego rapidamente				
j) Escolhi o curso porque me permitirá ter um salário rapidamente				
k) Escolhi o curso que é mais fácil				
l) Escolhi o curso porque implica menos estudo				
m) Escolhi o curso porque tem uma componente prática maior				
n) Escolhi o curso porque tem um estágio incorporado				
o) Escolhi o curso porque tenho dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade				
p) Escolhi o curso porque me permitirá obter uma certificação profissional rapidamente				
q) Escolhi o curso porque a minha família não tem que gastar tanto dinheiro				
r) Escolhi o curso porque não tenho condições económicas para ir para a Universidade				
s) Escolhi o curso que me permitirá sair da escola mais rapidamente				
t) Escolhi o curso porque não queria mudar de escola				
u) Escolhi o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para mim				

16.Qual é a tua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos? (Assinala com um X o teu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
a) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
b) Os conhecimentos práticos são elevados				
c) As matérias têm interesse				
d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
e) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado				
f) Os instrumentos de avaliação são adequados				
g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
h) Há uma boa preparação para a vida profissional				
i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos				
j) O horário semanal é adequado				
k) O material necessário é adequado				
l) Os professores têm qualidade				
m) O curso tem prestígio social				

17.Qual é a tua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais? (Assinala com um X o teu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
n) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
o) Os conhecimentos práticos são elevados				
p) As matérias têm interesse				
q) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
r) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado				
s) Os instrumentos de avaliação são adequados				
t) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
u) Há uma boa preparação para a vida profissional				
v) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos				
w) O horário semanal é adequado				
x) O material necessário é adequado				
y) Os professores têm qualidade				
z) O curso tem prestígio social				

18.O curso que frequentas é a tua primeira escolha?

a) Sim ____ b) Não ____

19.Após a conclusão do ensino secundário, pretendes prosseguir estudos no ensino superior?

a) Sim ____ b) Não ____ c) Ainda não decidi ____

Muito obrigado pela tua colaboração!

QUESTIONÁRIO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE ALUNOS DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE 2017

Este questionário insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

O questionário é totalmente anónimo, sendo as suas respostas utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

A sua contribuição revela-se de extrema importância, pelo que, desde já, a agradecemos.

Parte 1- Caracterização pessoal

1. Qual a sua relação com o seu educando?(Assinale com um X)

a) Pai ☐ b) Mãe ☐ c) Outro Encarregado de Educação ☐

2. Que idade tem?_____

3. Qual o curso frequentado pelo seu/sua educando(a)? (Assinale com um X)

Cursos Científico-humanísticos:	
a) Ciências e Tecnologias	<input type="checkbox"/>
b) Línguas e Humanidades	<input type="checkbox"/>
c) Ciências Socio-económicas	<input type="checkbox"/>
d) Artes Visuais	<input type="checkbox"/>
Cursos Profissionais:	
e) Técnico de Apoio Psicossocial	<input type="checkbox"/>
f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos	<input type="checkbox"/>
g) Técnico de Produção em Metalomecânica	<input type="checkbox"/>
h) Técnico de Eletrotecnia	<input type="checkbox"/>
i) Técnico de Gestão	<input type="checkbox"/>
j) Técnico de Cozinha e Pastelaria	<input type="checkbox"/>

Parte 2 – Situação profissional

4. Em que situação profissional se encontra? (Assinale com um X):

g) Empregado(a)	<input type="checkbox"/>
h) Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>

i) Doméstico(a)	
j) Reformado(a)	
k) Incapacidade permanente para o trabalho	
l) Outra.Qual?_____	

5.Qual a sua profissão? (Assinale com um X a situação onde se enquadra a profissão. Se atualmente estiver desempregado(a) ou reformado(a), pf indique a sua última ocupação profissional)

	PAI	MÃE	Outro E. Educação
a) Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos			
b) Empresários, administradores e dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores			
c) Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores			
d) Profissões liberais			
e) Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado			
f) Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado			
g) Professores			
h) Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais			
i) Agricultores e pescadores independentes			
j) Empregados de escritório, do comércio e serviços			
k) Operários			
l) Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos			
m) Assalariados agrícolas e das empresas			
n) Doméstica(o)			

6. Qual o seu tipo de vínculo profissional ?(Assinale com um X):

a) Contrato de trabalho sem termo (efetivo)	
b) Contrato de trabalho a termo certo	
c) Contrato de trabalho a termo incerto	
d) Contrato de prestação de serviços/recibos verdes	
e) Sem contrato	
g)Outra.Qual?_____	

7. Qual o seu grau de escolarização? (Assinale com um X)

Grau de instrução	
a) Não frequentou a escola (não sabe ler)	
b) Frequentou a escola mas não completou o 1º ciclo (antiga 4ª classe)	
c) Ensino básico – 1º ciclo (4º ano completo)	
d) Ensino básico – 2º ciclo (6º ano completo)	
e) Ensino básico – 3º ciclo (9º ano completo)	
f) Ensino secundário (12º ano completo)	

g) Ensino superior (Bacharelato/Licenciatura)	
h) Ensino superior (Mestrado/Doutoramento)	

Parte 3 – Escolha do curso do 10º ano de escolaridade

8. Como é que analisa a importância que a escola tem para a vida do(a) seu/sua educando(a)?
(Assinale com um X o grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de concordância e 4 o máximo de concordância).

	1	2	3	4	Não sei
a) A escola tem importância					
b) Apenas quero que o (a) meu/minha educando (a) acabe o ensino secundário					
c) Quero que o (a) meu/minha educando(a) tire um curso superior					

9. Considera que apoiou o(a) seu/sua educando(a) na escolha do curso que está a frequentar?
(Assinale com um X)

a) Não apoiei nada ____ b) Não apoiei nem deixei de apoiar ____ c) Apoiei ____ d) Apoiei totalmente ____

10. Considera que estava informado(a) relativamente à oferta formativa para o início do ensino secundário? (Assinale com um X)

	SIM	NÃO
a) Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, no agrupamento que o meu educando frequentava		
b) Conhecia todos os cursos existentes no 10º ano, noutros agrupamentos		
c) Conhecia todos os cursos existentes, para o ensino secundário, em escolas profissionais situadas nos arredores da cidade		

11. Como obteve a informação relativa aos cursos? (Assinale com um X)

	SIM	NÃO
a) Obtive conhecimento através do(a) meu/minha educando(a)		
b) Obtive conhecimento através de outros pais/encarregados de educação		
c) Obtive conhecimento através de amigos/colegas/vizinhos		
d) Obtive conhecimento através do Diretor de Turma e/ou professores		
e) Obtive conhecimento através da Psicóloga da Escola		
f) Obtive conhecimento através de uma ação de divulgação na Escola		
g) Obtive conhecimento através dos media (televisão, internet, jornais...)		

12. Quais os fatores tidos em conta na escolha do(a) seu/sua educando(a) do curso do 10º ano?
(Assinale com um X o grau de importância relativamente a cada uma das possíveis razões seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância).

	1	2	3	4
a) Escolheu o curso porque fica melhor preparado para a Universidade				
b) Escolheu o curso porque esta é a área que gosta				
c) Escolheu o curso porque a família acha que é melhor para ele(a)				
d) Escolheu o curso porque tem mais prestígio social				
e) Escolheu o curso porque a psicóloga escolar o(a) ajudou a decidir				
f) Escolheu o curso que o seu diretor de turma/professores o(a) aconselharam no momento da matrícula				
g) Escolheu o curso para onde iam os amigos				
h) Escolheu o curso que lhe pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola				
i) Escolheu o curso que lhe permitirá ter um emprego rapidamente				
j) Escolheu o curso porque lhe permitirá ter um salário rapidamente				
k) Escolheu o curso que é mais fácil				
l) Escolheu o curso porque implica menos estudo				
m) Escolheu o curso porque tem uma componente prática maior				
n) Escolheu o curso porque tem um estágio incorporado				
o) Escolheu o curso porque tem dificuldades de aprendizagem e não conseguiria ter sucesso na Universidade				
p) Escolheu o curso porque lhe permitirá obter uma certificação profissional rapidamente				
q) Escolheu o curso porque a família não tem que gastar tanto dinheiro				
r) Escolheu o curso porque não tem condições económicas para ir para a Universidade				
s) Escolheu o curso que lhe permitirá sair da escola mais rapidamente				
t) Escolheu o curso porque não queria mudar de escola				
u) Escolheu o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para ele(a)				

13. Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos? (Assinale com um X o seu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
a) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
b) Os conhecimentos práticos são elevados				
c) As matérias têm interesse				
d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
e) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado				
f) Os instrumentos de avaliação são adequados				
g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
h) Há uma boa preparação para a vida profissional				
i) Há uma boa preparação para o				

prosseguimento de estudos				
j) O horário semanal é adequado				
k) O material necessário é adequado				
l) Os professores têm qualidade				
m) O curso tem prestígio social				

14. Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais? (Assinale com um X o seu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
a) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
b) Os conhecimentos práticos são elevados				
c) As matérias têm interesse				
d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
e) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado				
f) Os instrumentos de avaliação são adequados				
g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
h) Há uma boa preparação para a vida profissional				
i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos				
j) O horário semanal é adequado				
k) O material necessário é adequado				
l) Os professores têm qualidade				
m) O curso tem prestígio social				

Muito obrigado pela sua colaboração!

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DO 10º ANO DE ESCOLARIDADE

2017

Este questionário insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

O questionário é totalmente anónimo, sendo as suas respostas utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

A sua contribuição revela-se de extrema importância, pelo que, desde já, a agradecemos.

Parte 1- Dados biográficos/situação profissional

1. Idade _____

2. Género

a) Masculino ☐ b) Feminino ☐

3. Habilitações académicas

a) Bacharelato ☐ b) Licenciatura ☐ c) Mestrado ☐ d) Doutoramento ☐ e) Outra ☐

Qual? _____

4. Níveis de ensino que leciona

a) 3.º Ciclo + Secundário ☐

b) Só secundário ☐

Parte 2- Cursos científico-humanísticos e profissionais do 10º ano

5. Qual o(s) curso(s) em que leciona? (Assinale com um X):

Cursos Científico-humanísticos:	
a) Ciências e Tecnologias	
b) Línguas e Humanidades	
c) Ciências Socio-económicas	
d) Artes Visuais	
Cursos Profissionais:	
e) Técnico de Apoio Psicossocial	
f) Técnico de Gestão e Programação de Sistema Informáticos	
g) Técnico de Produção em Metalomecânica	
h) Técnico de Eletrotecnia	
i) Técnico de Gestão	

j) Técnico de Cozinha e Pastelaria	
------------------------------------	--

6. Na sua opinião, quais foram as razões que levaram os seus alunos do 10º ano a escolher o curso que frequentam? (Assinale com um X o grau de importância relativamente a cada uma das razões seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de importância e 4 o máximo de importância).

	1	2	3	4
a) Escolhem o curso porque ficam melhor preparados para a Universidade				
b) Escolhem o curso porque é a área que gostam				
c) Escolhem o curso porque a família acha que é melhor para eles				
d) Escolhem o curso porque tem mais prestígio social				
e) Escolhem o curso porque a psicóloga escolar os ajudou a decidir				
f) Escolhem o curso que o diretor de turma/professores os aconselharam no momento da matrícula				
g) Escolhem o curso para onde iam os amigos				
h) Escolhem o curso que lhes pareceu mais interessante nas ações de divulgação da escola				
i) Escolhem o curso que lhes permitirá ter um emprego rapidamente				
j) Escolhem o curso porque lhes permitirá ter um salário rapidamente				
k) Escolhem o curso que é mais fácil				
l) Escolhem o curso porque implica menos estudo				
m) Escolhem o curso porque tem uma componente prática maior				
n) Escolhem o curso porque tem um estágio incorporado				
o) Escolhem o curso porque têm dificuldades de aprendizagem e não conseguiriam ter sucesso na Universidade				
p) Escolhem o curso porque lhes permitirá obter uma certificação profissional rapidamente				
q) Escolhem o curso porque a família não tem que gastar tanto dinheiro				
r) Escolhem o curso porque não têm condições económicas para ir para a Universidade				
s) Escolhem o curso que lhes permitirá sair da escola mais rapidamente				
t) Escolhem o curso porque não queriam mudar de escola				
u) Escolhem o curso porque os testes psicotécnicos indicaram que era melhor para eles				

7. Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos científico-humanísticos? (Assinale com um X o seu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
a) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
b) Os conhecimentos práticos são elevados				
c) As matérias têm interesse				
d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
e) O grau de exigência das matérias				

lecionadas é elevado				
f) Os instrumentos de avaliação são adequados				
g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
h) Há uma boa preparação para a vida profissional				
i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos				
j) O horário semanal é adequado				
k) O material necessário é adequado				
l) Os professores têm qualidade				
m) O curso tem prestígio social				

8. Qual é a sua opinião relativamente à qualidade dos cursos profissionais? (Assinale com um X o seu grau de concordância com as ideias apresentadas)

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
a) Os conhecimentos teóricos são valorizados				
b) Os conhecimentos práticos são elevados				
c) As matérias têm interesse				
d) Os conhecimentos de cultura geral são abundantes				
e) O grau de exigência das matérias lecionadas é elevado				
f) Os instrumentos de avaliação são adequados				
g) As classificações obtidas no final do ano letivo são positivas				
h) Há uma boa preparação para a vida profissional				
i) Há uma boa preparação para o prosseguimento de estudos				
j) O horário semanal é adequado				
k) O material necessário é adequado				
l) Os professores têm qualidade				
m) O curso tem prestígio social				

Parte 3- Perfil dos alunos que frequentam o 10º ano de escolaridade

9. Como descreve os alunos que frequentam os cursos científico-humanísticos? (Assinale com um X o grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de concordância e 4 o máximo de concordância)

	1	2	3	4
a) Alunos interessados pelas atividades escolares				
b) Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho				

c) Alunos que respeitam os professores				
d) Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola				
e) Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem				
f) Alunos que revelam capacidades de aprendizagem				
g) Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos				
h) Alunos que têm um bom comportamento nas aulas				
i) Alunos sem retenções no seu percurso escolar				
j) Alunos integrados numa família financeiramente estável				
k) Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro				
l) Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam				
m) Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas				

10. Como descreve os alunos que frequentam os cursos profissionais? (Assinale com um X o grau de concordância relativamente a cada uma das afirmações seguintes, numa escala de 1 a 4, em que 1 é o mínimo de concordância e 4 o máximo de concordância)

	1	2	3	4
a) Alunos interessados pelas atividades escolares				
b) Alunos empenhados, que realizam todas as propostas de trabalho				
c) Alunos que respeitam os professores				
d) Alunos que participam nas atividades organizadas pela escola				
e) Alunos que têm acompanhamento familiar no seu processo de aprendizagem				
f) Alunos que revelam capacidades de aprendizagem				
g) Alunos que frequentam explicações particulares/centro de estudos				
h) Alunos que têm um bom comportamento nas aulas				
i) Alunos sem retenções no seu percurso escolar				
j) Alunos integrados numa família financeiramente estável				
k) Alunos que demonstram saber bem o que querem no seu futuro				
l) Alunos que demonstram gosto pelo curso que frequentam				
m) Alunos que estão ao corrente das notícias diárias, nacionais e internacionais, com compreensão das mesmas				

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo III



O meu nome é Sara Lopes e sou docente no Agrupamento de Escolas de Estarreja. Venho, por este meio, solicitar a sua colaboração, autorizando que o seu educando participe num estudo, de forma anónima, com o preenchimento de um inquérito por questionário de cerca de 10 minutos. Agradeço igualmente que o(a) senhor(a) se disponha a preencher um outro inquérito por questionário, dirigido aos Encarregados de Educação, também de forma anónima, que a seguir se anexa. Note-se que o nome do Agrupamento não será divulgado e os participantes do estudo não serão identificados em momento algum.

Este estudo vem no âmbito do Mestrado em Educação e Formação – Ramo de Especialização em Administração e Políticas Educativas, da Universidade de Aveiro, subordinado ao tema “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.” Tem como objetivo principal conhecer e compreender as razões subjacentes às “escolhas” do curso feitas pelos alunos e suas famílias, na transição do 9º para o 10º ano de escolaridade, no contexto do Agrupamento de Escolas.

A sua ajuda é de extrema importância, pelo que, desde já a agradeço.

Com os melhores cumprimentos,

(Sara Cristina Rodrigues Teixeira Lopes)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, declaro que tenho conhecimento do estudo a realizar por Sara Lopes e que:

- a) Autorizo ☐ Não autorizo ☐ o(a) meu/minha educando(a) _____, do 10º ano, turma ____, a participar no estudo anteriormente descrito, no âmbito da elaboração da Dissertação sobre “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”
- b) Me disponibilizo ☐ Não me disponibilizo ☐ para participar neste estudo, preenchendo o questionário aos Encarregados de Educação que se encontra em anexo.

O (a) Encarregado(a) de Educação: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV

UNIVERSIDADE DE AVEIRO MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS GUIÃO DE ENTREVISTA 1

Esta entrevista insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

As respostas obtidas serão registadas por escrito, sendo utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Entrevistado: Diretor do Agrupamento

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Local: Gabinete do Diretor

Dia e Hora: A definir com o entrevistado.

Determinação dos momentos da entrevista	Objetivos específicos	Formulação de questões	Observações
1º momento CONTEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	- Legitimar a entrevista. - Motivar o entrevistado.	1. Informar, de forma breve, sobre os objetivos do trabalho de investigação. 2. Solicitar ao entrevistado colaboração dado que o seu contributo é imprescindível na realização da investigação. 3. Garantir a confidencialidade. 4. Solicitar autorização para registar, por escrito, a entrevista.	Tempo médio: 5 minutos
2º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º	- Averiguar o papel/influência que as famílias têm no processo de decisão dos	1. Como avalia a intervenção das famílias no processo de transição dos alunos que terminam o ensino básico e ingressam no secundário?	Tempo médio: 10 minutos

ANO – FAMÍLIA	alunos;		
3º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ESCOLA	<ul style="list-style-type: none"> - Descrever a evolução da oferta formativa da escola/agrupamento, ao nível do ensino secundário; - Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos; 	1. Como tem evoluído o número de alunos a frequentar o ensino secundário, neste agrupamento? 2. Como tem evoluído a oferta formativa para o ensino secundário, neste agrupamento? 3. Quais são os fatores tidos em conta pelo agrupamento para a definição dos cursos do ensino secundário oferecidos? 4. Como é que o Agrupamento se organiza para a divulgação da oferta educativa do ensino secundário?	Tempo médio: 15 minutos
4º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – MEIO SOCIAL- GEOGRÁFICO ENVOLVENTE E ORIGENS SOCIO- ECONÓMICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas e percursos académicos anteriores distintos; 	1. Na sua opinião, quais os fatores <u>mais</u> tidos em conta pelos alunos na escolha dos cursos do ensino secundário? 2. Considera que a localização geográfica do concelho tem influência nestas escolhas? E a existência de indústria? 3. E a proveniência socio-cultural e económica dos alunos? 4. Considera que a escolha dos cursos do secundário feita pelos alunos é, de alguma forma, feita em função do desempenho escolar dos alunos durante o 3º ciclo?	Tempo médio: 15 minutos
5º momento CURSOS PROFISSIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos; - Compreender as razões que levam os alunos a escolher os cursos profissionais no ensino secundário. 	1. A oferta de cursos profissionais tem aumentado nestes últimos anos. Este facto constitui certamente um objetivo do agrupamento. Porquê? 2. Como explica o aumento dos alunos a escolher os cursos profissionais no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento? 3. Há alunos a sair do 9º ano e a procurar escolas profissionais privadas nas cidades próximas? Como analisa essa situação?	Tempo médio: 15 minutos

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS
GUIÃO DE ENTREVISTA 2

Esta entrevista insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

As respostas obtidas serão registadas por escrito, sendo utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Entrevistado: Coordenador dos Diretores de Turma do Ensino Básico

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Local: Gabinete de trabalho dos Diretores de Turma

Dia e Hora: A definir com o entrevistado.

Determinação dos secções da entrevista	Objetivos específicos	Formulação de questões	Observações
1º momento CONTEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	<ul style="list-style-type: none"> - Legitimar a entrevista. - Motivar o entrevistado. 	1. Informar, de forma breve, sobre os objetivos do trabalho de investigação. 2. Solicitar ao entrevistado colaboração dado que o seu contributo é imprescindível na realização da investigação. 3. Garantir a confidencialidade. 4. Solicitar autorização para registar, por escrito, a entrevista.	Tempo médio: 5 minutos
2º momento PAPEL DO COORDENADOR DE DT NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL.	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a influência que os Diretores de Turma e outros professores exercem nas escolhas dos alunos. 	1. Quais as suas funções como Coordenador dos Diretores de Turma? 2. Qual a sua intervenção na orientação vocacional dos alunos que transitam do 9º ano para o ensino secundário?	Tempo médio: 10 minutos

		3. Os Diretores de Turma e outros professores têm indicações para proceder a esta orientação? Se sim, na sua opinião, que influência têm?	
3º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO - ESCOLA E MEIO SOCIO-GEOGRÁFICO ENVOLVENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos; - Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas e percursos académicos anteriores distintos; 	1.No final do 9º ano de escolaridade, observa que os alunos já têm as suas preferências para o ensino secundário definidas ou, pelo contrário, estão indecisos? 2. Como é que o Agrupamento se organiza para a divulgação da oferta educativa do ensino secundário? 3. Na sua opinião, quais os fatores <u>mais</u> tidos em conta pelos alunos na escolha dos cursos do ensino secundário? 4. Considera que a escolha dos cursos do secundário feita pelos alunos é, de alguma forma, feita em função do desempenho escolar dos alunos durante o 3º ciclo? 5.Considera que a localização geográfica do concelho tem influência nestas escolhas? E a existência de indústria?	Tempo médio: 15 minutos
4º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO - FAMÍLIA E ORIGENS SOCIO-ECONÓMICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Averiguar o papel/influência que as famílias têm no processo de decisão dos alunos; 	1.Parece-lhe que as famílias têm muita influência nas escolhas dos alunos? 2.E a proveniência socio-cultural e económica dos alunos? 3.Relativamente ao peso das questões socioeconómicas, considera que os alunos têm consciência dele nas suas escolhas?	Tempo médio: 10 minutos
5º momento CURSOS PROFISSIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos, designadamente pelos cursos profissionais; - Compreender as razões que levam os alunos a escolher os cursos profissionais no ensino secundário. 	1.A oferta de cursos profissionais tem aumentado nestes últimos anos. Este facto constitui um objetivo do agrupamento? Porquê? 2.Como explica o aumento dos alunos a escolher os cursos profissionais no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento? 3.Há alunos a sair do 9º ano e a procurar escolas	Tempo médio: 15 minutos

		profissionais privadas nas cidades próximas? Como analisa essa situação?	
--	--	---	--

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS EDUCATIVAS
GUIÃO DE ENTREVISTA 3

Esta entrevista insere-se num estudo acerca dos percursos de ensino existentes no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento, bem como os fatores subjacentes às suas escolhas, por parte dos alunos. Este estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Educação e Formação – Administração e Políticas Educativas, na Universidade de Aveiro.

As respostas obtidas serão registadas por escrito, sendo utilizadas apenas para fins de investigação e igualmente tratadas de forma confidencial. O Agrupamento de Escolas não será identificado.

Tema: “A diferenciação dos percursos escolares no 10º ano de escolaridade. Um estudo de caso.”

Entrevistado: Psicóloga Escolar

Objetivo geral: Conhecer e compreender os diversos fatores subjacentes às "escolhas" do curso feitas pelos alunos e suas famílias, no contexto do Agrupamento.

Local: Gabinete de Psicologia

Dia e Hora: A definir com a entrevistada.

Determinação dos momentos da entrevista	Objetivos específicos	Formulação de questões	Observações
1º momento CONTEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	<ul style="list-style-type: none"> - Legitimar a entrevista. - Motivar a entrevistada. 	1. Informar, de forma breve, sobre os objetivos do trabalho de investigação. 2. Solicitar ao entrevistado colaboração dado que o seu contributo é imprescindível na realização da investigação. 3. Garantir a confidencialidade. 4. Solicitar autorização para registar, por escrito, a entrevista.	Tempo médio: 5 minutos
2º momento PAPEL DA PSICÓLOGA ESCOLAR NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL	- Conhecer o papel da psicóloga escolar na orientação vocacional dos alunos em transição para o ensino secundário.	1. Sucintamente, descreva a sua atividade como psicóloga neste Agrupamento. 2. Em relação à orientação vocacional dos alunos em transição do ensino básico para o ensino secundário, qual é o seu papel como	Tempo médio: 5 minutos

		psicóloga?	
3º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ORIENTAÇÃO VOCACIONAL	- Averiguar o papel/influência que a psicóloga escolar tem no processo de decisão dos alunos;	1. Que importância dá à orientação vocacional nos alunos que transitam do 9º ano para o ensino secundário? 2. Os alunos solicitam muito a psicóloga para esta função? 3. Que atividades são desenvolvidas neste âmbito? 3. Aquando das atividades desenvolvidas na orientação vocacional, observa que os alunos já têm as suas preferências definidas ou, pelo contrário, estão indecisos?	Tempo médio: 10 minutos
4º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – FAMÍLIA	- Averiguar o papel/influência que as famílias têm no processo de decisão dos alunos;	1. Como avalia a intervenção das famílias no processo de transição dos alunos que terminam o ensino básico e ingressam no secundário? 2. Parece-lhe que as famílias têm muita influência nas escolhas dos alunos?	Tempo médio: 5 minutos
5º momento PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ESCOLA, ORIGENS SOCIO- ECONÓMICAS E MEIO SOCIAL-GEOGRÁFICO ENVOLVENTE	- Identificar as razões subjacentes às escolhas de curso no 10º ano (via do ensino profissional ou na via dos cursos científico-humanísticos); - Aferir se os alunos que frequentam estes percursos diferenciados apresentam origens socioeconómicas e percursos académicos anteriores distintos;	1. Na sua opinião, quais os fatores <u>mais</u> tidos em conta pelos alunos na escolha dos cursos do ensino secundário? 2. Considera que a localização geográfica do concelho tem influência nestas escolhas? E a existência de indústria? 3. E a proveniência socio-cultural e económica dos alunos? 4. Qual o grau de influência que tem o percurso escolar dos alunos? 5. E relativamente ao peso das questões socioeconómicas, considera que os alunos têm consciência dele nas suas escolhas?	Tempo médio: 15 minutos
6º momento CURSOS PROFISSIONAIS	- Averiguar o papel/influência que a escola tem no processo de decisão dos alunos; - Compreender as razões que levam os	1. A oferta de cursos profissionais tem aumentado nestes últimos anos. Este facto constitui um objetivo do agrupamento? Porquê? 2. Como explica o aumento dos alunos a	Tempo médio: 10 minutos

	alunos a escolher os cursos profissionais no ensino secundário.	escolher os cursos profissionais no 10º ano de escolaridade, neste agrupamento? 3.Há alunos a sair do 9º ano e a procurar escolas profissionais privadas nas cidades próximas? Como analisa essa situação?	
--	---	--	--

Anexo V

Grelhas de análise de conteúdo

Entrevistado A – Diretor do Agrupamento

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – FAMÍLIA

Categorias	Unidade textual
A família também é escola	“Quando falamos de escola não podemos esquecer evidentemente do papel das famílias, em boa verdade, dos pais, porque nós temos tendência a falar da escola de modo, às vezes, menos assertivo. Um exercício muito simples é perceber quando os pais dizem “Eu vou mudar o meu filho de escola”, de que escola estão a falar? Estão desde logo, parece-me a mim, a desvincular-se dessa realidade a que chamam escola. “Eu vou mudar o meu filho de escola”, esquecem-se que levam a escola que são para a outra escola, porque eles também são escola.” (...)
As famílias têm papéis diferenciados, consoante a relação que tiveram ou têm com a escola	“Hoje, não obstante todo o desenvolvimento que tivemos da nossa sociedade, toda a massificação da escola, todas as condições criadas pela Lei de Bases de garantir obrigatoriedade até à frequência e agora até ao 12º ano, universalidade, e, no que podemos chamar a observância da igualdade de oportunidades, evidentemente que a sociedade ainda é muito diferenciada, se assim se pode dizer, e portanto, dependendo do contexto sociocultural, nós temos papéis diferenciados.” (...) “No caso dos pais que viveram, enquanto jovens, uma relação muito próxima com a escola e que alicerçaram o seu percurso de vida no conhecimento académico que beberam na escola, evidentemente que nós percebemos um papel muito ativo. Nós sabemos, isto é o senso comum, há uma preocupação, há uma valorização da escola, há uma consciência clara de que o caminho e o percurso que desejam para os filhos se alicerça naquilo que a escola lhes pode fornecer.” (...) “Depois, à medida que vamos observando o papel dos pais das famílias com contextos que podem ser enquadrados em contextos socioculturais com uma menor relação com a escola, do percurso que os pais fazem, vamos tendo, em regra, vamos observando situações onde o compromisso é menor, onde, ou a decisão é muitas vezes arbitrária, sem grande preocupação de perceber qual o melhor veículo.”
As famílias valorizam da escola e preocupam-se com o percurso escolar dos seus educandos	“O agrupamento, não obstante existir um outro no concelho, só até ao 3º ciclo, o nosso lugar é único. Sendo único, congrega o universo e hoje nós temos em cada município, dos 308, toda a realidade espelhada. Portanto, o agrupamento confronta-se com a realidade que potencia uma valorização da escola mais capaz e aquela que reduz totalmente a proporção hoje, evidentemente, tende a ser enviesada, sendo mais vigente a situação de valorização da escola.

	Em boa verdade, assim é. A maioria dos alunos integrados nas 150 turmas da escola, quando tomado todo o agrupamento, e os pais, têm elevadas expectativas e valorizam a escola. Há uma percentagem menor de todas as outras situações de valorização insipiente. A regra nessa fase do 9º ano, a moda ainda é, hoje, valorizar a escola. Mas a percentagem de alunos e pais que desvalorizam a escola é alarmante e preocupante, não é negligenciável.”
As famílias envolvem-se no processo de escolha	“Quando as famílias valorizam a escola, portanto estão em universos socioculturais pelo conhecimento e a cultura e a apropriação estética do dia a dia é relevante, têm um papel muito determinado na orientação escolar e vocacional dos filhos. Quando não valorizam tanto, pois evidentemente encontram alternativas até, que muitas vezes, são alternativas que são quase sentidos únicos, porquanto precisam muitas vezes, os alunos, de encontrar rapidamente uma forma de se emanciparem e de conseguirem alguma comodidade que as famílias não lhes conseguem garantir.”

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ESCOLA

Categorias	Unidade textual
O aumento dos alunos a escolher cursos profissionais deve-se ao aumento da escolaridade obrigatória	“Ora bem, nós temos desde 2009, com a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, sendo incrementada de modo faseado, o ensino secundário tem acompanhando a tendência que a escolaridade obrigatória determinou. Portanto, do universo de alunos que estudam na escola, entre os 15 e os 18 anos, no passado, até 2012, onde nós tivemos a escolaridade transversal e obrigatória, muitos dos alunos com estas idades não estariam na escola e hoje estão. Houve então uma evolução positiva nesta idade. Porquê? Porque todos os alunos em idade de frequência no ensino secundário, em condições normais, entre os 15 e os 18 anos, estão na escola. No passado tínhamos apenas uma percentagem, aqueles que queriam dar continuidade. Hoje temos todos, aqueles que querem e aqueles que não querem. A evolução tem sido positiva, o número de alunos tem vindo a crescer e agora tende a estabilizar e, depois, por razões demográficas, como tem acontecido em todo o lado, tem vindo a diminuir. Nós vamos começar a sofrer no secundário os resultados da evolução demográfica do final do século XX e do início do XXI.” (...)
A oferta formativa do Agrupamento é muito diversificada	“Qual a minha convicção, volvidos estes anos de materialização da escolaridade obrigatória? É de que ela não foi acompanhada, lá está, da mudança de paradigma da sociedade, de tudo o que nós acrescentamos, anos, à escolaridade obrigatória, sem termos preparado a sociedade para essa exigência. Isto é, os alunos entre os 15 e 18 estão na escola, mas nos últimos anos não foi feita coisa diversa que não fosse dizer tem que estar.” (...) “A oferta neste agrupamento é das mais latas, temos privilégio de estar a fazer, a trabalhar, a entrevistar o colega que está diretor de um agrupamento onde trabalhamos que é, a nível nacional, quer do

	<p>continente quer das ilhas, o agrupamento de escolas, a escola secundária como escola sede, que mais lata a oferta formativa proporciona aos alunos.” (...)</p> <p>“A evolução tem sido no sentido de, tanto quanto possível, adaptar a oferta às necessidades do tecido empresarial, industrial e comercial da região, de respostas que tenham depois taxas de empregabilidade elevadas, respostas e cursos que permitam a quem os frequenta e termine alicerçar no certificado um rumo e portanto essa tem sido a evolução, agora com corresponsabilização do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e evidentemente das autarquias, ligadas nas comunidades intermunicipais e portanto diremos que temos o trabalho, a educação e os municípios envolvidos. Portanto, escola, município, planta municipal, família, todos, e empresas.”</p>
<p>A divulgação da oferta educativa do ensino secundário faz-se por meios comuns, como os SPO, os Diretores de Turma, a página da Internet, acrescida da realização de uma Feira da Juventude anual</p>	<p>“Evidentemente que a oferta, nós divulgamos normalmente pelos meios que são os comuns: temos o Serviço de Psicologia e Orientação, que trabalha com todos os alunos que do 9º transitam para o secundário, temos o Conselho Pedagógico que congrega o Coordenador dos Diretores de Turma e que, através dessa estrutura, os Conselhos de Turma desenvolvem na relação que estabelecem depois com o interlocutor, o Diretor de turma com as famílias, uma orientação no sentido de disponibilizar as várias possibilidades e também, para além do nosso sítio na Web, vamos ter proximamente a Feira da Juventude, dirigida a todos os alunos do Concelho, quer do agrupamento quer de arredores, divulgar a oferta com ações dadas pelos professores e pelos alunos que frequentam os diferentes cursos que vão ser propostos no próximo ano.”</p>

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – MEIO SOCIAL-GEOGRÁFICO ENVOLVENTE E ORIGENS SOCIO-ECONÓMICAS

Categorias	Unidade textual
<p>Prosseguimento de estudos, no caso dos CCH</p>	<p>“No âmbito dos Científico-humanísticos, a relação entre a opção do secundário e o curso no superior que pretendem cursar. Na área da saúde, como exemplo mais comuns, as ciências e tecnologias é evidentemente a seleção, porquanto o que se pretende posteriormente no ensino superior será um curso relacionado com a saúde. Curso científico-humanísticos, prosseguimento de estudos, razão 1ª a formação académica superior. Aquele que for o veículo para o ingresso nessa vontade é a opção.” (...)</p> <p>“Há também nos científico-humanísticos aquilo que é a predisposição inata, se assim se pode dizer, entenda que tem predisposição para as artes, que escolha artes depois não percebendo muito bem ainda aquilo que vai cursar depois, percebe que é aquilo que é inato, mas que também tem, evidentemente, uma formação superior correlacionada.”</p>
<p>Cumprimento da escolaridade obrigatória e, alguns, a inserção rápida no</p>	<p>“No profissional, não é tanto assim. É, fundamentalmente, em alguns casos, a alternativa que parece concretizar mais rapidamente o cumprimento da escolaridade obrigatória com menor custo</p>

mercado de trabalho, no caso dos CP	<p>possível, de modo tão facilitado quanto possível e que permita também, em alguns casos, normalmente nas áreas mais profissionalizantes, a mecânica fundamentalmente, e a gestão também e a informática, que permitam o ingresso no mercado de trabalho nessas áreas.” (...)</p> <p>“Temos agora Cozinha e pastelaria, onde há muita vontade de escolher um curso que depois leve à profissão correlacionada com a hotelaria e com a cozinha.” (...)</p> <p>“Depois os outros cursos, como o apoio psicossocial, como temos tido, a fotografia, o marketing, o turismo, não deixando de haver alguma apetência, de facto é aquela opção última que, enfim, subtraídas todas as outras, resta e já não existe uma intenção, é uma obrigação. Tenho que escolher alguma coisa, não quero estudar, mecânica também não, eletrónica também não, escolho este. Portanto, temos tudo: formação académica superior, mercado de trabalho e, enfim, alternativa última para cumprir uma obrigação.”</p>
A localização geográfica do concelho não tem muita influência nas escolhas dos percursos do ensino secundário	<p>“Infelizmente não faz grande diferença. Ainda está tudo por fazer, não obstante este agrupamento em concreto estabelecer centenas de protocolos com o universo das empresas. Temos centenas de alunos a realizar práticas de trabalho, vulgo estágios, em dezenas de empresas e, portanto, as oportunidades e as empresas que temos no concelho dão uma resposta à formação que a escola vai materializando, mas não tem influência substantiva na seleção. Evidentemente que a oferta é condicionada pelo tecido que temos, mas a escolha dos alunos não tem tanto a ver com esta oferta. É indireta, uma influência na decisão de modo indireto, mas os alunos não pensam nisso. Até porque hoje as empresas que temos subcontratam, têm estruturas de recursos humanos que têm evoluído num sentido que há um núcleo duro dirigente e depois há contratação à peça para o serviço que é necessário.”</p>
A proveniência sociocultural e económica dos alunos tem influência nas escolhas dos alunos	<p>“Claramente.” (...)</p> <p>“Quem valoriza mais a escola, que é uma faixa da sociedade que vê escola com um papel fundamental na educação e orientação vocacional dos filhos; quem valoriza menos negligencia mais e tem menos condições para o fazer. E, à imagem do que acontecia no passado, hoje a realidade com que nos confrontamos é esta, sendo certo que a percentagem de quem valoriza a escola é superior à de quem não valoriza.”</p>
O desempenho escolar tem influência nas escolhas dos alunos.	<p>“Claramente.” (...)</p> <p>“Nós não fomos capazes de conceber um currículo organizado no tempo da escolaridade obrigatória, 12 anos, que fosse capaz de garantir a igualdade no acesso e no sucesso, em percentagem de alunos aceitável no sistema. Portanto, a grande maioria, e as médias traduzem isto, a regra é a ausência do conhecimento. A diferença entre os que sabem muito e os que sabem pouco é abissal.”</p>

CURSOS PROFISSIONAIS

Categorias	Unidade textual
<p>A oferta educativa tem aumentado para atender aos recursos humanos disponíveis, para encontrar resposta a tantos alunos diferentes e pela vontade de diversificar cada vez mais</p>	<p>“O objetivo do agrupamento é promover o sucesso e promover o desenvolvimento de cidadãos capazes de serem felizes e catalizadores também do desenvolvimento do país, isto é, é com verdade e justiça, poder dizer que todos os recursos que são alocados ao ensino configuram e traduzem o conceito económico de investimento. Esse é o objetivo – investir na educação.” (...)</p> <p>“Salvaguardado esse princípio, o que a escola tenta é encontrar respostas que sejam capazes de se adequar às necessidades que a comunidade sente e nós percecionamos, garantindo também uma adequação das nossas respostas e da capacidade persuasiva dos alunos a escolherem o agrupamento que seja adequada ao <i>know how</i> instalado e aos recursos humanos que fazem parte daquilo a que se chama quadro do agrupamento.” (...)</p> <p>“A primeira razão é garantir a assunção justa do termo investimento ao trabalho que desenvolvemos, a segunda é encontrar respostas adequadas às solicitações da comunidade, uma terceira dimensão é ajustar também a oferta à capacidade instalada, o que é normal também do agrupamento.”(...)</p> <p>“Mas a evolução tem sido no sentido de, tanto quanto possível, adaptar a oferta às necessidades do tecido empresarial, industrial e comercial da região, de respostas que tenham depois taxas de empregabilidade elevadas, respostas e cursos que permitam a quem os frequenta e termine alicerçar no certificado um rumo e portanto essa tem sido a evolução, agora com corresponsabilização do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e evidentemente das autarquias, ligadas nas comunidades intermunicipais e portanto diremos que temos o trabalho, a educação e os municípios envolvidos. Portanto, escola, município, planta municipal, família, todos, e empresas.”</p>
<p>O aumento dos alunos a escolher os CP deve-se ao aumento da escolaridade obrigatória</p>	<p>“A tendência é que tem sido, e isto também é um objetivo do governo, em Portugal (os outros países já há muito fazem isto) nós importámos algumas ideias como o ensino dual, que depois acabam por não se materializar em nada, mas a evolução tem sido no sentido, em Portugal, de haver paridade entre os alunos que frequentam áreas que levam ao prosseguimento de estudos e os outros que permitem a integração no trabalho com formação secundária e outra com formação pós-secundária, enfim, de curta duração ou de menor duração.” (...)</p> <p>“Os alunos nos ensino secundário têm vindo a aumentar; o número agora estabiliza, depois vai haver redução que a demografia assim determinou. As ofertas formativas, que têm a ver com o prosseguimento de estudos, tendem a ter paridade com as ofertas para o ensino profissional e o mercado de trabalho tanto mais rápido quanto possível, portanto, logo terminado o ensino secundário, e a escola, enfim, tem-se adaptado.” (...)</p> <p>“No profissional, não é tanto assim, é fundamentalmente em alguns casos a alternativa que parece concretizar mais rapidamente o cumprimento da escolaridade obrigatória com menor custo</p>

	possível.”
O número de alunos a procurar escolas profissionais privadas é cada vez menor	<p>“Há sempre, não é. Nós temos um problema que o sistema não conseguiu resolver. Não é só nos cursos profissionais, também. Nós à imagem do que acontece em todas as dimensões da vida das pessoas em sociedade, temos para o mesmo fim um leque de alternativas variado. Depois a opção é nossa.” (...)</p> <p>“Alguns alunos acabam por voltar, porque, não obstante nós às vezes procuramos uma realidade que depois percebemos que não dá a melhor resposta. Os alunos que queiram trabalhar de acordo com o seu dever, encontram no agrupamento todas as respostas.”</p>

Entrevistado B – Coordenador dos Diretores de Turma do ensino básico

PAPEL DO COORDENADOR DE DIRETORES DE TURMA NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Categorias	Unidade textual
A função principal do Coordenador dos Diretores de Turma é funcionar como um transmissor de informações	“Vejo-me principalmente como sendo alguém que é uma correia de transmissão, mas normalmente essas correias de transmissão costumam ser unidirecionais, eu pelo menos tento que as coisas sejam nas duas direções, ou seja, que os vários Diretores de Turma realmente tenham a sua voz no Conselho Pedagógico, independentemente da minha, e às vezes as coisas não funcionam tanto assim. E depois ao contrário, há evidentemente diretrizes que têm que ser emanadas e o objetivo é que elas sejam aplicadas de forma mais ou menos uniforme.”
Não há intervenção direta do Coordenador dos DTs na orientação vocacional dos alunos do 9º ano	“Nenhuma, porque a orientação vocacional está basicamente está deixada a cargo da psicóloga dos serviços de psicologia e orientação. É evidente que como Diretor de turma, não como coordenador, uma pessoa tenta, porque normalmente há uma vantagem: de uma forma geral, os diretores de turma que pegam numa turma do 7º ano continuam com ela até ao 9º, só em casos muito excecionais é que não a levam até ao final do ciclo. Em três anos a gente conhece tanto os filhos como os pais e eu falo por mim, uma pessoa apercebe-se daquilo que os miúdos, em princípio, gostariam de fazer e são capazes e pode dar algumas indicações e trocar algumas impressões com os pais, sendo que às vezes alguns pais aceitam melhor outros aceitam pior.”
A divulgação da oferta educativa do ensino secundário faz-se por meios comuns, com os SPO, os Diretores de Turma, a página da Internet, acrescidos da realização de uma Feira da Juventude Anual	“Não, normalmente a ideia é: nós começamos logo com ações no 7º ano, na base da psicologia e orientação, logo a partir do 7º ano. Eles são familiarizados, claro, um bocadinho pela rama, daquilo que poderão fazer quando chegarem ao fim do 9º ano. Quando chegam ao 8º ano, voltam a ser sensibilizados para isso. Normalmente no 7º ano há uma sessão para as turmas todas, no 8º ano normalmente há duas sessões e no 9º ano há mais. E depois quando se coloca agora a Feira da Juventude, a ideia agora é também aproveitar a Feira da Juventude. Mas até aí eles já tiveram várias sessões.”

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO - ESCOLA E MEIO SOCIO-GEOGRÁFICO ENVOLVENTE

Categorias	Unidade textual
No final do 9º ano, os alunos cujas famílias são mais presentes já estão decididos quanto ao percurso escolar a escolher no ensino secundário	“Eu acho que há, eu acho que são mais os que já têm definidas as referências, não quer dizer que estejam bem definidos, mas uma boa parte deles têm ideias já definidas. Normalmente são aqueles cujo ambiente familiar é mais elevado, o nível de escolaridade de casa é mais elevado, independentemente de onde estão direcionados, estão mais decididos. Não quer dizer que estejam bem ou mal, mas estão mais decididos.”

Os Serviços de Psicologia e Orientação são os grandes responsáveis pela divulgação da oferta formativa no Agrupamento	<p>“É basicamente a psicóloga dos SPO. Claro que depois com uma série de outras coisas, como a Feira, que é também coordenada pela psicóloga, em conjugação com o coordenador dos cursos profissionais e também um bocadinho com a coordenadora dos dts do secundário.” (...)</p> <p>“A nível do profissional exatamente porque há uma grande oferta do profissional. Porque a ideia é fazer um bocado a propaganda das várias áreas que existem. Os científico-humanísticos também estão metidos ao barulho.”</p>
<p>Prosseguimento de estudos, no caso dos CCH</p> <p>Cumprimento da escolaridade obrigatória e, alguns, a inserção rápida no mercado de trabalho</p> <p>Interesses e aptidões académicas</p>	<p>“Ora bem, vamos dividir em duas partes: aqueles que têm uma opinião formada por eles ou por influência de casa, eu penso que os fatores principais têm a ver com o conhecimento e com a comparação com aqueles com quem lidam. Isto acontece mais naqueles cujos pais têm um nível de escolaridade mais elevada. Aqueles cujos pais têm um nível de escolaridade mais baixo, penso eu, estão muito menos esclarecidos, menos motivados e provavelmente são os que irão menos para cursos científico-humanísticos.” (...)</p> <p>“Há muitos casos que escolhem os cursos profissionais na última da hora, e completamente à balda. Há exceções que sabem bem, com antecedência, o curso profissional que querem, por ex. a metalomecânica, mas isso são casos.” (...)</p> <p>“E depois há o tal problema da matemática, não é? Nos profissionais eles não têm fuga à matemática, que não é assim tão diferente. O problema ali, no caso dos profissionais, há vários tipos de matemática, dependendo dos cursos. Agora o grau de profundidade com que se dá aquilo, vamos ser sinceros é raso. Em teoria nós devíamos dar o mesmo nível aos profissionais que damos aos outros, agora que sabemos que se fizermos isso a desgraça é total.”</p>
O desempenho escolar tem influência nas escolhas dos alunos. Há outros fatores e algumas exceções.	<p>“É, na maior parte dos casos. Nos bons alunos, essa questão não se coloca. Mas nos alunos menos bons e nos maus, essa é determinante. Um aluno fraco que acabe o 9º ano e que vá para o 10º ano, se porventura é um aluno que não tenha preparação de base, vai para um científico-humanístico, normalmente o que acontece é que, por exemplo, se for para um de Ciências, ao fim do 1º período está a mudar para Humanidades, ou a tentar fazê-lo, e se for um bocado mais consciente, está a tentar mudar para um profissional.” (...)</p> <p>“Os alunos melhores, digamos assim, não, porque já têm uma coisa pré-definida. Haverá casos pontuais de bons alunos que vão para o profissional, nomeadamente os de informática, um ou outro de mecânica, mas lá está são exceções.” (...)</p> <p>“Pois no caso das Humanidades, há muitos que as escolhem para fugir à matemática.”</p>
A localização geográfica do concelho não tem influência nas escolhas dos alunos	<p>“Ter tem, já teve mais. Os cursos que estão a funcionar este ano, no 10º ano, tirando um caso, foram cursos que vieram por sugestão da Câmara Municipal que, por sua vez, foi por sugestão da Sema, dos empresários, e o objetivo foi exatamente responder às necessidades</p>

	que eles detetaram. Se a coisa vai correr bem ou mal, não sabemos e faz sentido. Se bem que também faria sentido fazer mais qualquer coisa e foi por isso que se respeitou na íntegra aquilo, mas pôs-se mais qualquer coisinha, porque se achou que só aquilo era capaz de ser pouco.”
--	---

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO - FAMÍLIA E ORIGENS SOCIO-ECONÓMICAS

Categorias	Unidade textual
<p>As famílias envolvem-se no processo de escolha</p> <p>Nem sempre as expetativas dos pais coincidem com os desejos dos filhos</p>	<p>“As famílias também têm influência nos profissionais. Têm nos dois sentidos, quer no sentido de ir para lá, quer no sentido de não ir para lá. O que acontece em muitos casos é que, quer na parte da orientação da psicóloga, quer na parte das conversas que nós temos com os EE, a dar-lhes sugestões para que o filho vá numa determinada direção, há resistência dos pais, que querem que seja doutor, seja engenheiro, sendo que o miúdo não só não está preparado para isso, como ele próprio não quer.”(...)</p> <p>“Mas não é caso único, sei que há mais casos destes, até a nível, por exemplo, do curso de economia. Também há lá casos em que os alunos estão lá empurrados pelos pais. Não estamos a falar de cursos profissionais, estamos a falar de alunos que foram metidos em cursos científico-humanísticos e queriam eles ir para um curso profissional, mas os pais não quiseram. A ideia é que se eles foram para aquilo podem-se elevar de alguma maneira, não interessa o que está para ali; é um modo de ascensão social.”(...)</p> <p>“É basicamente a representação social que se faz do curso e da profissão. As pessoas não olham para o resto.”</p>
A proveniência sociocultural e económica dos alunos tem influência nas escolhas dos alunos	<p>“Tem principalmente nos profissionais, porque há uma boa parte daquilo que é paga. Eles recebem as deslocações, têm subsídios para deslocações, têm subsídios para almoço” (...)</p> <p>“Portanto há casos, dá-me ideia que há bastantes casos em que muitos alunos vão para o profissional, não necessariamente, portanto eles têm que estar na escola, e já que estão na escola se puderem estar de forma mais barata, tanto melhor.”</p>
Os alunos não têm consciência do peso das questões socioeconómicas nas suas escolhas	“Alguns terão, mas a maior parte acho que não. Eu penso que eles não têm grande consciência da maior parte das coisas que acontecem à sua volta e essa é mais uma.”
A oferta educativa tem aumentado para atender aos recursos humanos disponíveis, para encontrar resposta a tantos alunos diferentes e pela vontade de diversificar cada vez mais	<p>“Não sei, não diria que seja um objetivo, não classificaria como um objetivo. Esta é uma escola concelhia, não há mais nenhuma escola secundária aqui, isto absorve tudo o que é secundário e portanto é natural.”(...)</p> <p>“O objetivo é responder. A diversidade, o maior número de cursos tem um bocado a ver com, primeiro com as necessidades que eles sentem aqui no concelho, para responder ao local, e depois porque há um número de alunos muito grande, porque isto é concelhio. Vamos buscar gente a todo o lado, e tenta-se, nalguns casos, que haja aqui coisas que não há noutros lados.”(...)</p>

	<p>“Há muitos alunos de fora do concelho que vêm para cá, por causa dos cursos.”</p>
<p>O aumento dos alunos a frequentar o ensino profissional no Agrupamento tem muito que ver com a procura do que é mais fácil por parte dos alunos</p>	<p>“Tem a ver com a quantidade de alunos que existem e com a quantidade de cursos e também porque eles tendem a fugir dos cursos regulares.”(...)</p> <p>“penso que o nível dos alunos de ano para ano, a nível do 3º ciclo, não são as competências nem as capacidades deles, mas aquilo que lhe está a ser testado, estou a medir aquilo que eles me estão a dar, o feedback deles, de ano para ano, vai piorando. (...) Eu tenho que me adaptar aos alunos que tenho, tenho que descer ao nível deles com o objetivo de os puxar. Essa é a minha lógica. A chatice é quando eu tento puxar, e eles não vêm, e eu vou ficando por lá.” (...)</p> <p>“Quando eles chegam ao 9º ano, em termos de preparação para um 10º, a noção que se tem que é mais fácil um curso profissional, também os encarrega um bocado a ir para ali. Tudo puxa, a lei do menor esforço. Eles falam. A vantagem e desvantagem de uma escola destas que vai do 7º ao 12º ano, para os que vêm aqui do 7º ano, eles falam, e os do 7º falam com os do 12º.”(...)</p> <p>“Nas pautas dos profissionais nunca aparecem notas negativas, é uma coisa muito engraçada, só aparecem as positivas.”(...)</p> <p>“Isso tudo também dá uma ideia de facilitismo, que já não é assim tanto, já foi mais, no profissional. Se eu não quero fazer grande coisa, para que me estou a chatear? Vou para o profissional. E se os pais também não ajudarem, porque também não ajudam, se não já teriam ajudado antes...”</p>
<p>O número de alunos a procurar para escolas profissionais privadas é cada vez menor</p>	<p>“Deve haver, mas não são muitos.” (...)</p> <p>“Eu a Epa nem falo, vão alguns alunos para lá e passado algum tempo voltam. Tem acontecido isso e não são tão poucos como isso.”(...)</p> <p>“Para mim essa não é uma escola, é uma empresa que fabrica diplomas, não fabrica profissionais disto ou daquilo.”(...)</p> <p>“Quem acha que as escolas profissionais privadas é que têm melhor qualidade, não se deve estar a referir a estas escolas profissionais que entretanto se fundaram. Hoje em dia não, já há alguns tempos a esta parte que sou altamente crítico da situação, porque acho que o modelo das escolas, com as devidas adaptações, industriais e comerciais, no fundo são as escolas profissionais é altamente válido. quem acabava aqueles cursos era um profissional daquilo, não tinham diploma, era mesmo um profissional. Não é estas coisas que entretanto foram aparecendo tipo cogumelos que são autênticas fábricas de diplomas.”</p>

Entrevistado C – Psicóloga escolar

PAPEL DA PSICÓLOGA ESCOLAR NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Categorias	Unidade textual
Os serviços de psicologia e orientação (SPO) são os grandes responsáveis pela divulgação da oferta formativa no agrupamento	“Há uma boa percentagem de tempo que é dedicada à orientação vocacional, junto dos alunos, não só dos anos de transição de ciclo e falo do 9º e do 12º ano, mas também já junto dos alunos do 8º ano. A minha preocupação é que, de cedo, eles comecem a perceber a importância da forma como estão na escola, no que toca às escolhas que vão ter que realizar nos anos de escolaridade seguintes, não é? Porque as escolhas pressupõem uma relação bastante equilibrada entre interesses, valores, mas também as aptidões académicas. E então, prepará-los de cedo, sensibilizá-los para a necessidade de fazerem o melhor no seu desempenho académico para que possam mais tarde viabilizar os seus projetos, para que não haja a tal dita incompatibilidade entre aquilo que gostava de ser e aquilo que eu sou enquanto aluno e consigo fazer.”
A divulgação da oferta formativa neste agrupamento tem influência nas escolhas dos alunos	<p>“Na verdade, é de orientadora, aqui com significado de estar com eles, desenvolver-lhes competências para a tomada de decisão, no fundo. E então desenvolve-se um programa de orientação vocacional, junto dos alunos do 9º ano que, no corrente ano letivo, foi estruturado do seguinte modo: foram feitas 5 sessões na turma, ocupando a área letiva da disciplina de Cidadania e Autonomia e nessas 5 sessões foram trabalhados aspetos, tais como a oferta formativa, a estrutura do sistema educativo português, características de cada curso, relação com procedimentos do superior e também falar-lhes um pouco sobre os passos a ter na tomada de decisão. A essa fase eu denomino a 1ª nível de orientação vocacional e depois parto para uma segunda etapa.”(...)</p> <p>“Essa segunda etapa é dedicada à exploração do auto-conhecimento, que é a peça fundamental em todo este processo, ou seja, levá-los a pensar sobre as pessoas que são, as suas características de personalidade, os seus interesses profissionais, os seus valores e as suas aptidões também, articulando depois também com a oferta formativa. São também alertados para a necessidade de irem conversando com a família, integrando a família nos seus projetos, já que a perspetiva da família é a entidade que os financia nos seus projetos...” (...)</p> <p>“A terceira fase de orientação vocacional já é uma fase muito mais personalizada, eu chamo aluno um a um para a concertação da opção, quero ouvi-lo relativamente aos argumentos que ele me apresenta para a sua escolha, porque aí é que vamos perceber qual o grau de maturidade.” (...)</p> <p>“Depois dessa entrevista, chamo também os encarregados de educação, um a um. Portanto o aluno conclui o processo comigo, faço um relatório síntese e apresento, na reunião com o encarregado de educação, todo o trabalho que o aluno desenvolveu e que, no fundo, sustenta, fundamenta a escolha que vai fazer. (...) Claro que enquanto psicóloga e no fundo de quem tentou perceber de que modo aquele aluno estava a construir a sua opção, eu também</p>

	naturalmente terei aqui uma palavra a dizer, do tipo se considero a escolha compatível ou não aos valores, interesses e aptidões que aquele aluno apresenta.”
--	---

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Categorias	Unidade textual
A divulgação da oferta formativa neste agrupamento tem influência nas escolhas dos alunos	“É muito importante, porque o sucesso do ensino secundário, não só, mas em parte, decorre de uma escolha assertiva. As escolhas conscientes necessitam deste trabalho prévio, de planificação com base nestes critérios que acabei há pouco de falar. E não só, tem a ver com o sucesso do ensino secundário, mas a ver também sobretudo com a felicidade dos alunos e com o bem estar da família, e com o equilíbrio geral, com o futuro deles. Sim, é crucial não só para a escola, mas para o desenvolvimento integral daqueles jovens.”
A divulgação da oferta formativa neste agrupamento tem influência nas escolhas dos alunos	“O facto de se inscreverem não quer dizer que estejam indecisos, alguns alunos inscrevem-se porque precisam de perceber se realmente o que construíram está adequado ou não, se esse projeto se adequa ou não. Outros vêm porque têm noção de que realmente sabem tão pouco e decidem vir às sessões. Outros porque estão realmente muito confusos, mas é uma boa percentagem.”
A divulgação da oferta formativa neste agrupamento tem influência nas escolhas dos alunos	“Há um misto muito grande e o que eu noto nos alunos, quando eles estão mal informados, é que tudo para eles parece tão simples, tão claro, eles conseguem dizer, “eu quero seguir aquela carreira”, mas quando se apresenta a multiplicidade de alternativas que existem, eles começam a ficar confusos e eu começo a ficar satisfeita. Porque é muito complicado fazer esta escola, é uma escolha que não é uma entre a alternativa A e a alternativa B. O que muitas vezes, se torna mais fácil, é uma multiplicidade de ofertas com características muito distintas e com grandes repercussões em termos de futuro e, portanto, este passo é complicado de dar.”

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – FAMÍLIA

Categorias	Unidade textual
As famílias valorizam a escola e preocupam-se com o percurso escolar dos seus educandos	“Eu noto que existe uma grande preocupação por parte das famílias que, no fundo, é o reflexo da sociedade em que vivemos, das tensões em termos de saídas profissionais, de algumas áreas, as tensões provocam alguns receios por parte das famílias, não é? É muito frequente termos pais de alunos que pensam em Artes preocupados e que vêm falar comigo e que os alertam para os riscos dessa escolha; isso acontece. Mas também é verdade que, hoje em dia, as famílias vão começando a perceber, numa escala muito significativa, o quanto é importante respeitar as escolhas dos jovens. Sinto isso aqui.” (...)

<p>As famílias envolvem-se no processo de escolha</p> <p>Os pais preocupam-se com o percurso escolar dos seus educandos e influenciam as suas escolhas</p> <p>Nem sempre as expectativas dos pais coincidem com os desejos dos filhos</p>	<p>“Os pais com quem eu tenho o privilégio de contactar diretamente, são pais preocupados, e por isso vêm à escola, respeitadores dos filhos e percebem o quanto é importante, por um lado, ajudá-los a pensar nos prós e os contras, mas também depois dessas chamadas de atenção, desses alertas, respeitá-los nas suas escolhas. Não estou a dizer que não há casos em que isso não acontece, há casos que, se calhar, não respeitam tanto, mas eu penso que, de uma forma já bastante significativa, eu vejo de facto uma compreensão por parte das famílias, no que toca a escolhas dos garotos, que possam não ser coincidentes com as expectativas dos encarregados de educação.”(...)</p> <p>“Vejo diferença: os pais tornam-se por vezes mais inquietos quando, por exemplo, os seus filhos com aproveitamento escolar bom ou regular pensam optar por um curso profissional. Consigo ver essa inquietação em alguns pais quando os seus filhos pensam em optar pelo curso científico-humanístico de Artes Visuais ou eventualmente Línguas e Humanidades, mas sobretudo Artes Visuais. Sim, estas preocupações situam-se em relação a estas áreas.” (...)</p> <p>“Claro que estes pais têm que ser muito trabalhados. Eu neste agrupamento há muitos anos que trabalho os pais. Eu tive algumas forças contrárias às divulgações que fazia dos cursos, porque, na verdade, existia, existe ainda algum preconceito em relação aos cursos profissionais e é preciso desconstruir.” (...)</p> <p>“E esse esforço de desconstrução é, em boa parte, a minha frente de batalha nas sessões de informação que eu faço com os encarregados de educação, falando sobre eles, sobre o que é que são escolhas de sucesso e eu acho que os tenho ajudado a perceber que a melhor escolha não é necessariamente a de um curso científico-humanístico, a melhor escolha é sempre aquela que permite ao aluno sentir-se realizado e ter sucesso, levando-nos a perceber que hoje, mais do que nunca, os caminhos se constroem e que o Ministério da Educação prevê também uma série de mecanismos que permitem aos alunos que concluem os cursos profissionais de prosseguirem estudos. Temos no ensino superior, no politécnico sobretudo os cursos de curta duração, os STESP que são de facto uma porta de entrada para os alunos dos cursos profissionais no ensino superior sem terem que fazer exames nacionais E quando isto é explicado aos pais, quando eles começam a perceber que afinal de contas optar por um curso profissional não é assim tão sinónimo de concluir o 12º ano e ficar por ali.” (...)</p> <p>“Estes cursos vieram dar lugar aos CETs, os CET eram formação secundária pré-universitária, estes já são superiores, de formação superior, cursos técnicos superiores profissionais, são cursos profissionais do superior.”</p>
---	--

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O 10º ANO – ESCOLA, ORIGENS SOCIO-ECONÓMICAS E MEIO SOCIAL-GEOGRÁFICO ENVOLVENTE

Categorias	Unidade textual
Interesses e as aptidões académicas	“Os interesses, as aptidões académicas, as saídas profissionais, a influência dos amigos, as expectativas da família. Colocaria os interesses em primeiro lugar e as aptidões académicas, porque eles de facto têm consciência, são preocupados.”
A existência de indústria na região tem influência nas escolhas da oferta educativa e também dos percursos do ensino secundário, por parte dos alunos, sobretudo no CP de Produção em Metalomecânica	“Não se separa a escola do meio que a envolve e o facto do crescimento do tecido empresarial faz diferença. A Sema e a Câmara Municipal tiveram influência da oferta educativa que tivemos agora. Temos dois cursos que não foram inicialmente pensados por nós, mas sugeridos precisamente pela Câmara e pela Sema – Cozinha e Pastelaria e Apoio Psicossocial. Eu não tenho dúvida que, de facto, as empresas que temos na região, o crescimento de alguns ramos da indústria têm tido forte influência. Sobretudo os alunos que optam por Produção em Metalomecânica têm interesse em trabalhar nas indústrias da região, os outros nem tanto, mas esses sim.”
A proveniência socio-cultural e económica dos alunos tem influência alguns alunos nas escolhas dos alunos	“Nós estamos aqui numa zona muito rural ainda, sendo urbana, mas com um ambiente muito rural. Há algumas famílias com dificuldades financeiras e, portanto, tudo isso vai moldando também as opções. Os cursos profissionais são financiados e portanto isso poderá fazer a diferença para alguns, sim, acredito que sim.”
O desempenho escolar tem influência nas escolhas dos alunos. Há outros fatores e algumas exceções	<p>“Quando se tem um aluno que tem um aproveitamento bastante consistente, que tem interesses em prosseguir estudos superiores e a família também tem essa expectativa, pois desde logo o científico-humanístico é o mais indicado. Agora, nós temos alunos que não se identificam com a cultura de escola, com aquela fase académica, teórica, quando nós temos alunos que, de facto, têm uma inteligência muito mais voltada para a prática, para o saber-fazer, quando alguns deles até querem deixar a escola no final do 12º ano, outros deles não sabem muito bem o que é que querem fazer, portanto, e querem fazer a escola passo a passo, de facto para esses alunos um curso profissional é a escolha que melhor o realiza e que faz mais sentido.” (...)</p> <p>“O CH não é o caminho mais indicado para quem tem um percurso académico mais frágil, porque de facto após o 12º ano o aluno tem ali uma enorme barreira que são os exames nacionais.” (...)</p> <p>“Mas ainda hoje de manhã tive a mãe de um aluno de nível 5 a quase tudo no 7º ano e 4 e 5 no 8º ano, este ano 4 e 3 e que este ano vai optar pelo curso profissional.”</p>
Os alunos não têm muita consciência do peso das questões socioeconómicas nas suas escolhas	“Os alunos que têm muitas dificuldades económicas têm consciência, aqueles que compreendem as privações que a família passa, até porque muitas vezes são os próprios pais a verbalizar, são eles a incentivá-los nessas escolhas por carreiras profissionalizantes. Esses sim, os outros não, sabe que é próprio da

	imaturidade, deixa andar, não ligam tanto. Mas já tive alguns casos, que têm muitas dificuldades, que ouvem os pais falar sobre essas dificuldades, aqueles cujos pais já lhes sugeriram até, porque não o curso profissional, sim, esses têm, fazem a relação, mas não são muitos.”
--	--

CURSOS PROFISSIONAIS

Categorias	Unidade textual
A oferta de cursos profissionais tem aumentado para atender aos recursos humanos disponíveis, para encontrar resposta a tantos alunos diferentes e pela vontade de diversificar cada vez mais	<p>“Nós já estamos perfeitamente na linha da campanha que estão lançar, em número de alunos que frequentam o ensino profissional, já há alguns anos.” (...)</p> <p>“É um objetivo e é uma necessidade. É uma necessidade porque, claro, há sempre a preocupação em criar uma certa harmonia entre os recursos humanos que temos e darmos continuidade ao exercício profissional de alguns elementos que aqui temos que têm feito um excelente trabalho. Há o interesse que o agrupamento mantenha esses profissionais conosco, portanto há que manter aqui uma oferta. Caso contrário, havia alguns postos de trabalho que poderiam ficar comprometidos. Há esta necessidade. Há também a necessidade de encontrar respostas formativas para alguns alunos que são absolutamente essenciais, porque, caso contrário, seriam elementos de enorme desequilíbrio em algumas turmas. A escola tem a necessidade de diversificar ofertas, se não, de facto temos na região alunos com alguma dificuldade em se compatibilizarem com esta cultura de escola e, portanto, se não diversificarmos, tornar-se-ia muito complicado. Esta é também uma necessidade que a escola tem, de modo a potenciar o sucesso académico, o trabalho de qualidade e também as questões disciplinares estão por trás disto tudo.</p> <p>É um objetivo da escola também, porque a escola quer evoluir. Este é um agrupamento que não se satisfaz com o que tem, quer sempre superar-se, quer aproximar-se do ideal, quer aproximar-se o mais possível, e nós sabemos que esse ideal passa muito por um ensino diversificado, por um ensino que possa responder o mais possível à diversidade. E ainda assim eu acho que a nossa escola é muito massificadora. Apesar da diversidade que temos, a nível do distrito somos a escola com um leque mais alargado de opções. Ainda assim eu ainda acho que é muito massificadora.”</p>
O aumento dos alunos a escolher os cursos profissionais deve-se à forma como se divulga a oferta educativa, destacando a Feira da Juventude, e às suas aptidões escolares	<p>“Agora, porque é que esta escola tem esta percentagem de alunos? Isto tem a ver também com a cultura da escola, com aquilo que a escola faz, tem a ver com a oferta formativa, com o facto de ser bastante alargada, e em parte, tentar ir ao encontro não só dos interesses dos alunos, mas também das necessidades do tecido empresarial. Há esta preocupação. Tem a ver também com a forma como os professores se implicam na formação dos alunos, tem a ver com a divulgação que é feita destes cursos profissionais e a escola aposta nesta componente, na divulgação, através da Feira da Juventude, que é um momento apoteótico, que está a crescer, que é um momento muito marcante para os alunos que têm que fazer as suas escolhas. Porque na verdade é ali, naquele confronto, a ouvir</p>

	<p>os professores apresentarem aqueles cursos, as suas disciplinas, ouvirem também os seus próprios colegas falarem na primeira pessoa, dando o seu testemunho acerca da formação e que fazem com muito entusiasmo. Porquê? Porque realmente gostam também daquilo que estão a fazer e, de facto, esta forma como, tanto os professores quanto os alunos, se dedicam e se implicam na divulgação, acaba por contaminar pela positiva os jovens, levando-os a perceber, alto, afinal estes cursos profissionais são realmente fantásticos.” (...)</p> <p>“Eu não tenho dúvida que a forma como este agrupamento tem feito a divulgação tem sido um forte contributo para o crescimento do número de alunos inscritos nos cursos profissionais. A diversidade da oferta formativa e a forma como a divulga. E também naturalmente a forma como se abordam os encarregados de educação, não só por mim, eu faço um enorme esforço nesta tentativa de levar a eles uma informação realista sobre o sistema educativo e também o esforço dos Diretores de Turma.”(...)</p> <p>“Há muitos alunos que escolhem os cursos profissionais porque não querem prosseguir estudos. Há outros que querem prosseguir estudos, mas fugindo aos exames nacionais, outros que realmente querem uma componente mais prática, e querem ver-se livre da escola; é um misto. Há os alunos que se querem ver livres da escola, vão concluir a escolaridade obrigatória e este é o caminho mais apazível para eles. Bom, entenda-se aqui o mais apazível, aquele caminho que eles sentem que será mais adequado a eles próprios, que eles poderão realizar melhor enquanto alunos, onde poderão encontrar uma formação profissional, de modo a que, no final do 12º, tenham de algum modo facilitada a integração no mercado de trabalho. Há esses e depois há aqueles que gostariam de prosseguir estudos superiores, mas o seu aproveitamento escolar até agora tem sido frágil e eles começam a perceber que um curso científico-humanístico poderá ser algo que se coaduna com aquilo que são enquanto alunos. Então, talvez seja melhor optar por um curso profissional onde têm maior probabilidade de serem bem sucedidos, porque sentem que são melhores numa componente mais prática, porque sentem que as disciplinas têm um programa também que possam corresponder melhor em termos de exigência que é colocada ao aluno. Eu não estou a dizer que nos cursos profissionais não há exigência, mas, na verdade, a forma como os conteúdos são trabalhados é diferente.”(...)</p> <p>“Há também professores que também fazem um trabalho excelente. Aproveitam as visitas de estudo para se dirigirem a instituições de ensino superior, onde fazem a apresentação dos STESP.”(...)</p> <p>“A Feira da Juventude é um momento de orgulho enorme na escola, sobretudo para os alunos, porque isto de serem eles próprios a divulgar, fá-los sentir num papel que os honra. E então aquilo é uma bolha de iões positivos, de alto astral, que depois os alavanca. E depois o facto de ter estágios, nem todas as escolas incluem estágios no primeiro ano do curso profissional e no segundo e, portanto, isto tudo contribui para o crescimento das inscrições nos cursos profissionais.”</p>
--	--

<p>O número de alunos a procurar escolas profissionais privadas é cada vez menor</p>	<p>“Posso dizer que o número de alunos a procurar escolas profissionais privadas é decrescente, cada vez mais se percebe a qualidade da formação do agrupamento, em detrimento de outras escola. Claro que há sempre aquelas que têm uma oferta muito distinta, mas entre aquelas que têm uma oferta de algum modo similar, próxima da nossa, aí na verdade, os miúdos vão percebendo.” (...)</p> <p>“Eles começam a perceber que não aprendem nada, dizem que basta estar presente na sala que o sucesso acontece e os próprios pais começam a questionar sobre este formato de ensino que, no fundo, não é isto que o mercado de trabalho procura. O mercado de trabalho procura rigor e exigência e eles começam a perceber que o rigor e a exigência estão na secundária X.”(...)</p> <p>“Este é um exemplo da influência das empresas, outro exemplo são os estágios. Em cada ano as empresas recebem alunos, há uma grande percentagem de empresas da região que os recebe e que vê a qualidade da formação dos nossos alunos e isso é muito importante, é o testemunho real. Quando um aluno chega a uma empresa e vê de que forma a escola prepara o aluno, ou não. A escola tem o canal de comunicação aberto, as empresas sabem como trabalhamos, elas vêm cá buscar alunos. Há muitas situações em que não é o aluno a procurar o emprego, é a empresa a procurar o aluno, por exemplo, com a Metalomecânica. Há histórias que testemunham claramente a eficácia do trabalho que eles fazem e a forma como estão a responder, tanto os alunos como as empresas. Claro que nem todas as histórias são de sucesso, haverá também aqui no meio histórias que não correm tão bem, mas isso faz parte.”</p>
--	---